

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**VICTOR FRANÇA**

A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO COMO DEMANDA DA RACIONALIDADE  
NEOLIBERAL E A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO DE SI

SÃO PAULO

2023

Victor França

A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO COMO  
DEMANDA DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL  
E A LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO DE SI

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador/a: Profa. Me. Andrea Lopes de Azevedo

São Paulo

2023

## Ficha Catalográfica

FRANÇA, Victor

A reconfiguração do Estado como demanda da racionalidade neoliberal e a lógica do empreendedorismo de si / Victor França. São Paulo: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.:120

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientador/a: Me. Andrea Lopes de Azevedo

Referências bibliográficas: f. XXX-XXX.

1. Museus. 2. Patrimônio. 3. Coleções. 4. Objetos. 5. Espanha. I. Gonçalves, José Reginaldo Santos. II. Universidade Federal

Victor França

A RECONFIGURAÇÃO DA  
RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A  
LÓGICA DO EMPREENDEDORISMO DE SI

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 27 de junho de 2023

---

Profa.Me. Andrea Lopes de Azevedo  
FLACSO Brasil/FPA

---

Profa. Dra. Márcia Cunha  
FLACSO Brasil/FPA

---

Profa. Dra. Soraya Souza  
Universidade do Vale do Paraíba

---

Prof. Dr. Dari Krein (suplente)  
Universidade Estadual de Campinas

Aos meus familiares, pelo carinho, incentivo, investimento e presença; condições fundamentais para a construção desse trabalho.

Aos meus amigos e colegas do curso, pelas conversas, discussões, aprofundamentos e companhia que sempre me impeliram a seguir até o fim com a formação

A todos os professores e funcionários da FLACSO, pelo acolhimento e dedicação em oportunizar e oferecer as condições e meios para que esse trabalho fosse possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos familiares que possibilitaram e significaram o meu existir neste mundo. Que esse trabalho seja um derramamento de nossa família no pensamento da humanidade.

Às instituições de ensino em que sou atuante. Aos meus colegas de trabalho que sempre estiveram dispostos a ouvir as minhas inquietações e elocubrações sobre o assunto. Com certeza a discussão espontânea e cotidiana são verdadeiras produtoras do conhecimento e oportunizam a passagem da opinião para o saber.

À minha orientadora, Prof. Me. Andrea Azevedo, que, em seu vasto conhecimento e capacidade de pensar com radicalidade, se colocou disponível para despontar horizontes e irromper interrogações durante a construção deste trabalho. Sem dúvida de que sua orientação soube ir além da rigidez metodológica para as fronteiras da amizade e da reflexão crítica e criativa.

*Só os acidentes de trabalho, quando  
trabalhavam para empresas que  
tinham seguro contra esse tipo de  
risco, davam-lhes o lazer (...).  
O desemprego, que não era segurado,  
Era o mais temido dos males. (...)  
O trabalho (...) não era uma virtude,  
mas uma necessidade que, para  
permitir viver, levava à morte. (...)  
Era (...) o privilégio da servidão.*

**Albert Camus, O primeiro homem**





## RESUMO

A pesquisa, delineada sob uma metodologia explorativo-bibliográfica, teve por intento encontrar subsídios para discussão e esclarecimento a respeito do objeto investigado: a reconfiguração do Estado como demanda da racionalidade neoliberal em sua produção da subjetividade do empreendedorismo de si. Na atual fase do capitalismo, assiste-se a uma nova conjuntura moral que se assenta sobre o individualismo e a defesa de que o trabalhador não deve ser dependente do protecionismo e das benesses do Estado de outrora. Por sua vez, esse fenômeno é oriundo de uma nova racionalidade presente em escala global denominada de racionalidade neoliberal. Segundo essa nova razão, o trabalhador deve pautar o seu agir a partir dos moldes empresariais, isto é, sua práxis deve ser orientada segundo uma lógica concorrencial. De forma que, partindo desse pressuposto, o Estado ganha novas feições a partir do momento em que a regulação do trabalho não é mais um atributo dessa instituição; fazendo com que surja a precarização do trabalho e o trabalhador se identifique como um empreendedor de si. A metodologia empregada nesta pesquisa valeu-se do cunho bibliográfico-teórico, a partir das obras dos autores expressivos para a pesquisa bem como de outros autores que têm influência nas produções bibliográficas sobre o assunto em voga. A pesquisa consiste em três capítulos: no primeiro, apresenta-se as configurações do Estado em seu desenrolar histórico com um acento maior no Estado defendido pelo neoliberalismo; no segundo, elucida-se a compreensão do neoliberalismo como um fenômeno que se apresenta como uma racionalidade, mais que um projeto econômico, que cria novas formas de pensar e modos de conduta na sociedade; e, por fim, no terceiro capítulo relaciona-se a nova configuração do Estado e do indivíduo em um contexto de crise institucional o que faz produzir, pela racionalidade neoliberal, o fenômeno da precarização do trabalho. A pesquisa possui uma expressiva relevância uma vez que as novas relações de trabalho vem sendo objeto de estudo em várias áreas das Ciências Humanas a partir de vertentes filosóficas, sociológicas, políticas e jurídicas.

**Palavras-chave:** Estado, neoliberalismo, racionalidade neoliberal, precarização do trabalho, empreendedorismo de si.

## **ABSTRACT**

The research, outlined under an exploratory-bibliographic methodology, was intended to find subsidies for discussion and clarification regarding the investigated object: the reconfiguration of the State as a demand of neoliberal rationality in its production of the subjectivity of self-entrepreneurship. In the current phase of capitalism, there is a new moral situation that is based on individualism and the defense that the worker should not be dependent on the protectionism and benefits of the State of yore. In turn, this phenomenon comes from a new rationality present on a global scale called neoliberal rationality. According to this new reason, the worker must base his actions on business models, that is, his practice must be guided by a competitive logic. So that, based on this assumption, the State takes on new features from the moment that the regulation of work is no longer an attribute of that institution; causing the precariousness of work to appear and the worker to identify himself as an entrepreneur of himself. The methodology used in this research took advantage of the bibliographic-theoretical nature, from the works of expressive authors for the research, as well as other authors who have influence in bibliographical productions on the subject in vogue. The research consists of three chapters: the first presents the configurations of the State in its historical development with a greater emphasis on the State defended by neoliberalism; in the second, the understanding of neoliberalism is elucidated as a phenomenon that presents itself as a rationality, more than an economic project, which creates new ways of thinking and modes of conduct in society; and, finally, in the third chapter, the new configuration of the State and the individual is related in a context of institutional crisis, which produces, through neoliberal rationality, the phenomenon of precarious work. The research has an expressive relevance since the new labor relations have been object of study in several areas of the Human Sciences from philosophical, sociological, political and legal perspectives.

**Palavras-chave:** State, neoliberalism, neoliberal reason, precarious work, self entrepreneurship.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. A QUESTÃO DO ESTADO E O NEOLIBERALISMO: breve história e conjuntura ....</b>	<b>19</b>
O liberalismo.....	21
O estado de bem-estar.....	24
O surgimento do neoliberalismo.....	26
A globalização .....	29
A austeridade: a prática fiscal do neoliberalismo recente.....	40
O Estado no neoliberalismo: poder e soberania.....	42
<b>2. O NEOLIBERALISMO PARA ALÉM DA INSTITUIÇÃO ESTATAL .....</b>	<b>48</b>
O poder e a soberania em meio ao fenômeno neoliberal .....	49
A racionalidade neoliberal .....	51
O sujeito neoliberal.....	53
A moralidade neoconservadora e os valores neoliberais .....	56
A inibição democrática .....	60
Um Estado forte e antidemocrático.....	64
A violência e o choque como métodos de exceção do Estado neoliberal.....	67
<b>3. O REDIMENSIONAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PARA O INDIVÍDUO EMPRESÁRIO-TRABALHADOR .....</b>	<b>76</b>
A meritocracia.....	80
Os métodos de desenvolvimento pessoal: o caso do <i>coaching</i> .....	83
O empreendedorismo de si.....	87

A precarização do trabalho .....	90
A uberização do trabalho .....	94
A reforma trabalhista de 2017: a lei 13.467/2017.....	100
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

A instituição estatal, em seu desdobrar histórico, apresentou diversas feições a partir das produções racionais que vigoravam nas diferentes épocas, como foi afirmado pelo idealismo alemão. A correspondência do racional com o real é uma metodologia para se identificar a racionalidade como produtora das condições ideológicas da vida social. A partir disso, o trabalho, em suas primeiras feições, sempre era uma práxis ligada à vida em sociedade a partir do instinto de sobrevivência comunitário. Posteriormente, tal atividade começou a ser regulada pelo Estado como o detentor da orientação sobre o bem-estar. Isso se estendeu por muitos séculos, perpassando as várias eras históricas. Centralizado como na Antiguidade ou descentralizado como na Idade Média, o trabalho sempre se referenciava a uma autoridade externa ao trabalhador que detinha o poderio de decidir a forma e o *télos* dessa atividade.

Contudo, a questão hoje é entender como o Estado, outrora regulador do trabalho, ganha novas feições a partir do estabelecimento de uma nova racionalidade que acaba por modelar as instituições sociais, incidindo os seus princípios e demandas sobre os indivíduos e neles criando novas formas de pensar e agir. Partindo desses pressupostos, o presente trabalho se valeu, sobretudo, da fundamentação teórica presente nas produções de Michel Foucault, Pierre Dardot, Christian Laval, Wendy Brown, Vladimir Safatle, Ricardo Antunes, Zygmunt Bauman, Ruy Braga, Naomi Klein, Tom Slee e David Harvey. O que justifica essas preferências é o fato desses autores apresentarem o conteúdo pertinente aos objetivos do presente trabalho; o que não impediu outras menções e contribuições de autores que colaboram com a sustentação e clarificação dos conceitos abordados.

A pesquisa, delineada sob uma metodologia explorativo-bibliográfica, teve por intento encontrar subsídios para discussão a respeito do objeto investigado: as novas configurações do

Estado frente a racionalidade neoliberal como dispositivo de produção do empreendedorismo de si. A partir disso, tem-se o questionamento: como se deu a ressignificação do papel do Estado em sua gestão da sociedade a partir do surgimento de uma nova racionalidade afinada com as demandas do neoliberalismo em sua incidência quanto a novos sujeitos precarizados a partir de sua relação com o trabalho? Destarte, o objetivo geral teve o intuito de compreender as mudanças históricas da instituição estatal sobretudo em meio ao fenômeno da globalização e o surgimento da mentalidade neoliberal. Sendo assim, o trabalho fora estruturado em três capítulos, conforme os objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico consistiu em elucidar as transformações do papel do estado e suas tecnologias de governo no desenrolar histórico da mesma instituição. A partir da abordagem foucautiana, tem-se a perspectiva genealógica do autor em que existe uma diferença metodológica entre macro e microfísica do poder. Considerando suas primeiras feições, considera-se que o formato estatal cumpria com os efeitos dos processos históricos correspondentes com o surgimento dos Estados-nação. Os estudos de Michel Foucault irão se repousar nas propostas maquiavélicas e hobbesianas de que essa instituição detinha o poder régio sobre a sociedade a partir de uma justificativa antropológica e política segundo as quais a gestão da vida social devia usufruir de um poder superior dado a necessidade de frear a agressividade humana. As tecnologias de vigilância e punição faziam uso desse estatuto.

Com o advento do liberalismo, surge a defesa de uma limitação do poder do Estado, o que não implicaria a sua característica macrofísica no sentido político. Com o advento do século XX, acontecimentos como a Grande Depressão seguida das duas grandes guerras, o liberalismo é colocado em cheque a partir da hipótese do Estado de Bem-Estar Social defendido pelas teses keynesianas afinada com o surgimento da macroeconomia; o que serviu como mecanismo para compensação das guerras. Esse discurso, por sua vez, fundamentaria as bases para um Estado desenvolvimentista; de modo que o Estado passa a ser a solução para os problemas e mazelas que a vida social enfrentava.

A partir das crises seguintes emergentes na segunda metade do século XX, o discurso do neoliberalismo ganha força como uma solução radical para os antigos modelos de orientação política e econômica. Suas premissas se assentam sobre a nova configuração do mundo apoiada sobre o fenômeno da globalização e a nova fase do capitalismo (financeiro): as empresas multinacionais condicionam uma nova tomada de posição do Estado no sentido de suas fronteiras

bem como quanto ao protecionismo e regulação econômica. As políticas de austeridade fiscal passam a ser, segundo essa nova racionalidade, a única via para garantir o pleno emprego e a atratividade do capital. O Estado passa a ser o problema para o problema, não a solução, como afirmaram os clássicos dessa corrente como Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman em suas críticas ao Estado intervencionista bem como ao modelo estatal presente na doutrina marxista.

O segundo objetivo específico teve por intento apresentar o neoliberalismo para além de um projeto econômico. De forma que, nessa nova era que se vê o capitalismo com novas vestimentas, não só a instituição estatal passa por uma dialetização. Partindo dos estudos de Pierre Dardot e Christian Laval, fundamentados na perspectiva foucaultiana, propõem o neoliberalismo como um discurso que se infiltra nas subjetividades como uma racionalidade, instaurando novas formas de pensar e modos de conduta afinados com as reivindicações do capitalismo. Partindo disso, identifica-se a questão do poder e da soberania a partir de uma analítica sobre a microfísica do poder, isto é, as novas modalidades do governo modelam as subjetividades a partir de novos mecanismos disciplinares com intervenções mais cirúrgicas e precisas; não necessariamente baseados na exposição e na punição pública como se via outrora. Assim, a racionalidade neoliberal se coloca como uma orientação para o agir envolto nesse novo *lócus* social.

Essa modelação das subjetividades orquestrada pela racionalidade neoliberal acaba por produzir um novo tipo de sujeito: o sujeito neoliberal. Esse novo sujeito, por sua vez, acaba por ser abordado como uma microempresa. Como a nova racionalidade faz com que os benefícios do antigo Estado estão sendo substituídos pelos do mercado competitivo, resultando na produção de bem-estar, prazer e felicidade por esse sujeito-empresa e empresário, em todos os aspectos de sua vida. De modo que o papel do governo nesse ciclo é garantir e manter a funcionalidade do mercado, permitindo a formação de subjetividades que se alinhem a esse sistema. Essa nova mentalidade anseia por uma racionalidade que esteja em sincronia com o mercado em evolução. Por sua vez, esse novo sujeito é banhado por valores de ordem conservadora, instrumentalizados pela racionalidade neoliberal, em que se vê uma forte defesa da família, da religião, do patriotismo e dos bons costumes como elementos necessários à ordem nacional. Ora, sabe-se que a ordem é sempre um valor homogêneo e estático; o que faz com que seja avessa à diversidade e a convivência com o contingente populacional que não se regozija com o montante de consumo possibilitado por aqueles detentores do capital.

Esse grupo, marginalizado, excluído e segregado, acaba não sendo incluso na conceituação democrática dessa moralidade. O neoconservadorismo defende firmemente esses valores por meio da ação militar e antidemocrática como uma contramedida, justificada como necessária, à ameaça percebida de contaminar a pureza étnica, familiar e sexual. Frequentemente, essas ameaças são exageradas ou são puramente fictícias e têm o potencial de colocar em perigo a civilização. Além disso, a racionalidade neoliberal constrói o indivíduo livre como uma entidade pré-existente, com base em um código moral ultrapassado que suprime qualquer forma de existência que não sirva a objetivos econômicos. Vê-se, portanto, que a ressignificação política dá lugar à inibição democrática.

Para isso, o neoliberalismo se vale de um estado de choque e de emergência, muitas vezes permanente, na sociedade afim de criar uma situação de vulnerabilidade e insegurança criadas por grupos que não se afinam com o discurso da moral e da ordem. Assim, a gestão política, no dizer de Vladimir Safatle, é sobretudo uma administração do circuito dos afetos, além da circulação de mercadorias, livre ou não; o que faz com que a propaganda fascista e autoritária produza inimigos e vidas descartáveis a partir da mobilização de afetos na sociedade. De modo que a gestão do medo acabe por substituir a democracia liberal, fundamentada por uma jurisdição de exceção que ampara essa relativização democrática.

A partir desses pressupostos, o terceiro objetivo específico versou sobre o redimensionamento do projeto político sobre o indivíduo empresário-trabalhador como efeito de uma nova razão do mundo. A partir da constatação de uma crise institucional e da falência do pacto civilizatório, vê-se que os liames sociais que solidificavam em outras épocas a solidariedade e a lógica comunitária vêm perdendo força sobretudo quanto a rentabilidade e atratividade dessas perspectivas sobre a sociedade. O altruísmo e o humanitarismo se desidratam frente a emergência do individualismo. Um dos grandes efeitos desse acontecimento é o entendimento de que a democracia como uma proposta de generosidade e de gestão do bem-comum, como era defendida desde a Antiguidade, talvez devesse ser redefinida. A lógica do lucro e a defesa do consumo como caminho para a vida feliz não mais encontram correspondência nas antigas premissas democráticas. O surgimento de um individualismo sem disfarces vem ao encontro de um ambiente cujo *modus operandi* é a lógica da concorrência e do mérito como caminho gradual para o sucesso e o reconhecimento profissional.

Na sociedade moderna, é crucial que as pessoas tomem posse de suas vidas e adquiram as



habilidades necessárias para navegar pelas complexidades da vida adulta. Confiar na rede de segurança paternalista dos programas de bem-estar não resolve o problema. Em vez disso, é imperativo que os indivíduos assumam a responsabilidade pelos riscos que enfrentam na vida. A expansão da intervenção do governo não requer a proliferação de programas e departamentos de bem-estar social. Em vez disso, exige que os indivíduos assumam total responsabilidade pelo gerenciamento dos vários perigos que a vida apresenta. Uma abordagem para isso é se ver como uma empresa independente, o que elimina a necessidade de ajuda externa e subsídios. Os auxílios que vem em suplência são os novos métodos de desenvolvimento social e de potencialização. Nos últimos anos, surgiram vários dispositivos terapêuticos e ferramentas alternativas que pretendem ajudar os indivíduos a aprimorar suas técnicas de foco, inteligência emocional, otimização de desempenho e muito mais, como é o caso do *coaching* em suas promessas de produzir sujeitos proativos e avessos ao ócio.

É a partir dessa conjuntura que a apresentação do sujeito, conformado aos princípios da racionalidade neoliberal, se dá como um empreendedor de si. A emergência do modelo empreendedor na sociedade abriu a possibilidade de os indivíduos se enxergarem como “empreendedores de suas próprias vidas”. Esta perspectiva conduz a uma justificação de comportamentos baseados no investimento e na procura de lucratividade. Além disso, os indivíduos veem suas emoções como mercadorias a serem transformadas em “inteligência emocional”, a fim de melhorar sua capacidade de lidar com as emoções. A padronização do monitoramento e do controle pode ser atribuída à “racionalização empresarial do desejo”, que cria um fundamento normativo para uma perpétua autoavaliação baseada em critérios advindos do campo da administração de empresas.

Destarte, com a proposta de um indivíduo cada vez mais autônomo, independente e capaz de produzir suas riquezas, o trabalho acaba por sofrer um processo de precarização no que tange a condições e, sobretudo, direitos. O trabalho precário pode assumir diferentes formas legais, econômicas e sociais, mas é normalmente descrito como um trabalho que não atende aos padrões mínimos e benefícios típicos de outros tipos de emprego. O trabalho precário é marcado por sua natureza temporária, desarticulada e adaptável. A falta de estabilidade se reflete nas horas de trabalho inseguras, na remuneração e nas salvaguardas dos funcionários. A raiz dessa precariedade pode ser rastreada até os princípios do neoliberalismo e a busca da acumulação ilimitada, que alimenta o desenvolvimento e a reestruturação de novos arranjos de trabalho. Um dos fenômenos

em que se assiste a esse acontecimento é a chamada uberização do trabalho; onde, por meio das novas tecnologias e economias de compartilhamento, assiste-se a ascensão de diversas plataformas, todas seguindo um novo modelo de trabalho (precarizado), diferente da estrutura fordista tradicional, onde os trabalhadores recebiam estabilidade e segurança. As formas de contratação são descoladas do vínculo CLT, onde o trabalhador não é empregado nem da empresa e nem dos clientes. A ideologia meritocrática sugere que os indivíduos devem arcar com a responsabilidade e o ônus de converter seus talentos e aptidões em capital sem nenhum intermediário além de seus próprios clientes. Isso implica o redimensionamento da responsabilidade para a esfera individual.

Esse movimento goza de uma ocorrência a nível mundial a partir de reformas e reestruturações na legislação trabalhista em vários países. A implementação repentina de novas leis trabalhistas, sem o consentimento do público, levou à erosão dos direitos trabalhistas essenciais, reforçando os interesses imediatos da classe capitalista, como é o caso do Brasil com a lei 13.467/2017, conhecida como ‘Reforma trabalhista’. Este desenvolvimento mundial é um ponto de inflexão fundamental que efetivamente reverte qualquer progresso mínimo que tenha sido alcançado através do estabelecimento de normas e direitos trabalhistas no país. A nova legislação tende a desconsiderar a segurança dos trabalhadores que trabalham em ocupações emergentes, levando à proliferação de oportunidades de trabalho flexíveis e precárias, tornando a precarização um traço distintivo desses novos setores de trabalho. A aplicação desse empreendimento da racionalidade neoliberal, de fato, esconde o desejo real de mercantilização e instrumentalização dos trabalhadores, aumentando assim a alavancagem daqueles com maior influência no mercado.

A presente pesquisa justifica-se, primeiramente, pela relevância que a temática encontra nas discussões atuais sobre o neoliberalismo e seus efeitos no papel do Estado e sua incidência sobre o trabalho no âmbito das ciências humanas. Muito se tem produzido nesse campo de forma a buscar, incessantemente, a relação existente entre o projeto político e econômico do neoliberalismo enquanto produtor de novas formas de pensar e agir, redefinindo os conceitos de democracia e demais agregados quanto a gestão da sociedade. Vale destacar que as referências, muitas vezes, partem de pontos de vista e metodologias distintos dentro do campo das humanidades. Justifica-se esse emprego em razão do problema de pesquisa possuir um estatuto polissêmico que demanda um entendimento panorâmico e plural sobre o assunto.

## **1. A QUESTÃO DO ESTADO E O NEOLIBERALISMO: breve história e conjuntura**

O fenômeno da formação dos Estados Modernos, no velho continente, se dá como um dos limiares entre o período medieval e a era moderna. A cosmovisão teocêntrica e a cultura judaico-cristã foram fundamentos através dos quais o papado exercia coerção soberana sobre a população e descentralizava o poder temporal. O maior império que se assentou na Idade Média, o Sacro Império Romano, tinha como referência de autoridade primeira o Sucessor de Pedro residente no *Stato Della Chiesa*.

Pode-se elencar uma somatória de eventos que, juntos, explicam o fenômeno em questão: o renascimento comercial, o surgimento das cidades e da classe burguesa, as guerras de conquista e as proposituras filosóficas de influência renascentista (Maquiavel e Jean Bodin) e, posteriormente, materialista (Hobbes) que discutiam as questões concernentes ao poder, à soberania e ao contrato social.

É a partir dessas ideias que se forma a noção central do Estado Moderno, conceito chave para a concepção de soberania. Segundo esses pensadores, esse termo implica a ideia de que o Estado é o poder central de uma determinada sociedade sob a qual nenhum outro poderia elevar-se. A ideia de soberania implica a ideia de que o Estado, compreendido como uma instituição social e política, deve fazer a gestão do sistema social. Tal como coloca Hobbes (1999, p. 139) quando afirma que “A soberania é a alma do Estado, e uma vez separada do corpo os membros deixam de receber dela seu movimento.” Nesse sentido, diz Hobbes (1999, p. 147-148):

é como se cada homem dissesse a cada homem: Autorizo e transfiro o meu direito de me governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens,

com a condição de transferires para ele o teu direito, autorizando de uma maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, a multidão assim unida numa só pessoa chama-se Estado.

Vale dizer que para formular uma tese sobre a matéria, a forma e o poder de um Estado, Hobbes vai nomear essa instância de Leviatã, como símbolo que representa essa instituição que representa a vontade dos cidadãos. O Estado é, portanto, comparado a um corpo orgânico e sistêmico: só existe se houver uma formação ascendente em vista de um todo que forma uma máquina, uma macrofísica do poder.

Sobre essa noção hobbesiana de soberania, Michel Foucault (1976, p. 26) vai comentar que nesse esquema propositivo, o Leviatã, enquanto corpo fabricado, não é mais do que a solidificação de um certo número de individualidades separadas, que se encontram comungadas por certo número de elementos constitutivos do Estado. Mas, no cume do Estado, existe aquilo que o constitui como tal: a soberania ou a alma do Leviatã. Nesse sentido, comentando o nascimento da primeira forma de Estado, Edson Teles (2021, p. 9) vai afirmar que essa instituição “nasce, discursivamente, para consolidar o exercício institucional da soberania popular, a qual seria a expressão das massas desejosas e impacientes por definir seu futuro.” Assim, a origem e o desenvolvimento do Estado moderno estão intimamente ligados à criação, gestão e regulação dos indivíduos. Seu surgimento foi fruto de um discurso, com o objetivo de solidificar a concretização institucional da soberania popular. Essa expressão era o resultado de uma população ávida e inquieta para determinar seu próprio destino.

Assim, com o surgimento da soberania dos Estados nacionais, juntamente com o renascimento comercial e urbano, criou-se condições para novas discussões que extrapolavam a esfera somente política. Louis Dumont, antropólogo francês, vai colocar que “a era moderna testemunhou a emergência de uma nova maneira de considerar os fenômenos humanos e a delimitação de um domínio separado que, atualmente, evocamos através da palavra economia.” (DUMONT, 2000, p. 33)

Esses fatores, por sua vez, vieram a criar o *background* para que, a partir do declínio do sistema feudal, surgisse a primeira forma de capitalismo a partir do seu formato prolegômeno: o capitalismo mercantil ou o mercantilismo. Juntamente com as condições citadas, criou-se um ambiente que ocasionou a “centralização do poder e o da monetização dos tributos e das trocas.” (FIORI, 2014, p. 10)

Já aqui pode-se inferir que o modo de produção capitalista demanda uma instituição social que fosse garantidora do seu *modus operandi*; de forma que, já em seu estágio primevo, o capitalismo e o Estado apresentam uma relação causal de complementariedade recíproca. O debate é extenso no sentido dialético para inferir quem assume a posição de causa e quem atua enquanto efeito. Nesse sentido, pode-se acolher a posição Mascaró (2013, p. 17) quando o jurista brasileiro afirma que somente com “o apartamento de uma instância estatal é possível a reprodução capitalista. Esta é causa daquela.” Ademais, outro fator que foi decisivo para a consolidação do capitalismo foi a ideia da superioridade do indivíduo em relação ao Estado, ou o individualismo no sentido filosófico do termo. Essa ideia já estava presente no período renascentista em que o indivíduo se torna soberano em relação ao pensar, ao escrever, ao esculpir e ao se salvar (no sentido bíblico). Nesse sentido, o economista Belluzzo (2013, p. 179) reflete que a defesa da autonomia do indivíduo está estampada nos portais da modernidade. Essa ideia, por sua vez, encontra consonância com as regras das liberdades republicanas tão defendidas pelo projeto iluminista.

O aquecimento do comércio fez surgir a necessidade de uma gestão da economia nacional por meio da criação de uma moeda soberana capaz de intermediar as trocas, o circuito mercantil e a possibilidade de uma tributação monetária que atuaria como um dispositivo de acumulação de riqueza e poder; de modo que o desejo pela criação de excedentes começasse a ser inflamado no coração das jovens economias nacionais. Como afirma Fiori (2003), o capitalismo “começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos.” (p. 138-139) É com esse pano de fundo que é possível entender o colonialismo das grandes potências emergentes (Inglaterra, Portugal e Espanha) e todos os engodos que decorreram do processo de colonização, escravidão e internacionalização da economia do capitalismo nascente.

## **O liberalismo**

O *modus operandi* colonial se deu até meados do século XVIII. O chamado ‘século das luzes’ sugeria por meio do movimento iluminista que, juntamente com toda a crítica endereçada às superstições, era preciso travar uma luta contra a tirania do Antigo Regime e o seu caráter senil, obsoleto e degenerado. Para isso propunha-se ideais baseados na liberdade do indivíduo frente à

corrupção do Estado. É a partir desse contexto histórico que o mesmo século viu acontecer as revoluções Americana e Francesa. Como se estava num contexto de absolutismo monárquico, a classe encarregada de proporcionar a riqueza das nações, a burguesia, começa a confeccionar a tese de que é preciso um descolamento da esfera política em face daquela econômica: surge, então, a tese do liberalismo e as primeiras noções de economia política; a partir do momento em que, como diria Adam Smith e sua interpretação liberal de conjuntura, mesmo visando uma produção de maior valor, o indivíduo contribuirá para o bem comum quando levado por uma “mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções.” (1983, p. 379)

Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1983, p. 379-380)

Nesse modelo liberal, o mercado seria como que uma entidade abstrata com capacidade regulativa de toda a vida social, desde as trocas de mercadorias até o comércio internacional, passando pela oferta e procura de trabalho, saúde, previdência, educação, lazer, etc. Seria, portanto, a condição fundamental para se harmonizar os conflitos sociais e de interesses e acima de tudo, para a liberdade global das trocas, bem como para a promoção de interesses coletivos, haja vista seu caráter impessoal e político.

Ademais, esse modelo entrará em crise com a chegada da Revolução Industrial e o contexto de uma Europa pós-revolucionária onde os Estados, outrora funcionando segundo os valores aristocráticos, agora obedecem à lógica burguesa; cedendo lugar ao capitalismo industrial e produtivo. A análise marxista vai denunciar justamente o liberalismo, em sua análise naturalista da economia política e da práxis humana, quando afirma que o “Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para garantia recíproca de sua propriedade e os seus interesses.” (MARX, 2007, p. 75)

A partir dessa reflexão, pode-se ir ao encontro da afirmação de Fernand Braudel, historiador francês, quando diz que “o erro mais grave dos economistas é sustentar que o capitalismo é um sistema econômico. (...) Não devemos nos enganar, o Estado e o capital são companheiros inseparáveis, ontem como hoje.” (BRAUDEL, 1979, p. 540) Desse modo, o capitalismo de tipo liberal caracteriza-se por ser aquele em que o papel, indispensável, do Estado é o de garantir o bom fluir do mercado a partir da garantia da propriedade privada e dos contratos; bem como em defender a concorrência e a manter as contas públicas em equilíbrio. Para além dessas tarefas, o Estado não deve se aventurar, inclusive na proteção social. É nesse sentido que Dardot e Laval (2016, 37), estudiosos do liberalismo, vão afirmar que “o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado são certamente alguns dos dogmas do pensamento liberal dominante em meados do século XIX.”

As faíscas do liberalismo político ecoaram na América Latina que, em 1819, já contava, através da militância independentista de Simón Bolívar, com o estado da Grã-Colômbia; seguindo, assim, a tendência republicana iniciada na América do Norte e impulsionada pelo poderio bancário da Inglaterra. Destarte, é justamente esse processo que se deu de forma peculiar no que tange à formação do estado brasileiro: passou-se de uma colônia submetida à soberania da coroa metropolitana para um império constitucional cuja coroa “não retira as prerrogativas dos senhores rurais no enquadramento político e social das populações.” (ALENCASTRO, 1987, p. 69) De modo que fora somente o Brasil que teve um processo independentista cujo desfecho foi uma conjuntura monárquica e não republicana.

Vale dizer que a colônia brasileira teve um início peculiar a partir do momento em que a sua produção econômica tinha um baixo valor agregado e, não obstante, a criação de universidades, bancos e órgãos de administração pública só vieram a ser criados tardiamente com a vinda da família real, em 1808. Fiori (2003, p. 143) comenta esse fator precisando que o estado brasileiro não contava com centros de poder eficientes e, tampouco, com uma economia nacional integrada e coerente. Desse modo, segundo Alencastro (1987, p. 69), a inadequação entre as espacialidades política e econômica facilitaram o poder imperial como ferramenta para fortalecer as oligarquias contra a pressão britânica combativa ao tráfico negreiro. Isso faz com que as primeiras instituições políticas do império, como as assembleias e câmaras, se configurem como espaços de conciliação e deliberação das oligarquias regionais.

## O estado de bem-estar

O modus operandi do capitalismo onde o Estado legitima a sua reprodução desenfreada vai entrar em crise com a Grande Depressão de 1929 e o período que se seguiu, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial, onde se percebeu que “o capitalismo entregue à sua própria sorte era uma ameaça à vida civilizada.” (BELLUZZO, 2013, p. 163) Nesse entremeio, uma das reflexões que surgirá como uma antítese às condições hegemônicas será a de John Maynard Keynes que viria a fundamentar os primeiros preceitos do Estado de bem-estar social.

Thomas Marshall, sociólogo britânico, vai afirmar que os direitos sociais foram os que compuseram a terceira geração no histórico de luta pela afirmação de direitos: os direitos sociais; luta essa precedida pela primeira (direitos civis) e segunda (direitos políticos) geração. Como resposta à estruturação desses direitos, surge o Estado de Bem-Estar Social. Tal tipologia estatal se apresenta a partir de duas faces: a econômica, onde busca-se a regulação do mercado através do intervencionismo estatal; e a política, a partir do momento em que tem-se a preocupação de oferecer aos cidadãos políticas públicas de caráter universal, financiadas pelo governo. Sobre essa nova configuração estatal, Eduardo Fagnani (2019, p. 21) coloca que

O Estado do Bem-Estar estava fundado, sobretudo, na articulação entre trabalhadores e capitalistas, empenhados na construção de instituições destinadas a reduzir a angústia de quem se propõe a assumir riscos e enfrentar os azares do mercado. As políticas econômicas tinham o propósito de criar empregos e elevar, em termos reais, os salários e demais remunerações do trabalho. O continuado aumento da renda e do emprego fazia crescer a receita dos governos.

As primeiras impressões de um Estado de bem-estar social, ou as políticas sociais, surgiram inicialmente na Prússia de Otto von Bismarck e nas legislações assistencialistas na Inglaterra, ambos os casos ocorrendo no final do século XIX. Seu surgimento, em paridade com a afirmação dos direitos sociais, se deve, de um lado, pela necessidade de um novo modelo frente às duas grandes guerras e, por outro lado, pela tentativa de se atenuar a onda socialista-revolucionária das organizações operárias; tal perspectiva ideológica foi sendo substituída institucionalmente pela socialdemocracia nascente no continente europeu. (SELL, 2006, p. 129)

Entre as primeiras medidas adotadas pela Prússia e o surgimento do estado social no pós-guerra, surgiu, nos Estados Unidos, um pacote de medidas intervencionistas, protagonizadas



pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, chamado de New Deal. No mesmo sentido e cronologicamente simultâneas foram as políticas de valorização do preço do café através de compras públicas no início do governo Vargas. As ideias que fundamentariam economicamente o Estado de bem-estar social encontraram em John Maynard Keynes, economista britânico, o grande autor que defenderia o gasto público como o verdadeiro estimulador da atividade econômica e para atenuação do desemprego.

O ponto de partida desse projeto ainda é o capitalismo. Segundo a hipótese keynesiana, o intuito é de se construir um modelo onde o Estado possa cooperar com a iniciativa privada. De modo que o plano em questão exclui a teoria materialista-histórica de que o Estado deve ser, *sui generis*, o soberano na vida econômica, ou seja, não é a propriedade privadas dos meios de produção que importa ao Estado assumir. Bresser-Pereira (2018, p. 23), economista brasileiro e influenciado de Keynes, irá argumentar que o objetivo desse tipo de organização parte do princípio de um capitalismo industrial onde, no início da empreitada industrializadora, o Estado exerce um papel indispensável de acumulação propedêutica de capital a partir do investimento na infraestrutura e na indústria de base. Contudo, passado esse período, se inicia a abertura para a esfera privada que assume a criatividade e a inovação econômica que outrora poderiam ser impossibilitadas, muitas vezes, se estivessem no monopólio estatal.

Esse modelo fora adotado por planos econômicos que se valeram do orçamento público como método para superar os impactos mais imediatos da crise como o *New Deal* que adotou frentes de emprego com investimentos na infraestrutura dos Estados Unidos bem como na proteção social dos trabalhadores. No Brasil, viu-se acontecer, com Getúlio Vargas, uma política de valorização do preço do café por meio de compras públicas, um pesado investimento na nascente industrialização e o início da fundamentação dos direitos sociais por meio de leis trabalhistas. Vale dizer, pois, que as políticas econômicas de orientação keynesiana, longe de assumir *ipsis litteris* as diretrizes do economista inglês, inclusa aquela de Vargas, faziam parte de um modelo econômico típico àquele contexto onde via-se o crescimento do Estado como propulsor econômico e, muitas vezes, via-se também o aparecimento do centralismo autoritário em detrimento da democracia. Portanto, assistia-se à consolidação das primeiras formas de Estado de bem-estar social.

As ideias de Keynes iam na contramão da economia clássica, ancorada no liberalismo, de que existe uma regulação automática do mercado a partir dos mecanismos de oferta e de procura, isto é, de que a oferta cria a sua própria procura. Dardot e Laval (2016, p. 59), estudiosos do

liberalismo, vão afirmar que, em Keynes, “o laissez-faire é um dogma social simplista que amalgamou tradições e épocas diferentes, sobretudo a apologia da livre concorrência do século XVIII e o “darwinismo social” do século XIX.” Sobre isso, o próprio economista britânico afirma:

Quem assim pensa, no entanto, é vítima de uma ilusão de óptica que confunde duas atividades essencialmente diferentes. Falaciosamente, julgam que existe um nexo que une as decisões de abstenção de um consumo imediato com as decisões tendentes a fornecer um consumo futuro, quando não há nenhuma relação simples entre as motivações que determinam as segundas e as motivações que determinam as primeiras. (KEYNES, 2010, p. 49)

Nesse sentido, Keynes irá propor um modelo macroeconômico em que o Estado é visto como uma instituição cuja lógica é *sui generis* descolada daquela vigente num ambiente domiciliar. Segundo ele, cabe ao Estado promover investimentos públicos mais vultuosos, estimulando os empresários a retomar seus investimentos e criando demanda para os produtores das mais variadas atividades. Dessa forma, o Estado se compromete com o bem-estar da sociedade através de um papel de guardião dos seus direitos mais elementares concatenados à questão empregatícia. Vale ressaltar que as práticas keynesianas como compensação das guerras, como se viu por exemplo no Plano Marshall, como estruturadoras do Estado de bem-estar foram medidas adotadas de acordo com as necessidades sociais vigentes; o que coube as orientações do autor inglês para a conjuntura do momento.

Essa política salarial articulada com o Estado é uma das características presentes no estilo fordista de produção em que existe o salário direto articulado com o salário indireto (benefícios sociais). A desidratação desse modelo ocorreu com a emergência neoliberal fazendo com que ocorresse uma maior ativação do modelo toyotista, em que existe um descolamento da figura do Estado oportunizando a precarização, a terceirização e uma maior exploração da potência não só física mas cognitiva e intelectual dos trabalhadores.

### **O surgimento do neoliberalismo**

Esse modelo de substituição de importações implementado em grande parte pelos países da América Latina no pós-guerra estaria com os dias contados a partir da década de 80 com o surgimento do discurso neoliberal, com duras críticas ao Estado desenvolvimentista. Eric

Hobsbawn (1994, p. 245) vai colocar que, nesse momento, encerra-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata. Assim, governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma de egoísmo comercial e livre mercado, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. (HOBSBAWN, 1994, p.245)

Sobre isso, muito se fala sobre esse modelo econômico demandar uma tipologia de Estado ‘desinchado’, ‘mínimo’, ‘suficiente’, ‘não-intervencionista’, ‘pequeno’, etc. Mas, se colocado em posição reflexiva, o neoliberalismo pressupõe um Estado forte e presente; com a diferença de que sua operação seria limitada aos grupos ricos e poderosos, desprovido de neutralidade e universalidade popular. De forma que “caberia ao Estado garantir o pleno funcionamento do livre mercado.” (LACERDA, 2019, p. 82). No que tange ao surgimento desse discurso (o neoliberal), tem-se o debate empreendido por Polanyi (2012) onde o mesmo coloca seu surgimento no final de década de 1930, após abalos da crise de 1929, como uma resposta ao pensamento vigente na época após a crise.

Contudo, é necessária uma definição minimamente restrita do termo ‘neoliberalismo’, uma vez que “o alcance amplo e irregular [do termo] pode também significar algo perplexamente “real”, ainda que metodologicamente inconveniente, sobre as manifestações tentaculares e diversas do governo de mercado.” (PECK, 2010, p. 15-16). Dessa forma, muitas podem ser as referências que tecem significados semanticamente complexos e distintos sobre o fenômeno. Pode-se, com isso, tomar a definição de David Harvey presente na sua notória obra *Neoliberalismo: história e implicações* (2014, p. 12) onde o mesmo argumenta que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.

Vê-se que, em síntese, o neoliberalismo é uma reedição do liberalismo clássico a partir do momento em que as duas versões se encontram em conjunturas e épocas diferentes. A emergência do capitalismo financeiro urgiu a necessidade de um novo significado para as palavras-

chave do liberalismo. Trabalho esse levado a cabo pela Sociedade Mont Pèlerin<sup>1</sup>.

É importante notar que o neoliberalismo não é uma mera reformulação do liberalismo clássico ou dos princípios do livre mercado. Nessa ideologia, o mercado não é uma entidade que ocorre naturalmente, mas sim um produto do desenvolvimento histórico e das ações dos seres humanos em determinados contextos históricos. Além disso, o neoliberalismo difere do liberalismo clássico na medida em que não rejeita a intervenção do Estado. De fato, a intervenção do Estado pode ser necessária nos casos em que a livre concorrência esteja ameaçada. Portanto, é responsabilidade do governo garantir que o livre mercado opere plena e adequadamente.

Milton Friedman, economista norte-americano e expoente da Sociedade Mont Pelerin, vai afirmar (1984, p. 14). que ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como o objetivo último da vida e o indivíduo como a entidade principal desse princípio e também da sociedade. O movimento apoiou o livre mercado internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos ampliando assim o papel do indivíduo; e apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo de forma pacífica e democrática. No âmbito político, apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos. As palavras-chave, na orla do século XX, eram bem-estar e igualdade, em vez de tão somente a liberdade. O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera o bem-estar e a igualdade ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade.

Esse processo é levado a cabo por governos que emergiram na segunda metade do século XX. Democráticos ou autoritários, o grande mantra recitado pelas lideranças (os mais afamados desse período são Margareth Thatcher, Augusto Pinochet e Ronald Reagan) era a ameaça

---

<sup>1</sup> Harvey (2014) vai assim definir esse grupo em sua defesa e entusiasmo para com o neoliberalismo: “Um grupo pequeno e exclusivo de passionais defensores seus - principalmente economistas, historiadores e filósofos acadêmicos - se congregaram em torno do renomado filósofo político austríaco Friedrich von Hayek para criar a Mont Pelerin Society (que leva o nome do spa suíço em que se reuniram pela primeira vez) em 1947 (entre os notáveis estavam Ludwig von Mises, o economista Milton Friedman e mesmo, por algum tempo, o célebre filósofo Karl Popper). Os membros do grupo se descreveram como "liberais" (no sentido europeu tradicional) devido a seu compromisso fundamental com ideais de liberdade pessoal. Alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependia da força dos grupos de interesse envolvidos (como os sindicatos, os ambientalistas ou os grupos de pressão corporativos).”

socialista, cujo rosto se assentava na União Soviética, a pressão norte-americana que era hegemônica e detentora da moeda de reserva, e a ocorrência de crises onde os projetos e visões (em especial o keynesianismo) sedimentadas não eram capazes de explicar ou reagir a partir do seu glossário teórico. O diagnóstico da crise vigente naquele momento, para esses novos representantes, com a desaceleração econômica e a inflação, eram a estagflação que seria consequência das presumidas irracionalidades econômicas da democracia e do corporativismo dos sindicatos. (ZAHLUTH, 2015, p. 183) Sobre esse momento, explica-se:

O conflito distributivo trazido pela ‘chamada sobrecarga’ democrática foi interpretado pelos intelectuais do movimento neoliberal como a própria raiz dos desequilíbrios econômicos. Em sua visão, o excesso de demandas salariais acima da produtividade do trabalho e a sobrecarga de serviços públicos acima da capacidade limitada de poupar das sociedades capitalistas estariam na raiz da inflação. O excesso de proteção sobre empresas e trabalhadores, na raiz da ineficiência e do baixo crescimento. Estados e sindicatos eram os bodes expiatórios da crise do capitalismo. Com argumentos pré-keynesianos, dizia-se que a redistribuição deveria ser contida em nome da poupança e da acumulação, liberada de proteção e organização pública, para a riqueza “gotejasse” de cima para baixo, dos “poupadores” para os “esbanjadores”. (ZAHLUTH, 2015, p. 183-184)

Nesse sentido, a inflação deveria ser controlada com cortes do gasto público (ou o ajuste fiscal) e enxugamento radical do Estado, com redução de transferências de bens e serviços públicos financiados pelos mais favorecidos e pelo rebaixamento de salários através da desregulamentação dos mercados de trabalho, a abertura comercial e a deslocalização produtiva para o exterior. (ZAHLUTH, 2015, p. 185). Em suma, para essas novas lideranças políticas, era necessário uma reviravolta teórica e prática que estivesse afinada com as novas circunstâncias do capitalismo e do mundo imerso no processo que ficou conhecido como ‘globalização’.

## **A globalização**

Pode-se concordar com Dardot e Laval (2010, p. 35) que “o traço mais característico do capitalismo neoliberal foi a ampliação e aprofundamento da concorrência pela globalização.” Contudo, o termo ‘globalização’ também pode ser categorizado como sendo polissêmico: muitas são as suas nuances, ou seja, o mesmo pode ser estudado em seus desdobramentos antropológicos,

etnológicos, políticos, econômicos, etc. No sentido estrito para a compreensão da sua relação com o Estado, pode-se dizer que o mesmo precisa ser abordado como uma evidência de que mudanças significativas vêm ocorrendo no mercado global, nas formas de organização das empresas e nas regras de competição.

Muitas são as abordagens e metodologias que se desenvolvem acerca do significado do termo ‘globalização’ e sobre as suas reais origens. Contudo, pode-se adotar a perspectiva em que se afirma o processo da globalização como algo vigente desde o século XVI, com as grandes navegações e a descoberta do Novo Mundo. O termo é incidente naquele contexto uma vez que tais acontecimentos levaram a um conhecimento maior do globo e o contato dos dois continentes produziu um liame que interligou regiões distintas. Paul Singer (2000, p. 14), ao comentar o fenômeno tomando como perspectiva, a título de ilustração, o lócus brasileiro, vai colocar que: “O açúcar era produzido nos engenhos do Nordeste com capital holandês, transportado em navios portugueses, consumido na Europa e os tributos era cobrados pela coroa lusitana.” Ademais, longe de afirmar como sendo um processo otimista ou fruto de uma evolução moral e providencial da humanidade, é notório que a globalização é um processo histórico e gradual<sup>2</sup>; tal como afirma Amartya Sen (2001):

A globalização não é novidade nem se limita a ocidentalização. Ao longo de milhares de anos, a globalização vem progredindo por meio de viagens, comércio, migração, difusão de influências culturais e disseminação de conhecimentos (...)

---

<sup>2</sup> Vale, pois, dizer que a internacionalização do capital não é algo novo se investigarmos a genealogia do capitalismo levada a cabo por Marx e Engels, quando apontaram em 1948: A burguesia, através de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande desgosto dos reacionários, ela retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional sobre o qual ela se apoiava. Todas as velhas indústrias nacionais foram já destruídas ou estão sendo diariamente destruídas. Elas são substituídas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não mais utilizam matérias primas locais, mas matérias primas retiradas das zonas mais remotas. Seus produtos são consumidos, não apenas dentro de seu país, mas em cada canto do globo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades, exigindo para sua satisfação os produtos de terras e climas distantes. Em lugar da velha reclusão e autossuficiência local e nacional, temos um intercurso em toda direção, uma universal interdependência das nações. E isto tanto em relação à produção material quanto em relação à produção intelectual. As criações intelectuais de nações individuais tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis e, das numerosas literaturas nacionais e locais, surge uma literatura mundial. Um movimento parecido está acontecendo diante de nossos olhos. A sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, uma sociedade que fez surgir meios gigantescos de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que não é mais capaz de controlar os poderes do mundo inferior que ele invocou com seus encantamentos. (MARX; ENGELS, 2006 p. 44-45)

Existe uma herança mundial de interação e as tendências contemporâneas se enquadram nessa história.

Da mesma forma, a Revolução Industrial fora um acontecimento que tangeu o mesmo fenômeno uma vez que produtos e mercadorias começaram a intercambiar diferentes regiões, fazendo com que aumentasse a demanda e a produção de vários setores, levando a implementações de técnicas produtivas em áreas não tão afinadas com o progresso industrial. Mas a globalização que tanto se fala é aquela que se assistiu no século XX: com a queda da polarização mundial e com o sobressalto tecnológico, especificamente no que diz respeito à informática.

A partir desse cenário, alguns teóricos passaram a sustentar que o mundo hoje (ou o globo) é um só, está, portanto, globalizado, desaparecendo as barreiras representadas pelas fronteiras dos Estados. E esse novo mundo, com a ‘humanidade integrada’, seria regido pelas leis do mercado e não mais pelas leis do Estado de Direito que decorrem dos valores do povo local e de todo o conjunto das relações sociais. Dallari (1998 p. 277) vai dizer que é importante ressaltar que a ideia da globalização, que não chega a ser uma teoria, pretende fundamentar-se primordialmente nas relações econômicas e nas atividades financeiras, o que fica muito claro pela ampla e persistente utilização das expressões ‘mercado’ e ‘liberdade econômica’, como se fossem as determinantes do mundo novo.

Como fora dito, um dos acontecimentos da Modernidade foi o surgimento dos Estados nacionais, com uma noção clara de soberania e legitimidade. Os primeiros estágios do capitalismo precisou negociar com uma forte figura de autoridade cujos interesses não atendiam necessariamente às demandas do mercado. Com a globalização, muito se fala na desidratação das fronteiras nacionais e o fim dos Estados nacionais como tradicionalmente se verificou no que tange à sua atuação outrora vigente. O Fundo Monetário Internacional (2000, p. 40), definindo o termo ‘globalização, vai colocar que esse processo é “a ampliação, para além da fronteiras nacionais, das mesmas forças de mercado que durante séculos foram observadas em todos os segmentos da atividade econômica, seja nos mercados das aldeias, nos setores industriais das zonas urbanas ou nos centros financeiros.”

O capital que antes se sujeitava aos crivos, tanto da aristocracia quanto, *a posteriori*, da burguesia, parece agora desconhecer fronteiras e localidades geográficas com o surgimento de multinacionais e de câmbios estrangeiros. Uma vez que o próprio processo produtivo está desgarrado de atender apenas a um mercado consumidor circunscrito a uma localidade do globo.

Bem como não existe mais a necessidade de buscar matéria prima na sua zona de origem ou de sede produtiva. A era da informatização e a consequente supressão das categorias espaciotemporais sedimentam as sociedades em seus mais diversos ângulos. Tal como propõe Ianni (1995, p. 48) ao refletir que “globalizaram-se as instituições, os princípios jurídico-políticos, os padrões socioculturais e os ideais que constituem as condições e produtos civilizatórios do capitalismo.” Com a modernidade o tempo e o espaço, na verdade, parecem se separar. Quem descreveu isso foram os cientistas da física clássica como Newton e os defensores da razão iluminista como Kant. Este concebia o

[...] espaço e tempo como duas categorias transcendentalmente separadas e mutuamente independentes do conhecimento humano. E, no entanto, por mais justificável que seja a vocação dos filósofos de pensar *sub specie aeternitatis*, é sempre um pedaço do infinito e da eternidade, sua parte finita correntemente ao alcance da prática humana, que fornece o “campo epistemológico” para a reflexão filosófica e científica e o material empírico que pode ser trabalhado para construir verdades eternas; essa limitação, na verdade, separa os grandes pensadores dos outros que desapareceram na história como fantasistas, fabricantes de mitos, poetas e outros sonhadores. E assim algo deve ter acontecido à amplitude e à capacidade de carga da prática humana para que os soberanos espaço e tempo repentinamente se ponham a encarar, olhos nos olhos, os filósofos. (KANT, [s.d.] apud BAUMAN, 2001, p. 129.)

Um dos estudos mais notórios sobre a natureza e a propagação dos valores capitalistas é aquele tecido por Max Weber em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1987); nesse estudo, o sociólogo alemão encontrou uma engrenagem essencial para o desenvolvimento do capitalismo assentada em uma declaração famosa de Benjamin Franklin quando este disse que ‘tempo é dinheiro’. O tempo se tornou dinheiro para vencer a resistência do espaço: encurtar as distâncias, tornar executável a superação de obstáculos e limites à ambição humana. Weber (1987, p. 33) ainda afirma, de forma analítica, que o tempo improdutivo devia ser eliminado e para isso é preciso racionalizar os tempos e movimentos tentando preencher o espaço mais densamente de objetos e em ampliá-lo que depois poderia ser preenchido de outra maneira. Descobre-se, assim, que o capitalismo inicial era configurado e reproduzido por uma verdadeira ética (puritana) baseada no trabalho.

Com isso, muitos são os teóricos que pretendem dialetizar o termo ‘globalização’. Bauman (1999) vai propor que o termo ‘glocalização’ seja mais assertivo no mesmo sentido colocado por Milton Santos (2001): para eles, a reflexão vai no sentido que os efeitos e sofisticções produzidos pela globalização carecem de um acesso social em escala global; fazendo com que



exista uma narrativa fabulosa que, desvelada, revelam um cenário perverso de reprodução de desigualdade. Essa afirmação pode ser analisada a partir de colocações do próprio Fundo Monetário Internacional (2000, p. 40), quando esta instituição afirma que “A globalização oferece às pessoas acesso a um maior número de mercados mundiais, a fluxos de capitais mais abundantes, à tecnologia, às importações mais baratas e a mercados de exportação mais amplos.” O que se vê, empiricamente, é que esse otimismo está muito longe de ser verificado.

Com essa ideia como base, eles avançaram um modelo neoliberal de globalização, que englobava o tratado de livre comércio, o relaxamento das regulamentações financeiras e outros mecanismos que agilizaram o transporte de mercadorias, capital e indivíduos através das fronteiras nacionais. Eles estavam otimistas de que a proliferação de mercados globais promoveria maior interconectividade entre as nações, diminuiria a probabilidade de conflito entre elas, atenuaria atitudes nacionalistas fervorosas e encorajaria a observância dos direitos humanos. Além disso, os resultados benéficos do comércio internacional e o advento de novas tecnologias de informação têm o potencial de enfraquecer os governos autoritários e levá-los a adotar os princípios da democracia liberal.

A ideia transmitida pelo termo (globalização) é “[...] o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo”. (BAUMAN, 1999, p. 66) Os Estados-Nação deixam de ser referência como centros de poder para as corporações que não tem local fixo. Por isso podem fazer o que bem entendem com o capital. Aqui entra a discussão colocada no início deste capítulo sobre a questão da soberania. Assim, o poder outrora exercido pelos Estados é redimensionado para as empresas que só atingem sua teleologia a partir das relações de produção; onde a produção e o lucro só são obtidos por meio da mais rigorosa disciplina, o que Michel Foucault chamou de poder disciplinar.

Esse poder, por sua vez, opera de forma diferente da soberania na medida em que investe nos sujeitos que pretende controlar, em vez de simplesmente retirar recursos deles. Este investimento vem através de uma "máquina produtiva" abrangente. O poder disciplinar molda a percepção do tempo, cria uma força de trabalho e normaliza sua existência para aumentar sua utilidade. Mas Foucault mesmo vai sustentar que a população é o alvo da disciplina tendo como modelo principal de saber “a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, 1979, p. 153)

A globalização acabou favorecendo à elite mundial ganhar dinheiro mais rápido. Alguns acabam se beneficiando à custa de outros que permanecem fixos em seus locais suportando as consequências do “capitalismo selvagem”. Os ricos

[...] utilizam a mais recente tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro mundo afora com extrema rapidez e especular com eficiência cada vez maior. Infelizmente, a tecnologia não causa impacto nas vidas dos pobres do mundo. [Isso relacionado ao seu poder de compra e de acompanhar as tendências, quanto ao desejo é igual para todos] De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial. (BAUMAN, 1999, p. 78)

A riqueza estava atrelada na Modernidade com a produção de coisas, o processamento de materiais, a criação de empregos e a direção de pessoas. Os antigos ricos precisavam dos pobres para fazê-los e mantê-los ricos. Essa dependência criou muitos conflitos que envolveu o poder político de cada época, sendo necessária a assistência e a caridade aos empobrecidos onde se constituiu uma tecnologia de controle social. Recentemente surgiu o Estado Social “[...] que avaliava a qualidade da sociedade como um todo pela qualidade de vida de seus cidadãos mais fracos e gravemente feridos”. (BAUMAN, 2006, p. 76) Não deixava de ser uma forma de amenizar a desigualdade entre os cidadãos. A dicotomia entre a classe possuidora de recursos e da classe carente do necessário para sobreviver atravessou a história humana como sintetizou Karl Marx.

Os novos-ricos não precisam mais dos pobres. Finalmente a bem-aventurança da liberdade total está próxima. A mentira da promessa do livre comércio é bem encoberta; a conexão entre a crescente miséria e desespero dos muitos “imobilizados” e as novas liberdades dos poucos com mobilidade é difícil de perceber nos informes sobre as regiões lançadas na ponta sofredora da “glocalização”. Parece, ao contrário, que os dois fenômenos pertencem a mundos diferentes, cada um com suas próprias causas marcadamente diversas. Jamais se suspeitaria pelos informes que o rápido enriquecimento e o rápido empobrecimento brotam da mesma raiz, que a “imobilidade” dos miseráveis é um resultado tão legítimo das pressões “glocalizantes”. (BAUMAN, 1999, p. 78-79)

A globalização das economias arrasta para a produção de produtos e serviços efêmeros que devem ser trocados ou solicitados quando as pessoas são informadas sobre novos substitutos muito melhores e superiores aos antigos. Os indivíduos não sabem mais se podem confiar no que a globalização prometeu. “A globalização parece ter mais sucesso em aumentar o vigor da inimizade e da luta intercomunal do que em promover a coexistência pacífica das comunidades”. (BAUMAN, 2001, p. 219) Nesse contexto, Bauman ressalta dois tipos de pessoas: os indivíduos

que vivem num mundo globalizado são reconhecidos como turistas e aqueles que vivem num mundo glocalizado são chamados de vagabundos.

Tanto o turista como o vagabundo foram transformados em consumidores, mas o vagabundo é um consumidor frustrado. Os vagabundos não podem realmente se permitir as opções sofisticadas em que se espera que sobressaiam os consumidores; seu potencial de consumo é tão limitado quanto seus recursos. [...] São inúteis, no único sentido de “utilidade” em que se pode pensar numa sociedade de consumo ou de turistas. E por serem inúteis são também indesejáveis. Como indesejáveis, são naturalmente estigmatizados, viram bodes expiatórios. Mas seu crime é apenas desejar ser como os turistas sem ter os meios de realizar os seus desejos como os turistas. (BAUMAN, 1999, p. 103-104)

Para que aconteça o sonho do consumo é fundamental a glocalização forçada de alguns não fornecendo nenhuma alternativa. Os glocalizados são os indivíduos presos ao território e sem condições de disputarem a corrida consumista com os turistas. Não deixa de ser um exemplo para incitar o medo do fracasso. “Para a indústria do consumo, o medo é, plena e verdadeiramente, um “recurso renovável””. (BAUMAN, 2006, p. 96) É bom que os vagabundos almejem ser turistas para mover os mecanismos de consumo, embora dificilmente consigam transpor o limite que os separa.

Nesse mesmo viés, François Chesnais (1996, p. 5) vai afirmar que em vez de usar o termo “globalização” e, portanto, de fazer referência à “economia” de modo vago e impreciso, parece então desde já preferível falar em “globalização do capital”, sob a forma tanto do capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços quanto do capital concentrado que se valoriza conservando a forma dinheiro. Pode-se então dar mais um passo, aquele que consiste em falar de “mundialização do capital” em vez de “globalização”.

Considerando essas perspectivas, pode-se concluir que existe um extrato semântico que leva a concluir que existe um denominador comum quando se investiga um denominador comum nos diversos conceitos sobre globalização. Tem-se, assim, que a definição do termo recai, como afirma Belluzzo (2017, p. 66) sobre um verdadeiro acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada. O corolário desse processo indica mudanças estruturais na dinâmica da economia mundial, descortinando uma nova fase edificada por simbioses e contradições das relações “inter-nacionais”, que elevaram exponencialmente a complexidade da gestão das políticas das economias nacionais.

Vê-se que o mundo passou por uma nova configuração social: o laço que se sedimenta as

relações sociais não são mais aqueles do capitalismo nascente. O modelo de adesão ao sistema econômico baseado em uma ética do trabalho nos moldes weberianos parece não encontrar guarida em uma etapa do capitalismo que não é necessariamente o capital produtivo que é valorizado.

Ademais, surge uma sociedade que se supervaloriza o consumo de uma forma nunca vista. Gilles Lipovetsky, sociólogo francês, ao analisar as características do mundo atual, o que ele vai chamar de Hipermodernidade, vai encontrar justamente o consumo como sendo uma das maiores características da sociedade contemporânea. Segundo ele (2015, p. 36) “(...) o consumo constrói-se cada dia um pouco mais em função de finalidades, gostos e critérios individuais. É a era do hiperconsumo (...) orquestrada por uma lógica desinstitucionalizada, subjetiva, emocional.” Assim, parece que uma nova configuração ideológica para o capitalismo se fez necessária.

É notório que um dos eventos que mais intensificou o processo da globalização e a hegemonia do capitalismo no mundo foi a queda do Muro de Berlim, em 1989. Esse acontecimento foi um verdadeiro golpe contra o Império Soviético e seus dispositivos políticos. Contudo, sabe-se que a construção era o símbolo objetivo da dicotomia em que o mundo se encontrava, o que veio a se dissolver com a sua queda. De modo que, para além da decadência da União Soviética, a queda do muro, no dizer de Thomas Friedman, jornalista e estudioso da globalização, “inclinou a balança do poder mundial para o lado dos defensores da governança democrática, consensual, voltada para o livre mercado, em detrimento dos adeptos do governo autoritário, com economias de planejamento centralizado.” (2007, p. 67) Nesse mesmo sentido, Milton Friedman argumenta com convicção as premissas dessa nova fase do capitalismo mundial quando diz:

Fundamentalmente, só há dois meios de coordenar a atividade econômica de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos. (...) Enquanto a liberdade efetiva de troca for mantida, a característica central da organização de mercado da atividade econômica é a de impedir que uma pessoa interfira com a outra no que diz respeito à maior parte de suas atividades. O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada. (FRIEDMAN, 1984, p. 21-23)

Para o economista norte-americano, o mercado promove a liberdade dos indivíduos e tem também a capacidade de separar, por ser impessoal, as questões econômicas das divergências

políticas, protegendo os cidadãos e evitando qualquer discriminação racial, econômica, política ou de qualquer natureza. Assim diz:

Ninguém que compra pão sabe se o trigo usado foi cultivado por um comunista ou um republicano, por um constitucionalista ou um fascista ou, ainda, por um negro ou por um branco. Tal fato ilustra como um mercado impessoal separa as atividades econômicas dos pontos de vista políticos e protege os homens contra a discriminação com relação a suas atividades econômicas por motivos irrelevantes para a sua produtividade - quer estes motivos estejam associados às suas opiniões ou à cor da pele. (FRIEDMAN, 1984, p. 28)

Vê-se que, para o neoliberalismo, o mercado é uma espécie de semi-divindade que paira acima dos mortais, realizando uma espécie de seleção natural das espécies no seio do sistema capitalista, tal como a natureza, de forma a garantir prosperidade e harmonia. Por dispensar valores morais, preceitos éticos, preconceitos sociais, o mercado passa a ser como que um demiurgo justo e neutro que transforma o egoísmo individual de cada pessoal em arautos do progresso e da felicidade humanas. Neutro, portanto, a afirmação neoliberal a imparcialidade benéfica do mercado é colocada também por Ludwig Von Mises, economista austríaco e também pensador primevo do neoliberalismo, afirma, em sua obra *Ação humana: um tratado de economia* (2010) que "podemos ainda dizer que a economia é perfeitamente neutra em relação a todos os julgamentos de valor, uma vez que ela se refere sempre aos meios e nunca à escolha dos objetivos últimos que o homem pretende atingir. (2010, p. 999)

Na mesma reflexão, Mises vai advogar o individualismo, contra o coletivismo, ao colocar que "Toda essa azáfama de homens diligentes e trabalhadores, toda essa pressa, esse dinamismo, esse alvoroço, não têm o menor sentido porque não traz felicidade e nem paz." (p. 995) Ademais, Mises (2010, p. 996) afirma filosoficamente que é uma característica da natureza humana um instinto de autopreservação ou um ímpeto em que o ser humano busque um aperfeiçoamento de si e da busca por melhorias individuais quando este afirma que "Pode ser que no recôndito da alma humana exista o desejo de uma existência vegetativa, inativa e pacífica. Mas, no ser humano, esses desejos, quaisquer que possam ser, são superados pelo afã de agir e de melhorar as condições de sua própria vida." Em outras palavras, dispensa-se uma regulação exógena que define objetivos coletivos em detrimento dos anseios e desejos individuais.

Hayek, sobre o individualismo, vai colocar que, longe de ser interpretado como um conceito carregado de conotações negativas, o individualismo como defendido pelos neoliberais tem como características essenciais "o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o

reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais.” (HAYEK, s/d, p. 42)

Se o mercado tem essa capacidade, nada mais justo de que também possa se transformar num dispositivo harmonizador das relações econômico-sociais de um país. E se pode harmonizar os interesses de um país, o raciocínio também vale para o conjunto de todas as nações, pois o funcionamento do mercado em nível internacional faz com que cada país participe do produto mundial utilizando as condições propícias que a natureza ou a tecnologia lhes proporcionou para elaborar os produtos que mais sabe fazer.

A globalização seria, para os neoliberais, o ponto culminante de um processo iniciado há milhares de anos com as primeiras trocas entre os seres humanos primitivos. Como diz, ironicamente, José Comblin:

Com as separações entre nações e todos podem livremente intercambiar bens e serviços. Entre todos realiza-se a harmonia espontânea. A mão invisível de Adam Smith passa a atuar entre pessoas de todas as nações. (...) Doravante o mercado estende-se ao mundo inteiro. Há um só mercado. Consequentemente, não faz sentido manter fronteiras, sobretudo fronteiras econômicas. (COMBLIN, 1999, p. 19)

Essa é uma das razões que fez surgir integrantes da corrente neoliberal de pensamento que chegaram a afirmar que a história, com a implementação desse modus operandi, teria chegado ao fim. Um dos mais notórios pensadores que irá disseminar essa afirmação será Francis Fukuyama (1992, p. 11), quando este diz que “a democracia liberal pode constituir o "ponto germinal da evolução ideológica da humanidade" e "a forma final de governo humano" e, como tal, constitui "o fim da história".”

O tema que aqui interessa envolvendo o dogma neoliberal é o papel do Estado nesse processo. Os defensores do Estado mínimo localizam praticamente todos os problemas do capitalismo atual como decorrentes da interferência do Estado na economia. Uma das colunas basilares do neoliberalismo, o economista austríaco Frierich Hayek, nos seus dois trabalhos *O caminho da servidão* e *Os fundamentos da liberdade*, vai investir duras críticas contra a intervenção do Estado na economia, além de defesas argutas do individualismo, das benesses do mercado e da propriedade. Sobre isso, sua opinião sobre o papel do Estado na economia pode se verificar na seguinte argumentação:

O Estado deveria limitar-se a estabelecer regras que se aplicam a tipos gerais de situação e deixassem os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos interessados em cada caso podem conhecer plenamente essas circunstâncias e a elas adaptar suas ações. (...) Quanto mais o Estado planeja, mais difícil se torna o planejamento do indivíduo. (HAYEK, s/d, p 119-120).

No mesmo sentido, Friedman define com muita clareza o papel e os limites do Estado nesta fase do capitalismo quando este afirma que “a preservação da liberdade é a principal razão para a limitação e descentralização do poder do governo.” (FRIEDMAN, 1984, p. 12). Assim, dá-se ênfase que esta instituição social tem tão somente o papel de preservar a lei e a ordem, os contratos e a garantia do usufruto da propriedade, enfatizando que o Estado nunca poderá ter oportunidades para regular a vastidão da atividade humana:

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover os mercados competitivos (...) Se o governo deve exercer o poder, é melhor que seja no condado; e melhor no Estado do que em Washington (...) Afinal o governo não poderá jamais imitar a variedade e a diversidade da ação humana. (FRIEDMAN, 1984, p. 12-13).

Em suma, o grande mantra neoliberal no que tange ao Estado pode ser resumido na colocação de Walter Lippmann, comentarista político norte-americano, quando este afirma que “o Estado liberal há de ser concebido como protetor de direitos iguais, dispensando a justiça entre os indivíduos. Procura proteger os homens contra a arbitrariedade, e não dirigi-los arbitrariamente.” (LIPPMANN apud DALLARI 1998, p. 115) Aqui fica claro que não se comenta nenhuma referência à atividade econômica ou qualquer forma de regulação que possa usurpar a capacidade do indivíduo de fazer usufruto do direito à liberdade que o torna capaz e digno de ser autor do seu desenvolvimento e bem-estar.

Como fora dito, no período pós-guerra, o comércio internacional configurava uma variável residual das economias nacionais e as políticas empresariais adaptadas à dos Estados. Na atualidade, sob a égide da globalização e da dogmática neoliberal, as políticas econômicas “internas” estão limitadas pela busca de condições atraentes para os capitais em movimentos. O presente período se distingue pelo protagonismo da empresa e da finança globalizada. (BELLUZZO, 2017, p. 66) Tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento,

industrialização e progresso social.

Pode-se concluir, em concordância com a reflexão de Fagnani (2019, p. 28), que a globalização, ao tornar mais livre o espaço de circulação da riqueza e da renda dos grupos privilegiados, desarticulou a base tributária assentada na prevalência dos impostos diretos sobre a renda e a riqueza. A ética da solidariedade é substituída pela ética da competitividade e da eficiência e, dessa forma, os programas de redistribuição de renda, reparação de desequilíbrios sociais e assistência a grupos marginalizados têm encontrado forte resistência na casamata dos enriquecidos. Hoje, o novo individualismo encontra reforço e sustentação no aparecimento de milhões de “empreendedores” terceirizados e autonomizados, criaturas das mudanças nos métodos de trabalho e na organização da grande empresa.

### **A austeridade: a prática fiscal do neoliberalismo recente**

Hoje, uma das palavras-chave que mais ecoam no sentido de definir políticas econômicas que caminham no sentido de cumprir as orientações neoliberais no que tange à desidratação do Estado é a austeridade (ou a austeridade fiscal). Muitos foram os acontecimentos, no Brasil e no exterior, que fizeram uso dessa palavra para denotar um planejamento governamental que enveredaria uma via única, sem possibilidade de pensar em outra, de salvação das economias de um país. Mark Blyth, estudioso do assunto, vai assim definir o termo:

Austeridade é uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits. Fazê-lo, acham os seus defensores, inspirará a “confiança empresarial” uma vez que o governo não estará “esvaziando” o mercado de investimento ao sugar todo o capital disponível através da emissão de dívida, nem aumentando a já “demasiada grande” dívida da nação. (2017, p. 22)

Embora a palavra seja muito corriqueira na atualidade, a orientação de uma responsabilidade fiscal, no sentido de não se gastar mais do que se arrecada, já eram presentes em comparações entre orçamento público e orçamento doméstico desde as primeiras nuances do neoliberalismo quando, por exemplo, Margareth Thatcher afirmou que “o governo deve fazer o



mesmo que uma dona de casa quando falta dinheiro.”<sup>3</sup> Não obstante, discursos da mesma natureza foram proferidos por lideranças brasileiras: Dilma Rousseff, em 2015, disse “Faço ajustes no meu governo como uma mãe e uma dona de casa faz na casa dela.”<sup>4</sup> Da mesma forma, num tom machista, Michel Temer, em 2017, afirmou que “Governos precisam passar a ter maridos, daí não quebram.”<sup>5</sup>

Vale citar os comentários certos sobre esse fenômeno no estudo que ficou publicado sob o título *Austeridade e retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil* (2016) quando ali se afirma que essa empreitada neoliberal levanta a hipótese que, assim como o aumento do gasto público poderia levar à retração mais que proporcional do gasto privado, o corte do gasto público levaria à ampliação mais que proporcional do gasto privado. Os defensores dessa teoria argumentam que o aumento da confiança dos agentes é responsável pelo aumento do consumo e do investimento privados.

Destarte, Segundo Blyth (2017), o argumento da austeridade advoga que, em tempos de crise e recessão, as políticas fiscais que caminham no sentido de um ajuste fiscal podem ter um efeito expansionista ou de aumentar o crescimento econômico de um país. Assim, a austeridade é a política que busca, por meio de cortes de gastos, ajustar a economia e promover o crescimento. A defesa da austeridade argumenta que, diante de uma desaceleração econômica e de um aumento da dívida pública, o governo deve realizar um ajuste, de preferência com corte de gastos públicos ao invés de enveredar a via do aumento de impostos, por exemplo. Esse ajuste teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos agentes na economia. É aquilo que Paul Krugman (2015) vai chamar, ironicamente, de fada da confiança.

A conclusão desse argumento foi colocada na publicação *Austeridade e retrocesso: impactos sociais na política fiscal no Brasil* (2017) quando se afirma que ao mostrar profundo compromisso responsável em relação às contas públicas, o governo ganha credibilidade junto aos agentes econômicos e, diante da melhora nas expectativas, a economia passa por uma recuperação decorrente do aumento do investimento dos empresários, do consumo das famílias e da atração de

---

<sup>3</sup> Margaret Thatcher em discurso de 29 de fevereiro de 1949. Disponível em: <https://youtu.be/WPrIGhyPSsE>. Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/02/faco-ajustes-no-governo-como-uma-dona-de-casa-faz-em-casa-diz-dilma.html>. Acesso em 20 nov. 2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/governos-precisam-ter-marido-dai-nao-quebram-diz-temer-sobre-crise-fiscal-21277333>. Acesso em 20 nov. 2022.

capitais estrangeiro. A austeridade teria, portanto, o potencial de reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento econômico. Tudo isso via enxugamento das despesas.

Vê-se que os argumentos que fundamentam a via pela austeridade se assentam sobre características pré-keynesianas. A justificativa para tal posicionamento é justamente que a época atual está descolada daquela em que se viu os primeiros assentamentos na defesa de um Estado de Bem-Estar Social e que o próprio capitalismo apresenta, hoje, outras características. De qualquer forma, essa política se afirma como uma das grandes herdeiras do mais refinado dogma neoliberal: a redução do papel do Estado na economia. Contudo, esse credo neoliberal ficou assentado teoricamente por muito tempo; fazendo com que, *a posteriori*, sua efetividade prática pudesse ser questionada. Ora, governos de orientação neoliberal surgiram na década de 80, como já foi dito; mas o mesmo projeto alcançou uma escala mundial nos anos seguintes. Muita literatura foi produzida no sentido de analisar o real cumprimento dessa sólida orientação tão cara para os neoliberais.

### **O Estado no neoliberalismo: poder e soberania**

Em toda pesquisa e aprofundamento que se pretender abordar o tema do neoliberalismo depara-se sempre com a questão nuclear: o Estado e, principalmente, o papel do Estado em meio a essa ideologia e projeto de sociedade. Afinal, todas as visões políticas possuem perspectivas que versam sobre o trabalho, a religião, a moral, dentre outros temas que circunscrevem a vida social. A questão sobre o papel do Estado, no entanto, é um assunto insistido pelos teóricos e pelas discussões.

Destarte, o papel do Estado no neoliberalismo, ao menos na teoria, tem uma definição objetiva e reproduzida em todos os meios de divulgação e de expressão. Segundo Harvey (2014, p. 75):

o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. (...) A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação

de riqueza. (...). Assim, os contínuos aumentos da produtividade devem proporcionar padrões de vida mais elevados a todos. Sob o pressuposto de que "uma maré montante faz subir todos os barcos" ou sob o do "efeito multiplicador", a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio.

Assim, fica claro que a interpretação tradicional incide sobre o neoliberalismo como um instrumento da política econômica do Estado a partir da desconstrução dos auxílios sociais, dos impostos progressivos e todas as formas possíveis de redistribuição de renda; bem como a ativação estimulante para o capital privado oportunizado a partir de uma forte desregulamentação dos sistemas públicos. Toda essa obra será levada a cabo em nome da criação de indivíduos livres, responsáveis e com a grande oportunidade de construir sua riqueza com as próprias mãos. Em suma, Dardot (2021) vai colocar que o projeto visa aperfeiçoar um tipo de Estado que permita cindir radicalmente com a tendência intervencionista a serviço dos interesses sociais que controlava o Estado desde o fim do século XIX.

Uma das críticas hoje pode ser ilustrada por Mascaro em sua obra *Estado e forma política* (2013) onde se afirma que “o Estado se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista.” (p. 18) A evidência dessa realidade é o equívoco de sustentar que o capitalismo se restringe tão somente a um sistema econômico, encarregado de gerir as finanças e as riquezas, independente da fase do capitalismo vigente. É necessário interpretar a questão a partir de uma perspectiva panorâmica, isto é, abordar o tema do capitalismo em sua relação de paridade com o Estado, de forma que a conclusão é que “o Estado e o capital são companheiros inseparáveis, ontem como hoje.” (BRAUDEL, 1979, p. 540)

Wendy Brown (2019, p. 39), estudiosa e crítica sobre o assunto, vai colocar que o neoliberalismo, desde as suas primeiras experiências no mundo (anos 70-80) tinha o translúcido objetivo de desidratar o Estado de bem-estar social, seja privatizando-o<sup>6</sup> ou eliminando completamente tudo o que resta de bem-estar social e que possa criar uma expectativa da sociedade em ter carências básicas de sobrevivência assistidas por uma instituição superior que poderia protegê-la das intempéries e oscilações do sistema econômico em que se viam. Assim, qualquer intervenção do governo nessa matéria só poderia desregular e perturbar esse curso automático, logo

---

<sup>6</sup> Vale dizer que, durante os seus mandatos, Margareth Thatcher e Ronald Reagan levaram a cabo um forte programa de privatizações dos serviços públicos incluindo estatais garantidoras de água, eletricidade, gás, comunicação, combustível, etc.

convinha estimular uma atitude abstencionista (ou o famoso mantra de que ‘uma postura inerte permitiria que o mercado se autorregulasse’). O neoliberalismo, entendido dessa forma, se colocaria como uma reabilitação simplificada da velha tese do livre mercado presente no liberalismo clássico.

Contudo, Brown (2019, p. 144) vai afirmar que Estados dominados pelo capital privado (ou pelas finanças e indústrias poderosas) que busca legislação e ação estatal em prol de seus interesses, afastam-se radicalmente do objetivo neoliberal de instituições políticas isoladas de interesses ao mesmo tempo que promovem a competição e estabilizam o capitalismo. De forma que essa constatação da cientista política estadunidense faz emergir uma contradição entre as bases do neoliberalismo e a sua correspondência prática.

Ainda sobre essa constatação, Harvey (2014, p. 75) vai colocar que a prática da neoliberalização se metamorfoseou de tal modo que se afastou significativamente do modelo que a teoria oferece. Além disso, a evolução um tanto caótica e o desenvolvimento geográfico desigual de instituições, poderes e funções nos últimos trinta anos sugerem que o Estado neoliberal pode ser uma forma política um tanto contraditória se examinar-se a atuação dessa instituição no desenrolar histórico do neoliberalismo no mundo.

O que se verificou foi sim um intento para se desidratar o Estado de bem-estar social no sentido deste ser um Estado-Providência com suas incumbências sociais e com o papel de regular as atividades do mercado; de modo que essa tipologia estatal usurparia a liberdade dos indivíduos e a sua competitividade, valores sem os quais não é possível haver prosperidade. Contudo, percebe-se que a atividade mercadológica ativa não pode dispensar uma forte presença do Estado. De forma que, na verdade, a liberdade tão almejada e possibilitada em um mercado livre, só pode ser experimentada através de uma força estatal que ofereça condições para o seu acontecer.

Com isso, percebe-se que a afirmação que atesta o esvaziamento do Estado ou o projeto por um Estado mínimo é convertida em mera fantasia: o mito do Estado mínimo. Os intelectuais neoliberais não eram a favor de um Estado débil. Em vez disso, seu objetivo era duplo: restringir o alcance do Estado e concentrar-se em suas operações. Em contraste com o estado liberal clássico que se baseava no sistema econômico laissez-faire e no modelo político do "vigia noturno", os neoliberais se empenharam em estabelecer, fortalecer e unificar um estado poderoso. Em tal estado, a supremacia política resulta em fragmentação, a democracia acaba por ser

desorientada e a burocracia exaurida. Sobre isso, Vladimir Safatle (2021a, p. 24) vai colocar que:

a ideia de que o advento do neoliberalismo seria solidário de uma sociedade com menos intervenção do Estado, ideia tão presente nos dias de hoje, é simplesmente falsa. Em relação ao liberalismo clássico, o neoliberalismo representava muito mais intervenção do Estado.

Um resultado potencial da democracia parlamentar, nessa nova conjuntura, é a eventual intervenção do Estado em todos os aspectos da vida das pessoas, supervisionando e regulando todas as formas de conflito social. Isso faria com que o Estado se tornasse uma mera imitação dos conflitos existentes na vida social. Porém, a solução para isso não é simplesmente ter um Estado menor, mas criar um Estado total "qualitativo". Tal Estado seria capaz de despolitizar a sociedade ao ter força para intervir politicamente nas lutas de classes e eliminar quaisquer forças de insurreição. Isso permitiria então que a economia se libertasse de suas barreiras sociais percebidas. A visão do neoliberalismo não é um Estado que planeja, mas sim um Estado que garante a intervenção autoritária na arena política, permitindo assim que a economia opere de forma autônoma.

Assim, o que se constata é que não existe uma disparidade entre Estado e mercado, no sentido de haver interesses antagônicos e díspares. Laval (2020, p. 43) ao examinar esse fato, vai afirmar que o que ocorre é uma internalização da lógica da concorrência do mercado pelo Estado. E isso, segundo o autor, se dá de duas maneiras: o Estado devia encontrar sua legitimidade no bom funcionamento econômico da sociedade, ativando nela, para isso, a operação máxima do jogo da concorrência e, por consequência, aplicar a si mesmo tanto quanto possível esse mesmo mecanismo concorrencial. Em outras palavras, o mercado moderno “não atua sozinho: ele foi sempre amparado pelo Estado.” (DARDOT; LAVAL, 2016, 19)

O que se percebe é que não existe uma querela entre mercado e Estado no neoliberalismo, mas sim, uma crítica algoz quanto às formas de intervenção do Estado que não tenham como objetivo favorecer a concorrência entre os agentes econômicos. Ainda, fala-se que o neoliberalismo desativa o jogo político para impor os interesses financeiros acima dos interesses populares. Essa confusão da articulação política e econômica fazem constatar, de fato, que as intervenções do Estado associadas a um maior consumo em massa definham, como verificam Boyer e Saillard (2022, p. 531) quando afirmam que “os responsáveis políticos se direcionam mais à comunidade financeira internacional do que a opinião doméstica.”. Contudo, o que se constata é

que essas mesmas intervenções públicas são reorientadas para se promover uma reprodução da competitividade no território:

O Estado não foi de fato limitado; sua atuação permanece relevante, porém direcionada para a lógica de mercado. Ou seja, para garantir a estabilidade monetária e cambial, com controle emissor e de confiabilidade da moeda; a coordenação econômica e a regulamentação dos mercados; atuação via gastos públicos; a ‘credibilidade no cenário internacional. (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 35)

Sobre isso, Harvey (2008, p. 80-91) vai refletir que o Estado joga um papel decisivo no neoliberalismo. Uma vez que o ímpeto de restauração do poder de classe distorce na prática a teoria do Estado mínimo. A criação de um ambiente favorável aos negócios e aos investimentos, a disseminação financeira, a função de garantidor de última instância de grandes instituições financeiras, o deslocamento dos prejuízos privados para as contas públicas, a coibição dos sindicatos, a precarização das leis trabalhistas, o corte de gastos sociais, o alastramento de políticas públicas de responsabilização individual, a ação coercitiva da polícia e do judiciário, as benesses concedidas a grandes corporações, a incumbência do setor privado da formulação de leis, das estruturas de regulação, das políticas públicas e a promoção de parcerias público-privadas, nas quais a instituição estatal assume os riscos enquanto as empresas ficam com os ganhos, são alguns dos exemplos de práticas do Estado neoliberal que se colocam do lado dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos coletivos dos trabalhadores e do bem-estar da população.

Assim, o grande objetivo do neoliberalismo em realizar um plano teórico de reorganizar o capitalismo imerso na globalização, no sentido de revitalizar a acumulação do capital global, não predominou. Contudo, viu-se bem sucedido em reestabelecer as condições de acumulação do capital e restaurar (e reproduzir) o poder das elites econômicas. O arcabouço teórico onde se encontra o credo neoliberal serviu como um dispositivo para justificar e legitimar esse fim.

A história recente, sobretudo com as últimas crises mundiais, aponta que quando os valores do neoliberalismo entram em conflito com a demanda de se sustentar o poder da elite econômica, esses princípios são distorcidos ou relegados às meras páginas de uma literatura sofisticada. Tal como comenta Blyth (2017, p. 148): “ao instituir os mercados como antídoto do Estado, os liberais contorcem-se para admitir a necessidade do Estado para a criação e preservação dos mercados.”

Portanto, pode-se concluir com Belluzzo (2017, p. 39) em dizer que ao contrário do

que reza a cartilha de certos ângulos da esquerda ou pregam as desorientações de uma direita obtusa, a nova etapa do capitalismo não buscou a muito menos realizou a propalada redução das funções do Estado. Em sua sabedoria regada a sagacidade, o neoliberalismo promoveu uma apropriação do Estado pelas forças da grande corporação transnacional empenhada na concorrência global. O que se quer, portanto, não é um Estado mínimo, mas sim, máximo em sua característica empreendedora: proporcionando o melhor para o capitalismo. O que se vê, com isso, é “um novo tipo de Estado, que reivindica sacralizar o mercado e abraçar a liberdade, mas, na realidade, reserva o liberalismo e seus benefícios àqueles que estão no topo, enquanto impõe o paternalismo punitivo àqueles que estão na base.” (WACQUANT, 2012, p. 515).

O neoliberalismo, contudo, não se limita tão somente a uma afirmação sobre a interferência da ação estatal. Considerando a contemporaneidade e suas novas modalidades de vigilância e disciplina dentro de uma micropolítica, a ideologia neoliberal se infiltra e se reproduz em forma de rede, cruzando com os sujeitos em suas mais variadas facetas, modelando-os e produzindo corpos dóceis e servis ao capital.

## 2. O NEOLIBERALISMO PARA ALÉM DA INSTITUIÇÃO ESTATAL

A discussão sobre a real feição da soberania estatal parece se assentar sobre uma aporia: qual o limiar entre esse Estado afinado com o neoliberalismo e o incentivo para a autonomia individual? Aqui, o tema do poder parece que tropeça numa investigação que se propõe a abordar o tema nas noções clássicas do Estado como uma instituição social ou como uma instituição de poder coercitivo sobre os indivíduos. Para Ong (2007, p. 4) “o neoliberalismo com “n” minúsculo é uma tecnologia de governo de “sujeitos livres” que coexiste com outras racionalidades políticas. O problema do neoliberalismo [...] é responder estrategicamente à população e ao espaço para otimizar os ganhos lucrativos.” Assim, parece haver, na atual conjuntura, uma ruptura com o modelo de soberania vigente em etapas anteriores do Estado e do capitalismo. Sobre esse novo formato de gerir a economia, Dardot e Laval (2016, p.190) afirmam que esta nova política “tem como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo.”

Para Foucault, o conceito de governamentalidade englobava os métodos estratégicos que eram utilizados para manter o interesse do Estado. É importante reconhecer que o Estado reconheceu a ineficácia da utilização da violência e da repressão como forma de governar. Em vez disso, o Estado percebeu que seu sucesso residiria em compartilhar seu poder com outras instituições e indivíduos para introduzir sua vontade de poder em instâncias menores. Essa mudança na governança foi possível com a ajuda de forças institucionais. Essa mudança marcou uma mudança significativa no papel do governante, transformando-o de uma figura transcendente em imanente. Partindo dessa reflexão, Dardot e Laval (2016, p. 26) comentam que “o



neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade”

### **O poder e a soberania em meio ao fenômeno neoliberal**

Foucault (1976, p. 32) vai propor que existe uma nova tecnologia de poder que, segundo ele, seria uma das “melhores invenções da sociedade burguesa”. Para esse pensador, essa noção estaria fadada a não ser transcrita em termos de soberania; fato que, segundo ele, seria essencial para a implantação do capitalismo e do tipo de sociedade que lhe é correlativo e necessário.

Para Foucault, é preciso conceber o poder, na orla do século XX, como uma prática que, diferente de outrora, se distribui por toda a estrutura social; de modo que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provem de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 89). Vê-se que é preciso um desvencilhamento do modelo de soberania estatal assentado no Leviatã hobbesiano; é preciso extrapolar a analítica do poder tradicional, fora do campo delimitado pela instituição do Estado. Em suma, Laval (2020, p. 125) vai comentar essa proposição de Foucault colocando que “o Estado não é o princípio, a causa e a fonte de todo poder.”

Partindo da abordagem foucaultiana, afirma-se que o desvencilhamento do poder soberano escoa para a questão da disciplina corporal e epistêmica dos sujeitos; a nova governamentalidade e a nova modalidade de poder se reveste desse formato microfísico e cirúrgico que atua sobre os indivíduos. Assim, ao falar sobre esse novo tipo de governamentalidade, Foucault (1979, p. 153) vai falar que esta atua como um conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, pelos cálculos e pelas táticas que permitem exercer essa nova tipologia do poder cujo alvo principal é o indivíduo e o modelo principal de saber seria justamente a economia política; razão esta que o filósofo francês vai afirmar que “*homo economicus* é aquele que é eminentemente governável.” (FOUCAULT, 2008, p. 369).

Sobre esse novo modelo de poder (não-soberano), Foucault vai chamar de poder disciplinar onde a partir de um estudo genealógico, o pensador francês vai enveredar um caminho epistemológico-genealógico partindo do utilitarismo inglês e do modelo panóptico. Foi o filósofo Jeremy Bentham quem introduziu a ideia de panóptico na modernidade sólida como um

instrumento direcionado para o controle do comportamento “[...] no seu projeto de inserção dessa poderosa cadeia de controle social sobre as instituições européias do período incipiente do Iluminismo e da Revolução Industrial”. (BENTHAM, 2000, p. 20) Era uma forma de conseguir o máximo domínio das ações individuais de cada pessoa, evitando-se as grandes convulsões sociais, a criminalidade e as revoltas contra a ordem estabelecida. Para isso, Bentham contava com uma visão pragmático-calculista onde os princípios deveriam ser obtidos a partir da lógica custo-benefício. Nessas condições, a formulação do panóptico seria, originalmente,

[...] uma espécie de grande projeto utópico, cuja instauração, de acordo com o seu ideólogo, resolveria definitivamente o problema da segurança pessoal da sociedade urbana, ainda que, para tanto, fosse necessário invadir o direito de usufruto de intimidade de cada indivíduo. (BENTHAM, 2000, p. 73-74)

A investigação sobre a natureza do panóptico seria retomada numa perspectiva arqueológica na era contemporânea por Foucault. Ele tinha em vista a explicitação dos mecanismos de sofisticação do poder de punição exterior para o exercício interior de autogoverno que se encontra enraizada na prática de controle social por meio da observação contínua da comunidade de indivíduos. Isso não deixa de ser uma administração coletiva da sociedade como se fosse um grande parque fabril onde todos devem cumprir o seu papel. Sobre esse modelo tradicional de dominação, Foucault comenta:

A aplicação desse sistema coercitivo de fiscalização social pelo olhar se dá em várias instâncias da vida coletiva, tais como os presídios, as fábricas, os espaços religiosos e as escolas. Em todos os casos citados, preconiza-se a adequação incondicional do indivíduo às regras estabelecidas, o que nada mais é do que uma submissão do sujeito aos imperativos dos detentores de poder das instituições sociais. (FOUCAULT, 1984, p. 173)

O panóptico visava corrigir o cidadão moralmente com uma série de trabalhos internos visando reintegrá-lo à sociedade. O modelo burocrático de sociedade era a época em que o trabalho era valorizado como instrumento para o indivíduo obter reconhecimento e afirmar sua função no meio em que vivia. O controle era necessário para que o interno fizesse os movimentos desejados. Assim, diferentemente do poder soberano, o poder disciplinar funciona pelo investimento nos corpos graças a todo um conjunto de dispositivos produtores de disciplina. Para ele, o poder disciplinar molda o tempo, fabrica a força de trabalho, normaliza a existência. A suavidade das penalidades, reclamada pelos reformadores da legislação criminal em nome da dignidade dos

homens, nunca é outra coisa senão o avesso de uma vasta e sistemática empresa de correção e de transformação do indivíduo, tornando-o útil e dócil. Existe, assim, uma emergência soberana do poder disciplinar como método de gestão dos indivíduos imersos nessa racionalidade.

### **A racionalidade neoliberal**

Foucault (1976, p. 26) vai propor o indivíduo como um efeito do poder que na mesma medida em que é um efeito do poder, é seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu. Não é mais uma conjuntura de macrofísica do poder, mas sim, uma microfísica do poder: é preciso uma análise cirúrgica e ascendente. A partir dos mecanismos infinitesimais, os quais tem sua própria história, seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática e depois ver como esses mecanismos de poder, que tem, pois, sua solidez e, de certo modo, sua tecnologia própria; que foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, transformados e deslocados, por mecanismos cada vez mais gerais e por formas dessa nova forma de dominação global.

O tema do poder e da soberania, outro imbricado com a instituição estatal, sofre uma ressignificação com essa nova perspectiva. É possível identificar uma nova tecnologia de controle e domínio social descolada dessa tipologia tradicional de autoridade. As novas circunstâncias econômicas e epistemológicas produzem a conclusão de que o Estado não goza mais da posição de premissa maior quando se trata desse fato. De acordo com Roberto Machado, comentando Foucault:

O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas de Estado. (In: FOUCAULT, 1979, p. 13-14)

Pode-se inferir que o discurso do neoliberalismo não foi um produto singular que se materializou da noite para o dia, mas a culminação de um longo processo histórico que reuniu argumentos fragmentados, consolidou-os e aumentou sua potência. Isso resultou no estabelecimento de entidades que organizam, analisam e avaliam dados, fontes, descobertas científicas e registros demográficos para governar a população no interesse de uma competição

estruturada e eficiente. Consequentemente, obriga o governo a construir os pré-requisitos que permitem que cada indivíduo participe da competição. Sobre isso, Foucault (2008, p. 154) comenta que “a liberdade do mercado com o princípio organizador e regulador do Estado, desde o início da sua existência até à última forma das intervenções. Ou seja, um Estado sob a vigilância do mercado e não um mercado sob a vigilância do Estado.”

Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que, em uma sociedade neoliberal, essa parece que o poder não se resume às instituições de poder. Existem outras ferramentas. A modelação dos indivíduos, afinados com essa nova forma de ser, se apresenta como uma racionalidade onde o Estado é um instrumento não só político ou econômico, mas ilustra sua estratégia por meio de uma racionalidade que impele novas formas de agir, delegando a soberania para um novo tipo de homem. Dardot e Laval (2016, p. 191) vão dizer que a verdadeira definição dessa nova estratégia é que ela se define por um “conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômicos e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos.”

Laval tece um profundo estudo sobre o assunto conhecido como *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal* (2020), onde o pensador francês vai colocar que, se o neoliberalismo é uma forma de poder (entre outras formas na história), ele permite esclarecer o movimento geral do poder no Ocidente como ação a distância através de uma modificação possível do meio, produzida nos jogos estratégicos do poder. Assim, em total concordância com o estruturalismo francês, Laval vai afirmar que “o poder impõe sua verdade, mobiliza saberes, emprega técnicas.” (2020, p. 38) Ademais, coloca ainda que é preciso repensar o poder não como um centro unificado de onde se difundiriam comandos e viriam sanções, mas como certa maneira historicamente marcada de conduzir os indivíduos em uma dada sociedade. Dito de outra forma: não se trata mais de partir do Estado, mas de práticas e relações que, por serem tomadas em um movimento contínuo de estatização, não são redutíveis ao exercício de uma dominação centralizada e vertical.

É nesse sentido que as novas investigações sobre o neoliberalismo vão no sentido de analisar o fenômeno não somente como um fenômeno político ou econômico, mas sim, um modo de pensar que penetra no íntimo da esfera individual, criando modos de ser, agir e pensar. Sobre isso, Dardot e Laval (2016, p. 7) vão afirmar que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.” De

forma que, para além de um tipo de política econômica, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, através de discursos, práticas e dispositivos; estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida, determinando um novo modo de governo dos indivíduos a partir de um princípio mercadológico da concorrência.

Dentre as declarações célebres de Margareth Thatcher, tem-se aquela onde a ex primeira-ministra disse que “a economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma.”<sup>7</sup> Nesse discurso, vê-se que não se pode reduzir o neoliberalismo apenas ao departamento econômico. Safatle (2016, p. 137), acerca desse pronunciamento da política britânica, vai afirmar que “se Thatcher tivesse lido Foucault, ela complementaria afirmando que o coração e a alma são peças na dominação que o poder exerce sobre o corpo.”

### **O sujeito neoliberal**

Dito de outra forma, Dardot e Laval (2016), partindo da abordagem foucaultiana, vão insistir com a tese segundo a qual o neoliberalismo seria, em primeiro lugar, uma racionalidade, a racionalidade do capitalismo contemporâneo; ou ainda uma forma racional de governo. No sentido que se molda um mundo a partir de um ímpeto que faz uma verdadeira extensão lógica econômica para todos os ângulos da vida: desde as instituições até o mais íntimo da subjetividade. Para os autores, examinar o neoliberalismo como uma racionalidade é assumir que nova razão do mundo produz certos tipos de relações sociais e maneiras de viver ou, dito de outra forma, certas subjetividades. Ora, se a questão se pauta sobre a produção de novos sujeitos, tem-se uma problemática que diz respeito à postura comportamental da sociedade ou sobre a norma de vida dos sujeitos que vivem no desenrolar dos séculos XX e XXI.

Essa nova subjetividade, afinada com o capitalismo contemporâneo, produz um sujeito correspondente às necessidades do neoliberalismo. Assim, constitui-se um sujeito cujo protótipo é o próprio capital: a mesma metodologia que se aborda para examinar o valor do capital se faz para examinar o valor do sujeito. Ora, o valor do sujeito é justamente a relação dele consigo mesmo; e

---

<sup>7</sup> INTERVIEW FOR SUNDAY TIMES. Margareth Thatcher Foundation. Londres, 3, maio, 1981. Disponível em: <https://bit.ly/3ohckLZ>.. Acesso em: 11 nov. 2020.

esse valor, por sua vez, cresce na medida em que as subjetividades se conformam com esse novo caminho para se constituírem no mundo e na sociedade: a via do senhorio sobre o seu próprio eu. Nessa nova conjuntura, microfísica e desprovida de uma soberania macropolítica, a governamentalidade e o poder sobre o indivíduo se assenta nele mesmo: o governo de si. Partindo desse pressuposto estrutural, Laval (2020, p. 70) afirma: “Partir do próprio sujeito e de seus motivos racionais de ação é o princípio do raciocínio microeconômico, perguntando-se como agir sobre as regras do jogo do mercado a fim de obter tal e tal comportamento desejável.”

A racionalidade neoliberal encaminha o sujeito e dá a ele as diretrizes necessárias para que ele encaminhe a si mesmo como uma entidade (subjetiva) em competição e que, assim, deve sempre, com as próprias mãos, potencializar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo a responsável autoria pelas consequências de suas escolhas e de seus possíveis fracassos. A partir dessa reflexão, Dardot e Laval (2016) vão propor que, com essas características, o sujeito é equiparado a uma empresa, ou seja, uma entidade empreendedora, atômica e nuclear, que carrega em si a oportunidade de prosperar. Rubens Casara, jurista brasileiro comentador da política neoliberal, vai colocar em sua obra *Contra a miséria neoliberal* (2021, p. 168) que:

a nova razão do mundo produz novos modelos de subjetivação que se originam da ampliação da lógica da concorrência para todas as esferas da vida. O indivíduo passa a se perceber como um empreendedor, um empresário-de-si, que reconhece os outros como concorrentes ou inimigos.

Com isso, Laval (2020, p. 72) afirma que, segundo a análise de Foucault, o poder nunca atua sem produzir um tipo específico de sujeito a partir do momento que age sobre e o submete a normas de conduta, de fala e de pensamento: docilizando e normalizando-os. A partir dessa análise, deve-se concluir que o poder empreendido pela racionalidade neoliberal também atua como uma usina produtiva de subjetividades conformadas à concorrência mercadológica. Essa reflexão que equipara a razão humana com a razão do mercado faz com que esse sujeito-empresa cria a figura do ‘empreendedor de si’ como algo decorrente dessa tentativa racional de subjetividades afinadas e coerentes com o neoliberalismo.

Brown (2019, p. 31) vai verificar que a razão neoliberal apresenta novos princípios que, por sua vez, reorientam e ressignificam o próprio dispositivo de governamentalidade do *homo economicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades, isto é, aquele sujeito mercantilizável do liberalismo clássico, em um sujeito da competição e do aprimoramento

do capital humano, ou seja, um sujeito capitalizado e predisposto a investimentos valorizáveis, tal como pressupõe o neoliberalismo. No mesmo sentido, Laval (2020, p. 80) comenta que:

Governar à maneira neoliberal é agir sobre o meio de forma que o indivíduo aí evolua, em respeito às regras que regem esse meio e respondendo às incitações que tal meio produz na direção do crescimento de seu capital. No interior de certo espaço de regras e incitações, o indivíduo é perfeitamente livre para agir como pretende, para manifestar as preferências que queira, mas deve, sobretudo, “capitalizar” seus próprios recursos. O meio que melhor desenvolve as incitações à capitalização é o mercado concorrencial. A política neoliberal consiste, então, em criar e sustentar uma ordem concorrencial na qual os sujeitos serão colocados e à qual devem se adaptar, funcionando como empresas, ou seja, como unidades de capitalização privada.

Existe, portanto, um redimensionamento das benesses do antigo Estado para as benesses do mercado competitivo onde é esse sujeito-empresa e empreendedor que, em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade. Esse sujeito econômico apresenta-se, assim, como uma entidade volúvel às variáveis do mercado, tal como uma instituição empresarial. A função do governo, nesse circuito, é garantir e sustentar o funcionamento do mercado; tornando, assim, possível a constituição de subjetividades afinadas com essa lógica.

Desse modo, a grande demanda dessa racionalidade é justamente subjetividades em paridade com o devir capitalista, isto é, movidas pelo interesse, pela conveniência utilitarista, pelo contentamento: tudo isso traduzível em termos matemáticos de custo e benefício. Da mesma forma, em se tratando de relações sociais (ou relação com o outro), a lógica é a mesma: aquela presente no mercado. Operando de maneira espontânea, o mercado tende a confluir para situações de equilíbrio. No dizer de Safatle (2021b, p. 67): “tanto a gestão de si como a gestão dos outros, por conseguinte, subordinam-se à lógica da exaltação do valor.” Ademais, Loïc Wacquant (2012, p. 507), antropólogo francês que estuda o neoliberalismo a partir dessa área do conhecimento, vai colocar que “a reengenharia e a reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante.”

Por fim, além dessa nova subjetividade estar descolada de um poder soberano e de não haver a possibilidade de uma instância superior e providencial de suas condições, o sujeito produzido pelo neoliberalismo não apresenta também uma fisiologia cuja conduta poderia ser examinada de forma calculista como propunha o utilitarismo bethamiano examinado por Foucault.

O cenário que essa nova subjetividade apresenta é de um poder disciplinar muito mais próximo e de quantificação muito mais objetiva e indiscreta que a mera fórmula utilitarista de *vigiar e punir*.

### **A moralidade neoconservadora e os valores neoliberais**

A partir desse cenário, onde a racionalidade, em conjunto com uma nova formatação do poder e da governamentalidade produzem novas subjetividades, faz-se uma questão levando em conta o aspecto colocado anteriormente sobre a conduta do sujeito como dispositivo que reproduz modelos subjetivos coerentes com as demandas neoliberais. Levando em consideração que a racionalidade neoliberal se apresenta como um sistema normativo, a moral acaba por incidir diretamente nesse ethos produzido na vida social.

Brown (2019) vai produzir um estudo minucioso sobre as relações entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo. Segundo a autora, ao contrário do que se imagina, a liberdade tão advogada pelos teóricos neoliberais estaria fortemente enraizada em valores ortodoxos protegidos e propagados por instituições sociais como a família e a religião. Remetendo-se aos clássicos, como Hayek e Mises, Brown irá encontrar uma clara defesa de princípios e preceitos que se assentam numa tradição clássica baseada em uma arcaica cosmovisão de um mundo baseado na ordem e na retidão. De forma que esses pilares teóricos do neoliberalismo produzem um liame desse modelo econômico como se fosse um arauto dos valores humanitários e uma necessidade para se resguardar a vida civilizada.

Destarte, a possibilidade de uma sociedade engendrada na ordem e na paz só seria possível, segundo a teoria neoliberal, com a consolidação de um capitalismo completamente descolado do coletivismo socialista que corroeria a civilização. Pode-se visualizar essa crença na declaração de fundação da Sociedade Mont Pelerin que diz:

Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humana já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as



concepções que não a sua. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade. ([corrigir referência]<sup>8</sup>

Com essa declaração, fica nítido que a defesa da liberdade econômica é revestida de uma militância conjunta dos valores tradicionais e institucionais do Ocidente. Valores esses que repousam em uma visão metafísica de que esses valores são munidos de perenidade e solidez ontológica. Isso pode ser igualmente visualizado em críticas ao socialismo como aquela de Mises (2022, p. 133) segundo a qual “a tentativa de reformar o mundo socialisticamente pode destruir a civilização.”

Essa perspectiva moral, por sua vez, acaba por instalar um quadro normativo cuja pretensão seria condicionar o mundo inteiro a partir desse cânone ético. Nesse sentido, Harvey (2014, p. 15) vai refletir que nenhuma corrente de pensamento se torna hegemônica sem a proposição de um aparato conceitual que mobilize os afetos, os valores e os desejos dos indivíduos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social em que se habita. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual e canônico se incorpora nas subjetividades a tal ponto que passa a ser tido por certo e desprovido da possibilidade de se questionar.

Assim, os teóricos do pensamento neoliberal consideram fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tornando-os como “os valores centrais da civilização” que só poderiam ser possíveis com a sedimentação do capitalismo, verdadeiro arauto da vida civilizada contra a barbárie socialista. Mises (2022, p. 455) ao defender esse conceito, vai afirmar com clareza:

Na verdade, o socialismo não é o que pretende ser. Não é o pioneiro de um mundo melhor e mais refinado, mas o destruidor do que milhares de anos de civilização criaram. Ele não constrói; ele destrói. Pois a destruição é a sua essência. Não produz nada, apenas consome o que a ordem social baseada na propriedade privada dos meios de produção criou.

---

<sup>8</sup> STATEMENT OF AIMS. **The Mount Peerin Society**. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/event/429dba23-fc64-4838-aea3-b847011022a4/websitePage:6950c74b-5d9b-41cc-8da1-3e1991c14ac5>.

Essa bandeira é extremamente sedutora uma vez que incide sobre os sujeitos no sentido de mobilizar seus afetos, mesmo que a intenção velada seja a de modelar uma disciplina para a autonomia empreendedora. Sobre isso, vale dizer que, no Brasil, é muito comum a reprodução compulsória de uma máxima que fora externalizada por figuras públicas como, por exemplo, João Amoêdo, empresário candidato a presidente do Brasil em 2018, quando expressou que se definia como “liberal na economia e (...) conservador nos costumes.”<sup>9</sup> Casara (2020, p. 32) conclui que o neoliberalismo é, na verdade, “um modo de ver e atuar no mundo que se mostra adequado a qualquer ideologia conservadora e tradicional.”

Ainda sobre essa reflexão, Brown (2019, p. 110) vai identificar que o entusiasmo e o ardor pelo mercado é tipicamente animado por sua promessa de inovação, liberdade, novidade e riqueza, enquanto uma política centrada na família, religião e patriotismo é autorizada pela tradição, autoridade e moderação. A cientista política estadunidense se serve, para a análise, de slogans das campanhas de lideranças populistas de direita e de movimentos com a mesma orientação política: *Make America great again* (Trump), *A França para os franceses* (Le Pen), *Take back control* (Brexit), *Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha* (Alternativa para a Alemanha), *Polônia pura, Polônia branca* (Partido Polonês da Lei e da Justiça), *Mantenha a Suécia sueca* (Democratas Suecos) e também faz-se jus uma menção à campanha eleitoral de Jair Bolsonaro quando candidato à presidência da República, de onde saiu vitorioso, em 2018: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*.

Esse entendimento acerca dos interesses nacionais são afirmados como propriedade também do povo trabalhador. Ora, considerando o atual *background* de mundo globalizado, as populações do mundo acabam por ter a experiência de proximidade com a mais ampla variedade de indivíduos, muitas vezes diametralmente distintos em vários aspectos da população tradicionalmente localizada. Sabendo que existe uma ameaça, imaginária, de dissolução da identidade cultural por parte desse contingente populacional exógeno, o neoliberalismo, representado por essas lideranças populistas, reveste o seu discurso com afetos que transbordam repulsa e segregação. Conclui-se, assim, que “os direitos são a ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestados nas batalhas

---

<sup>9</sup> FAVARO, Cristian. João Amoêdo se diz ‘liberal na economia’, mas ‘conservador nos costumes. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 22, maio, 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/joao-amodo-se-diz-liberal-na-economia-mas-conservador-nos-costumes.>>

legais neoliberais” (BROWN, 2019, p. 140).

Melinda Cooper em sua obra *Family values* (2017) vai sustentar a tese que a aliança entre o neoliberalismo e os valores defendidos pelo neoconservadorismo se deve uma vez que o objetivo caminha no sentido da família passar a assumir o papel protecionista que outrora era protagonizado pelo Estado. Assim, a autora coloca esse casamento como a “expressão contemporânea do duplo movimento do capital” (p. 18) De modo que o Estado, carregado desse movimento, também deve sustentar o fortalecimento da família e assumir a postura biopolítica de controlar a sexualidade. De modo que “apesar de suas diferenças, no entanto, neoliberais e neoconservadores convergiram sobre a necessidade de reinstalar a família como fundamento da ordem social e econômica.” (p. 49).

Sob esse viés, fica muito claro a visível tendência que existe da subjetividade neoliberal se coadunar com valores neoconservadores. Temas que tangem a bioética, gênero e liberdade religiosa são tratados com a postura mais arcaica possível sob o título de se proteger a liberdade intrínseca do ser humano. Nesse sentido, Brown (2019, p. 135) vai alegar que:

Os tipos de coisas que agora são enquadradas como proteções à liberdade individual incluem: o direito de agências de adoção e de empresas de impressão em camisetas de discriminar pessoas LGBT, o direito de “centros de crise da gravidez” de mentir sobre o aborto e a contracepção, o direito de legislaturas de realizar sessões de oração cristãs, o direito de professores e estudantes cristãos de evangelizar dentro da sala de aula, e o direito de um professor universitário de referir-se aos estudantes pelos pronomes de escolha dele, e não del@s.

É nessa mesma linha que se identifica uma ferrenha defesa, por parte do neoconservadorismo, da defesa desses ideais pela via militar como um antídoto para esse iminente perigo de se macular a pureza étnica, familiar e sexual. Acentuam-se ameaças, na maioria das vezes imaginárias, que pode colocar em risco a civilização, tanto nacional quanto internacional. Posturas como a defesa do armamento populacional ganham terreno tendo em vista um resíduo social que simboliza a barbárie; esse grupo, por sua vez, não estaria sujeito a gozar de direitos humanos e a mais básica proteção à vida. É o que Judith Butler, pensadora estadunidense, em sua obra *Corpos em aliança e a política das ruas* (2018) sustenta que existe, de fato, uma parcela da população (as minorias) que são populações consideradas descartáveis, ou seja, matáveis.

Por fim, vê-se que o sujeito livre, pretendido pela racionalidade neoliberal, é constituído a priori por uma tradição moral arcaica, silenciando qualquer outra forma de vida que

não interesse aos objetivos econômicos. Segundo Brown (2019, p. 120-127) essa aliança acaba por atuar na desconstrução da democracia em nome de princípios que entoam a liberdade e os valores morais como uma forma de higienismo social. Ao Estado, nesse entremeio, caberia assegurar fortemente, e não legislar, esses pré-requisitos para a dita ‘vida civilizada’ e, logo, para o exercício livre do mercado. Para isso, é claramente necessário uma desativação da democracia popular.

### **A inibição democrática**

Dardot (2021) argumenta, em plena concordância com Brown (2019), essa defesa dos valores tradicionais e conservadores no sentido de admitir que o neoliberalismo define Estados soberanos ciosos em encontrar fundamentação na moral, na tradição e na religião para levar a cabo sua estratégia de redefinir por completo a vida em sociedade. Na mesma linha, a cientista política estadunidense vai colocar que, para além da gestão dos interesses econômicos, os Estados são compelidos a lidar com uma população fervilhando em rancor, raiva e ressentimento.

Safatle em sua obra *O circuito dos afetos* (2016) afirma a importância de se compreender a sociedade não somente como um circuito de bens a partir de suas necessidades materiais, mas sim, como circuito de afetos implicado na gestão social. Ademais, para o filósofo, essa dimensão (dos afetos) remete à vida individual dos sujeitos de forma que é por essa via que se descreveria o funcionamento de uma sociedade tendo em vista a sua esfera de valores. Sendo assim, torna-se evidente que o medo é o afeto que mais transita nesse circuito dos afetos na sociedade contemporânea, surge como uma consequência da vulnerabilidade existencial na qual o vazio ontológico nos joga, Safatle (2017, p. 8): “a gestão pelo medo substitui a democracia liberal”. Na mesma reflexão, Esther Solano (2018, p. 12), ao estudar o extremismo político da direita populista, vai comentar que:

A realidade é que as pessoas têm medo, a percepção de insegurança é permanente. O medo é um afeto que tem uma enorme potencialidade política. Medo ontológico, medo existencial, medo de ser assassinado, medo de ficar desempregado, medo de não ter um lugar no mundo. A exploração, a potencialização do medo como fator é um instrumento antigo e recorrente. Mas o fato é que o medo é um sentimento profundamente humano e deve ser entendido.

Para Solano (2018, p. 22) o sujeito afinado com o neoconservadorismo, no fundo, é

aquele sujeito nostálgico que sofre porque o mundo não é mais como era, um mundo que ele entendia melhor e onde ele conseguia sentir como sendo o seu lugar; uma vez que os papéis sociais eram estaticamente e solidamente bem definidos. Um mundo homogêneo, sem lugar ou oportunidade para o diferente. Parece não haver, nesse sistema a possibilidade de discussão acerca de tolerância, inclusão social e diversidade. De forma que os valores tradicionais acabam atuando como verdadeiros gritos de guerra contra as diferenças e minorias sociais. Ficando longe, portanto, de atuarem como fatores para se reproduzir a vida civilizada.

O caminho, segundo Brown (2019), que a racionalidade neoliberal parece encontrar para substituir a democracia pelo livre mercado em consonância com a moralidade tradicional, acolhida e legitimada pela sociedade, é justamente essa liberdade desatrelada do jogo democrático. O Estado, racionalmente, se transmuta em um espaço competitivo permeado por uma lógica de condomínio: existem os ‘de dentro’ e os ‘de fora’. E isso faz surgir uma discussão acerca de segurança e bem-estar para os que são dignos, capazes e puros o suficiente para se achar convidado para a vida em sociedade.

É possível aprofundar a temática da racionalidade neoliberal e sua aversão à democracia a partir dos teóricos do neoliberalismo e sua suspeita com as formas inclusivas e coletivas de governo. Um pretense regime da maioria atuaria como um perigo eminente aos direitos e garantias fundadas na liberdade. O que faria com que a gestão social devesse ficar a cargo dos doutos e especialistas; sobretudo aqueles que saibam interpretar o Estado como uma empresa e as estratégias para gerir a economia do país. À maneira platônica<sup>10</sup>, as decisões democráticas não caberiam às massas. Hayek (1985, p. 148) coloca essa posição claramente quando afirma:

O verdadeiro valor da democracia é constituir uma precaução sanitária contra o abuso do poder. Ela nos fornece o meio para descartar uma equipe de governantes e tentar encontrar outra melhor. (...) Mas não é esse, de longe, o valor político mais alto de todos, porque uma democracia sem limites poderia ser pior que governos limitados não democráticos.

---

<sup>10</sup> Platão vai fazer uma enfática crítica à democracia como uma forma de governo degenerada por delegar às massas (incultas) as decisões políticas. Nesse sentido, o filósofo grego vai dizer: “A massa popular é assimilável por natureza a um animal escravo de suas paixões e de seus interesses passageiros, sensível à lisonja, inconstante em seus amores e seus ódios; confiar-lhe o poder é aceitar a tirania de um ser incapaz da menor reflexão e do menor rigor. Quanto às pretensas discussões na Assembleia, são apenas disputas contrapondo opiniões subjetivas, inconsistentes, cujas contradições e lacunas traduzem bastante bem o seu caráter insuficiente.” (In: CHATELET, 1997, p. 17).

É nesse sentido que cada vez mais medidas governamentais são tomadas sem uma consulta ampla da sociedade. É por isso que existe a defesa, por exemplo, da independência do Banco Central como garantia para a estabilidade do país, como defende o ex ministro da economia, assumidamente liberal, Paulo Guedes<sup>11</sup>. Contudo, é sabido que o interesse velado por detrás desse argumento é deixar a instituição longe de qualquer tipo de pressão democrática que poderia ser protagonizada por um possível gasto do governo. O que se conclui é que, para o neoliberalismo, a democracia é como que o mais vil perigo para as sociedades, a partir do momento em que os neoliberais identificam o coletivismo como sendo a perigosa pedra angular desse modo de gestão social. Isso é notável quando Mises (2010, p. 158) vai propor que “planejar as ações das outras pessoas significa impedi-las de planejar por si próprias, significa privá-las de sua qualidade essencialmente humana, significa escravizá-las. A grande crise de nossa civilização é o resultado deste entusiasmo por planejamento total”.

É a partir desse fator que se entende o pensamento hayekiano, onde o economista austríaco defende que a democracia é tão somente um método para se tomar decisões e não um bem em si ou um valor com aplicação genérica. Assim diz: “Enquanto o democrata dogmático considera desejável e o maior número possível de questões seja decidido por maioria de votos, o liberal acredita que existem limites definitivos para o leque de questões que devem ser assim decididas”. (HAYEK, 1983, p. 89) Logo, o que se pretende com isso é substituir a democracia pelo mercado, ou seja, permutar a regulação do Estado pelo princípio da liberdade. Não esquecendo, é claro, a ressalva de Brown (2019, p. 120) quando esta diz que a liberdade no pensamento de Hayek não significa uma independência ou autotranscendência do sujeito com relação ao imaginário social e aos esquemas normativos já postos de antemão. Ao contrário, trata-se da capacidade, livre, de trabalho e desempenho dentro de códigos de conduta gerados pela tradição e consagrados nas leis, nos mercados e na moralidade.

A racionalidade neoliberal, a partir das colocações de Hayek e Mises, coloca o mercado e a moral como formas conjuntas e providenciais para as necessidades humanas, compartilhando valores e princípios de mesma ontologia. Essas duas formas são as bases *sine qua non* para a liberdade, a ordem e o progresso da civilização. Sua transmissão é possibilitada por meio da

---

<sup>11</sup> SIMÃO, Edna. Guedes diz que autonomia do Banco Central é garantia de estabilidade monetária. **Valor Investe**. Brasília, 9, fevereiro, 2021. Disponível em: < <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/02/09/guedes-diz-que-autonomia-do-banco-central-e-garantia-de-estabilidade-monetaria.ghtml>>

tradição e jamais pelo poder político, tampouco aquele democrático. Assim, essa visão repousa sobre um projeto político-moral, antes de ser um projeto econômico, cujo intento é a segurança das hierarquias baseadas na tradição.

Com isso, tem-se como resultado uma restrição monumental de um alcance popular e político nos Estados cujo comprometimento está em outros domínios; uma vez que, segundo Hayek (1985, p. 50) “a partir do momento em que a crença na “justiça social” passa a reger a ação política, o processo deve se aproximar cada vez mais de um sistema totalitário.” Ora, a orientação hayekiana é, portanto, que a ação política deve encontrar outros regimentos para configurar a gestão social, menos a justiça social: o fortalecimento da tradição se sobrepõe às reivindicações populares exigem isonomia e amparo político. Sobre isso, Dardot (2021, p.73) precisa que

A doutrina neoliberal se apresenta como uma teoria dos limites institucionais à lógica da soberania popular, na medida em que essa lógica, quando não controlada, é plena do perigo do “Estado total”, isto é, desse Estado que estende sua intervenção a todos os domínios da existência para satisfazer os grupos de interesse que dele dependem.

Com isso, desde as suas bases iniciais a racionalidade neoliberal emerge impregnada de elementos antidemocráticos. Dardot e Laval (2016, p. 8-9) comentam que essa inibição democrática causa uma sobrevalorização do direito restrito tão somente ao âmbito privado, estando blindado de qualquer atitude democrática, inclusive consultas populares como o próprio voto. Fazendo com que os pensadores franceses reflitam que esse cenário vai muito além de um radicalismo de livre mercado: a política como uma atividade popular não é permitida. É nesse sentido que o presidente da Câmara dos Deputados de 2017, Rodrigo Maia, afirmou que “a agenda da Câmara é a do mercado.”<sup>12</sup> Percebe-se que, diferente do liberalismo do passado que impunha limites ao poder régio, o neoliberalismo impõe limites ao poder parlamentar ou, dito de outra forma, à democracia.

Nenhum tipo de movimento coletivo tem ressonância em um governo gerido pela racionalidade neoliberal; só importa a concorrência individual. Os problemas sociais, sobretudo a pobreza e a desigualdade, são encarados sob uma interpretação tecnicista, tal como se estivesse

---

<sup>12</sup> AGOSTINE, Cristiane. Agenda da Câmara é a do Mercado, sustenta Rodrigo Maia. **Valor Econômico**, São Paulo, 30, maio, 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/05/30/agenda-da-camara-e-a-do-mercado-sustenta-rodrigo-maia-1.ghtml>>

gerindo uma empresa. É o que se viu em um discurso polêmico do então Ministro da Economia, Paulo Guedes, em 2019 quando este colocou à população “Não olhe para nós procurando o fim da desigualdade social.”<sup>13</sup> O que se conclui não é que esse referido discurso causa cólera e indignação popular; o importante é se ater que ele faz parte de um sistema normativo e racional que produz uma constatação percebida por Dardot e Laval (2016): a de que o sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era pós-democrática.

### **Um Estado forte e antidemocrático**

Como já foi dito, a realidade prática da execução da racionalidade neoliberal não ilustra um Estado mínimo. E, da mesma forma, os próprios intelectuais basilares da doutrina também não defendiam um Estado enfraquecido. O que se buscava, parece, era um funcionamento diferenciado do Estado, que não prescindia de grandeza qualitativa. Diferente da mera defesa do livre mercado, o neoliberalismo demanda um Estado forte e, sobretudo, unificado sob seus valores morais.

Tendo em vista que essa racionalidade (neoliberal e neoconservadora) justamente requer um Estado que, a princípio, promova esse interesse nacional. De forma que aqui, os interesses atentados pela instituição estatal são diametralmente distantes daqueles da população que outrora era soberana em poder e no protagonismo político; aquilo que antes se afirmava como ninguém poder se colocar acima (a lei, representada pelas constituições<sup>14</sup>) agora são novas regras nacionais que atuam como reverberação das forças impessoais do mercado.

A respeito desses interesses, cabe uma menção ao período de crise sanitária da COVID-19 no Brasil em que o governo federal criou, em 2020, um programa de auxílio à população mais vulnerável aos efeitos das medidas de quarentena e isolamento. No ano seguinte, dadas as circunstâncias e agravamento do número de mortes e infectados, surgiu a possibilidade de que o governo reeditasse o auxílio. Como reação imediata, veiculou-se nas mídias que o “risco de volta do auxílio emergencial preocuparia o mercado.”<sup>15</sup> E, na mesma publicação, o economista-chefe da

---

<sup>13</sup> **Não olhe para nós procurando o fim da desigualdade social, diz Paulo Guedes.** UOL. São Paulo, 19, dezembro, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/19/nao-olhe-para-nos-procurando-o-fim-da-desigualdade-social-diz-guedes.htm>>

<sup>14</sup> Vale a colocação que a própria constituição brasileira vigente, a Constituição de 1988, carrega a alcunha de ‘Constituição Cidadã’.

<sup>15</sup> OSAKABE, Marcelo. Risco de volta do auxílio preocupa mercado. **Valor Econômico.** São Paulo, 24,



Vinland, uma companhia de investimentos de São Paulo, declarou que o quadro da economia vigente naquela situação poderia tornar o benefício desnecessário. Na mesma linha, em janeiro de 2022, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, um grupo de manifestantes invadiu e vandalizou o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. O interessante é a reação do mercado financeiro sobre o evento: a notícia veiculada foi que “Atos terroristas de Brasília, em janeiro de 2023, preocuparam investidores estrangeiros mas menos que a agenda econômica do presidente Lula.”<sup>16</sup> Vê-se, com esses dois exemplos, que a democracia e a soberania popular não são valores que o neoliberalismo compartilha.

A partir disso, Chauí (2017, p. 187) de modo magistral, vai resumir que, nesse esquema, a função do Estado é dupla: “em primeiro lugar, excluir, sem danos aparentes, a ideia de vínculo entre justiça social e igualdade socioeconômica; em segundo, desobrigar-se de lidar com o problema de exclusão e da inclusão dos pobres.” Novamente, outra declaração polêmica de Paulo Guedes que pode ilustrar esse panorama teórico seria aquela quando o ex ministro, justificando o nível alto da taxa de câmbio, versou sobre as consequências negativas do dólar estar porventura em patamares baixos: “Empregada doméstica estava indo para a Disney, uma festa danada.”<sup>17</sup> Jean-Claude Paye, sociólogo belga, ao examinar essa tipologia estatal carente de democracia, vai expor que, no neoliberalismo

(...) a relação sociedade/Estado é definitivamente subvertida. A sociedade civil perde toda autonomia em relação à política. A noção de soberania popular, como fonte de legitimação do Estado, torna-se obsoleta. É o poder que concede ou retira a cidadania e que legitima o social, que o faz conforme a seu modelo ou, se necessário, criminaliza-o. (PAYE, 2004, p. 205)

Do ponto de vista quantitativo, vê-se um Estado desprovido de soberania, fazendo com

---

janeiro, 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/01/24/risco-de-volta-do-auxilio-preocupa-o-mercado.ghtml>>

<sup>16</sup> BETHÔNICO, Thiago. Atos golpistas preocupam investidores estrangeiros, mas menos que agenda econômica de Lula. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9, janeiro, 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/atos-golpistas-preocupam-investidores-estrangeiros-mas-menos-que-agenda-economica-de-lula.shtml>>

<sup>17</sup> VENTURA, Manoel. Guedes diz que dólar alto é bom: ‘empregada doméstica estava indo pra Disney, uma festa danada’. **O Globo**. Brasília, 12, fevereiro, 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>>

que a democracia não seja uma possibilidade para a população. Assim constituído, o objetivo do Estado dispensa qualquer tipo de participação democrática uma vez que assegurar boas condições para o mercado não é uma demanda daquela população que deposita esperança na política como intermediadora dos conflitos sociais e das consequências humanas do capitalismo. Nesse sentido, Brown (2019, p. 77) vai caracterizar essa nova conjuntura como aquela onde “a soberania política significa desunir, a democracia, desorientar e dividir, e a burocracia, exaurir.”

Portanto, as prioridades, nesse cenário, não são mais aquelas ditadas pela democracia a partir do momento em que esta, hoje, tem valor duvidoso. Ilustra-se isso, no Brasil, com alguns discursos proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro, em 2019, de natureza notoriamente antidemocrática: carregados de xenofobia e negacionismo, o presidente afirmou que “não há fome no Brasil, chamou de mentirosos os dados oficiais sobre desmatamento e emitiu opiniões preconceituosas sobre nordestinos.”<sup>18</sup> Contudo, o que mais impressiona é, como o próprio título da publicação declara, a avaliação do presidente do Banco Itaú segundo o qual as declarações antidemocráticas do presidente Bolsonaro não atrapalharia as reformas liberais que estavam a ser implementadas pelo governo naquela ocasião.

A grande estratégia da racionalidade neoliberal, na intenção de garantir a livre-iniciativa e o empreendedorismo sistêmico, é a instrumentalização do Estado para que este pudesse despolitizar a sociedade. Afinal de contas, como coloca Safatle (2021a, p. 25) esta seria a “única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia.” Como resultado desse processo, todas as formas de conflito social deveriam ser atenuadas a partir de uma deslegitimação, juntamente com retirada de recursos, de todas as instituições e agrupamentos coletivos que visassem emancipação social ou empoderamento das massas.

Assim, sob essa demanda, não necessariamente popular, de um mundo civilizado com a liberdade assegurada, a democracia parlamentar, sob a égide da racionalidade neoliberal, acaba por permitir ao Estado intervir, de forma policialesca, militar e não democrática, em todos os espaços da vida, regulando todas as dimensões do conflito social, transformando-se em mera concorrência dos antagonismos presentes na vida social. Mais uma vez, aqui não se vê um Estado mínimo, mas sim, um Estado forte e, de certa forma, autoritário o suficiente no campo político para

---

<sup>18</sup> GOULART, Josette. Presidente do Itaú avalia que declarações de Bolsonaro não atrapalham reforms. **Folha de São Paulo. São Paulo**, 30, julho, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/presidente-do-itaú-avalia-que-declaracoes-de-bolsonaro-nao-atrapalham-reformas.shtml>>

mobilizar a sociedade no sentido de despolitizá-la, deixando a liberdade econômica sem nenhuma amarra ou entrave democrático oriundos das demandas populares, próprias de um Estado de bem-estar social.

Herbert Marcuse (1997, p. 61), ao comentar as nuances que o Estado, com um sério compromisso capitalista, vinha tomando a partir da emergência do fenômeno totalitário, vai afirmar que:

Os fundamentos econômicos desse trajeto da teoria liberal à teoria totalitária serão assumidos como pressupostos: repousam essencialmente na mudança da sociedade capitalista do capitalismo mercantil e industrial, edificado sobre a livre concorrência dos empresários individuais autônomos, ao moderno capitalismo monopolista, em que as relações de produção modificadas (sobretudo as grandes “unidades” dos cartéis, dos trustes etc.) exigem um Estado forte, mobilizador de todos os meios do poder.

Por fim, a antiga bandeira que se viu ser defendida no século XVIII onde, na Europa, se conquistou duramente os direitos civis; incluindo eles, a liberdade, não cabe mais, ao menos na mesma semântica, em uma sociedade governada segundo a lógica neoliberal. Ademais, o Estado conquistado graças aos processos revolucionários permitia uma politização da economia em favor da nascente democracia liberal. Ora, hoje é justamente a defesa de um Estado forte que impeça a política afetar o pleno funcionamento do mercado. E, nessa missão de se despolitizar a sociedade, é essencial se valer de um desencantamento da sociedade por parte da política; missão essa que se vale, muitas vezes, do uso da violência como dispositivo garantidor da eficácia do mercado.

### **A violência e o choque como métodos de exceção do Estado neoliberal**

A despolitização da sociedade, em obediência ao projeto neoliberal, servindo-se da tradição que reivindica um Estado forte e unificado em seus princípios, acaba também por acolher a possibilidade (ou necessidade) do uso da violência como método garantidor da liberdade como premissa maior da vida civilizada. Desse modo, parece que essa ação estatal não está apartada da normalidade; considerando que uma das mais notórias e usuais definições de Estado é aquela contida na acepção de Max Weber (WEBER, 2011, p. 66-67), segundo a qual “devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território (...) reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física.”

Contudo, em se tratando de um contexto diferente do ponto de vista cronológico e político, o neoliberalismo não deixa de se valer do argumento democrático para justificar o uso da violência do Estado para a fim de fortalecer a racionalidade neoliberal contra possíveis inimigos, ou seja, aqueles que estão sempre a denunciar o déficit democrático que essa nova ordem sedimenta. Entre outras palavras, cria-se um discurso segundo o qual existe uma guerra instalada no intento de impedir que a democracia intervenha nos assuntos econômicos ou, como dirá Dardot (2021, p. 36), “uma guerra que tome, essencialmente, duplo aspecto: o de estabelecimento de um Estado forte e o da repressão do conjunto de forças e movimentos sociais que se opõem a esse projeto.”

Na mesma reflexão, Safatle (2021a, p. 143-144) defende que esse é um dos fatores que comprova o triunfo do Estado no neoliberalismo, e não a sua redução. Ademais, esse mesmo Estado fortalecido e imbuído da missão de assegurar o ambiente propício para os objetivos neoliberais, vai encontrar condições em que a violência possa acontecer. Para o filósofo brasileiro, esse cenário desvela a realidade de que esse Estado, subserviente do poder econômico, tem a sua soberania referendada pelo mercado, que assim o direciona a se valer da violência para perpetuar o seu domínio, como dirá Mises (2010, p. 315) com objetividade e clareza que “o Estado cria e preserva o ambiente onde a economia de mercado pode funcionar em segurança.”

É a partir dessa conjuntura que se verifica a existência de um Estado de Direito convivendo com a sua forma parasitária ou o seu simulacro que prevê o despojamento da proteção básica e fundamental daqueles cidadãos que são reais ameaças à ordem: o Estado de Exceção. A violência aqui não é, portanto, reconhecida e legitimada pela jurisdição democrática; mas isso não impede que ainda assim seja a força do próprio Estado que investe, excepcionalmente, contra a mobilização da sociedade em busca de democracia a título de combater possíveis ameaças. Essa reflexão foi largamente desenvolvida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben em sua obra *Estado de Exceção* (2004) onde o pensador diz:

o totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, não eventualmente declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 104)

Vale ressaltar que esse dispositivo político excepcional não é recente. Desde a Roma Antiga se via a utilização de dispositivos jurídicos que criavam poderes excepcionais e ditatoriais quando a sociedade se via sob um perigo eminente de invasão estrangeira. Contudo, o conceito será desenvolvido de forma teórica por Carl Schmitt, jurista alemão, que criará as bases jurídicas para o nazismo. Para esse pensador, a lei baseada em um Estado de Direito é funcional em tempos de paz e estabilidade política. Mas em tempos de crise e desestabilidade, a figura soberana deve se valer de um poder que suspenda a legislação que protege os cidadãos e confere garantias e direitos fundamentais no intuito de combater o inimigo que, segundo ele, não é somente estrangeiro, mas sim, muitas vezes é um cidadão que desestabiliza a ordem nacional. É nesse sentido que Schmitt vai afirmar que “soberania é quem decide sobre o estado de exceção.” (SCHMITT, 2005, p. 5)

Pedro Serrano (2016), referência brasileira nos estudos sobre jurisdição e exceção, vai afirmar que isso evidencia uma presença evidente, porém cirúrgica, de um Estado autoritário: “a cada abuso policial, por exemplo está a presença autoritária do poder absoluto, tratando como servo, e não cidadão, o ser humano vilipendiado em seus direitos.” (2016, p. 15). A partir disso, os inimigos (neste caso, internos) da sociedade vão sendo fabricados política e aleatoriamente, pois a efígie do inimigo reivindica um Estado autoritário e, em alguma medida, funciona como dispositivo de controle da ascensão dos direitos e conquistas sociais desse contingente populacional que sempre viveu marginalizado, mas que, com o fortalecimento da democracia e dos mecanismos de soberania popular, acabam ascendendo aos poderes com representatividade política.

Sobre a figura do inimigo, Paulo Sérgio Pinheiro (2007, p. 280) vai defini-los como sendo “loucos, prostitutas, prisioneiros, negros, hispânicos, árabes, curdos, judeus, ianomâmis, aidéticos, homossexuais, travestis, crianças, operários irão nascer e morrer sem terem conhecido o comedimento do Leviatã.” Existem muitas discussões sobre as origens da segregação social dessas minorias e as possibilidades políticas de inclusão; o que Butler (2015, p. 45) vai caracterizar como indivíduos “obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte.” Porém, fica claro que a segregação e o preconceito fazem parte de um grande e intencional projeto: obediente às hierarquias morais que, *a posteriori*, se encaminha para o triunfo mercadológico do capital, livre e atuante.

Na mesma linha, em sua afamada obra *O capital no século XXI* (2014), Thomas Piketty, ao comentar sobre a maior das consequências da introdução neoliberal no mundo, isto é, a

desigualdade, afirma que “na realidade, o caráter mais ou menos sustentável de uma desigualdade tão extrema depende não só da eficácia do aparato repressivo, mas também — e talvez sobretudo — da eficácia das diversas justificativas para ela.” A violência é, portanto, largamente justificada como sendo necessária e procedente, mesmo de forma excepcional; e tranquilamente colocada como de interesse populacional ou, de certa forma, do fragmento mais interessante e ilibado da sociedade.

O que se vê, hoje, é a existência inegável de um Estado de Direito: habitando as zonas dos grandes centros expandidos, cujos habitantes são aqueles incluídos do ponto de vista econômico e político. E, no plano fático da realidade, se vê um Estado policialesco e autoritário que se vale de medidas excepcionais para assegurar a integridade e a segurança daqueles pertencentes ao primeiro tipo estatal.

Dessa forma, como se vê, o discurso do autoritarismo sempre encontra guarida no projeto de “salvação nacional” ou da civilização, como dirá Mises (2018, p. 45) de forma interrogativa: “se homens sensatos veem sua nação (...) no caminho da destruição (...), eles podem se inclinar a pensar que nada é mais justo e adequado do que recorrer a todos os meios possíveis (...) a fim de salvar o mundo da destruição?” Nota-se que Mises deixa em aberto a possibilidade de se valer dos dispositivos antidemocráticos para salvar o mundo de uma possível barbárie o que, em outras palavras, é o mesmo que se afirmar a mais radical liberalização econômica de uma sociedade. Na mesma linha, o pensador austríaco diz que “o liberalismo tem legitimidade para fazer uso da força armada e da violência de Estado quando a civilização é colocada em perigo.” (MISES, 2022, p. 109). Rafael Valim, jurista brasileiro, em sua obra *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* (2017) insiste com a tese segundo a qual “o estado de exceção é uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal.” (VALIM, 2017, p. 34)

Portanto, o neoliberalismo encontra no medo, oriundo dessa violência excepcional, o afeto idôneo para se injetar e propagar na vida social. É nesse sentido que Safatle (2017, p. 33) coloca que a racionalidade neoliberal vai encontrar na extrema direita um aliado proficiente e adequado como nenhum outro. Para isso, diz o pensador brasileiro, essa aliança irá ser selada e “sua gestão será a de uma guerra civil contínua. Ele aprimorará sua incitação do terrorismo para criar alguma forma de coesão social.” Cria-se, assim, um Estado neoliberal e finamente concordante com as ideias e os valores fascistas. O uso da violência acaba sendo uma técnica necessária e quase única para purgar a sociedade dos males que acometem o convívio dos ‘bons

cidadãos' e, por conseguinte, restringem a disseminação dos valores mercadológicos que se apresentam com uma tintura moral e conservadora.

Nessa discussão, vale a referência aos estudos da Teoria Crítica quanto ao padrão da propaganda fascista. Para esses pensadores, existe uma indústria cultural que produz modos de pensar e agir sobre as massas que se tornam peças obedientes aos valores ideológicos veiculantes; como, por exemplo, constata Adorno (2015, p. 152) ao abordar o tipo de militante afinado com essa proposta do uso da violência como técnica de higienismo social: “este é o sonho do agitador fascista: uma união do horrível e do maravilhoso, um delírio de aniquilação mascarado como salvação.”

A aversão aos direitos humanos é notória e conhecida como uma das características dos grupos de orientação fascista; sua justificativa é que o uso da violência que atente contra essas garantias é como que um dever estatal; uma vez que a situação é revestida de caráter excepcional; a depender do indivíduo e da localidade geográfica em que a mesma é empregada. Uma das máximas mais reproduzidas e que representa uma posição sólida dessa postura é aquela que diz ‘violência se combate com violência’. Essa expressão, por sua vez, encontra inspiração nos próprios teóricos do neoliberalismo. Mises (2018, p. 51), sobre isso, afirma que:

Hoje não se pode negar que a única forma de oferecer resistência eficaz às agressões violentas é a violência. Jamais um liberal colocou isso em questão. O que distingue as táticas políticas liberais das táticas políticas fascistas não é uma diferença de opinião quanto à necessidade de utilizar a força armada para resistir aos agressores armados, mas uma diferença na avaliação fundamental do papel da violência em uma luta pelo poder.

É nesse sentido que Adorno (2015) afirma que a propaganda fascista se desvia de um pensamento discursivo para se orientar apenas psicologicamente e mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. Segundo ele, “a tarefa é facilitada pelo quadro mental de todos aqueles extratos da população que sofrem de frustrações sem sentido e, portanto, desenvolvem uma mentalidade mesquinha e irracional.” (2015, p. 184). Com essa afirmação, entende-se que a lógica fascista cria uma linguagem que dialoga com o senso comum e sua falsidade é atestada simplesmente por sua superficialidade; aquilo que Reich (2001, p. 20) atestou que o fascismo não tem resposta para os problemas práticos da vida porque vê tudo apenas como reflexo da ideologia; motivo este que oportunizou uma agenda profundamente moralista com uma militância de ‘caça às bruxas’.

Para o neoliberalismo, o respeito aos direitos humanos e as convenções que atuam para salvaguardar os mesmos não são prioridade. Assim, para criar nos indivíduos que existe a urgência de se atender às demandas do neoliberalismo, faz-se uma relação de premência com os preceitos morais. A filósofa alemã Hannah Arendt em sua célebre obra *As origens do totalitarismo* (1989, p. 411) descreve que a propaganda totalitária se serve de um pressuposto imaginário de que existe uma iminente possibilidade de desestruturação dos liames sociais; fazendo urgir a necessidade de um clamor popular por uma ação necessária e radical. A pensadora alemã vai dizer que:

a propaganda totalitária cria um mundo fictício capaz de competir com o mundo real, cuja principal desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado. A coerência da ficção e o rigor organizacional permitem que a generalização sobreviva ao desmascaramento de certas mentiras mais específicas.

É por isso que Adorno (2015, p. 188) ao falar sobre as multidões fascistas, afirma que “se elas parassem para refletir por um segundo, toda a encenação se despedaçaria e elas entrariam em pânico”. Em seu texto *Sobre a gênese da burrice*, o pensador alemão diz que “a burrice é uma cicatriz” (2015, p. 210), no sentido de ser uma limitação, um obstáculo do sujeito que não pode ver além da sua própria prisão imaginária; de um mundo que sempre está em risco de ruir com a presença de pessoas que representam um perigo iminente para a ordem e a retidão moral. Nesse sentido, Dardot (2021, p. 31) coloca de forma certa que os Estados, sob a servidão neoliberal, “usam as motivações e mobilizam os afetos para desviar essa aspiração contra os inimigos internos ou externos, as minorias inconvenientes, os grupos que ameaçam as identidades dominantes ou as hierarquias tradicionais.” Vê-se, portanto, que muito mais que gerir os bens e os recursos de uma sociedade, existe a gestão dos afetos como propulsores da gestão política.

Percebe-se que, em questão de valor, o neoliberalismo não faz distinção axiológica entre democracia e ditadura; ambas realidades são inteiramente cabíveis da missão de se garantir a liberdade do mercado sob o véu da ordem afinada com hierarquias tradicionais. Isso fica evidente quando se analisa o primeiro caso de implantação das ideias neoliberais: o Chile que, sob um golpe de Estado, foi governado pela ditadura militar de Augusto Pinochet entre os anos de 1973 a 1990.

Sobre aquele contexto, Hayek teceu uma carta ao jornal inglês *The Times* afirmando que “Isso não significa, contudo, que em algumas circunstâncias históricas a liberdade pessoal não esteve bem protegida sob governos autoritários do que democráticos”. Afim de ilustrar esse argumento, o economista austríaco se vale justamente do exemplo chileno alegando que “mais



recentemente eu não consegui achar uma só pessoa até no Chile que não concordaria que a liberdade pessoal era muito maior sob Pinochet do que foi sob Allende” (HAYEK, 1978).

A experiência chilena bem como outras que se sucederam na segunda metade do século XX e no início do século XXI foram objetos de análise da jornalista estadunidense Naomi Klein em sua obra *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre* (2008). Nesta, a autora defende a tese que a racionalidade neoliberal encontra solo fértil em momentos de crise e desestabilidade nacional; ou a partir de desastres, sejam eles ambientais ou institucionais. Em outras palavras, a narrativa comum era que “eles iriam curá-los da enfermidade que era o socialismo, do impulso em direção à vida coletiva.” (KLEIN, 2008, p. 136) Nessas situações, a população se vê distraída e significativamente abalada por algum tipo de evento extraordinário que cria algo como um choque generalizado. Uma sociedade em estado de choque só pode criar uma subjetividade em choque, ou seja, desorientada e sem referências. O medo, como já fora dito, é o afeto que acaba por se tornar dominante e prevalecente em uma situação como essa.

A relação entre as ideias neoliberais e a ação do Estado como garantidor de seus objetivos mercadológicos são definidas por Klein (2008, p. 25):

Suas principais características são enormes transferências de riqueza pública para mãos privadas, frequentemente acompanhadas de uma explosão do endividamento, uma polarização cada vez maior entre os muito ricos e os pobres descartáveis, e um nacionalismo agressivo que justifica gastos exorbitantes com a segurança. Para aqueles que vivem dentro da bolha da extrema riqueza criada por esse tipo de arranjo, não existe melhor modo de organizar uma sociedade. No entanto, em função das desvantagens impostas à grande maioria da população que fica fora dessa bolha, outros aspectos do Estado corporativo são vigilância agressiva (de novo, com troca de favores e contratos entre governo e grandes corporações), prisões maciças, redução drástica dos direitos civis e, com frequência, porém nem sempre, tortura.

Klein (2008) vai tomar como alvo de crítica a figura e o pensamento do economista Milton Friedman e seu centro de trabalho e difusão de ideias, a Escola de Chicago, em sua relação com as experiências neoliberais, especialmente as primeiras, a dizer, Chile (Augusto Pinochet), Reino Unido (Margareth Thatcher) e Estados Unidos (Ronald Reagan). Essas três realidades, uma ditatorial e duas democráticas, possuem um mesmo fio condutor: o uso da força arbitrária do Estado como instrumento de implementação do neoliberalismo. Em todos os três casos se observa a mobilização militar, a militância antissocialista e o discurso da ordem e da retidão moral como técnica de aprovação popular; afinal, Klein conclui que, para os neoliberais, “o mundo como ele

realmente é deve ser apagado para dar lugar à sua invenção purista.” (KLEIN, 2008, p. 29) Dessa forma, os meios não pacíficos e ilegítimos para se implementar o neoliberalismo não carece de justificativas do ponto de vista moral.

Pode-se perceber que essa versão do capitalismo está amplamente afinada com ideologias de tipo totalitário. Na Alemanha nazista, pretendia-se purificar o mundo no sentido racial: eliminando uma raça que estava a macular a limpidez e a lisura da raça ariana. Bem como na União Soviética onde, nos seus primeiros anos, tinha-se por intento construir uma sociedade justa a partir da perspectiva de classe: extirpando a classe burguesa a todo custo. Klein vai perceber que essa nova modalidade do capitalismo só pode ser implementada a partir do momento em que se traveste da vestimenta totalitária e tem o seu campo de atuação em um espaço vazio onde se proporciona “construir uma sociedade-modelo constantemente reelaborada.” (KLEIN, 2008, p. 30)

Pode-se ilustrar a tese de Klein a partir de um exemplo, localizado no contexto brasileiro. Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff foi destituída do cargo por meio de um processo de impeachment. Complexo e polêmico, o processo foi iniciado na Câmara dos Deputados em abril daquele ano e finalizado no Senado Federal em agosto do mesmo ano. A acusação jurídica, claramente pretextual, era de que Dilma havia cometido crime de responsabilidade ao praticar ‘pedaladas fiscais’ e permitir a edição de decretos para a abertura de crédito suplementar. Contudo, o discurso veiculante era de que Dilma seria correlata às práticas de corrupção que estavam a ser denunciadas por uma operação de combater a prática chamada Operação Lava Jato.

A população brasileira aderiu amplamente ao processo; principalmente com a narrativa que o processo era um modo de se combater a corrupção no país, discurso amplamente propagado pela mídia. Contudo, além das acusações formais carecerem de procedência e legitimidade, os anos que se seguiram à destituição da presidente desvelaram que as razões para o processo possuíam tão somente uma natureza econômica. Michel Temer, vice-presidente que veio a assumir a presidência com o impedimento de Dilma, antes de tomar posse lançou o programa *Ponte para o futuro* onde elencou as bases para o seu plano de governo. Este programa, intrinsecamente impopular e desprovido de essência democrática, foi um grande fomentador para que as elites brasileiras promovessem a necessidade da destituição da presidente Dilma. Sobre o acontecimento, Klein afirmou que “a reeleição de Dilma certamente desmoralizou as elites brasileiras e as fez entender que não tinham as condições [políticas] de impor essas políticas lucrativas para elas.”<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> TATEMOTO, Rafael. Democracia brasileira está sob ataque, afirma Naomi Klein. **Brasil de Fato**. São

O processo em questão foi amplamente discutido e avaliado se se tratava de uma modalidade peculiar de golpe de Estado. A questão é que esse acontecimento é um exemplo de uma medida de exceção e não uma diligência de um governo ditatorial que se assistiu sobretudo no século XX. De forma que a destituição da presidente é um acontecimento que se verifica o autoritarismo atuante dentro das democracias contemporâneas; sobretudo, como neste processo de impeachment, oriundo da atuação ou conivência do poder judiciário. Sobre isso, Casara (2020, p. 130) vai colocar de forma magistral que:

A racionalidade neoliberal altera também as expectativas acerca do próprio Poder Judiciário. Desaparece a crença em um poder comprometido com a realização dos direitos e garantias fundamentais. O Poder Judiciário, à luz dessa racionalidade, que condiciona instituições e pessoas, passa a ser procurado como um mero homologador das expectativas do mercado ou como um instrumento de controle tanto dos pobres, que não dispõem de poder de consumo, quanto das pessoas identificadas como inimigos políticos do projeto neoliberal.

Percebe-se que o poder que deveria atuar para fazer valer a proteção e as garantias fundamentais à população é igualmente tomado por essa racionalidade impregnada de motivação e fundamentação mercadológica; mesmo que, no aspecto material, se referende e se alegue o uso da lei para os seus procedimentos. Como Klein (2008, p. 531) mesmo verifica ao dizer que o neoliberalismo “conseguiu se atrelar a um verniz de respeitabilidade e legalidade.” Isso se vê quando o discurso, para acontecimentos como esse, é encoberto por uma tintura democrática e ancorada na constitucionalidade quando o que se percebe, na verdade, é uma farsa levada a cabo por um projeto econômico impopular que conta com subjetividades amordaçadas e sujeitadas a essa racionalidade.

### **3. O REDIMENSIONAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PARA O INDIVÍDUO EMPRESÁRIO-TRABALHADOR**

A orla do século XXI nos apresenta a produção em série de acontecimentos que escapam a qualquer categorização histórica considerando a liquidez da modernidade em que se é situada. Não se vê mais a solidez da *pólis* grega, da *fides* medieval ou a afirmação de um contrato social envolto em valores como liberdade, igualdade e fraternidade como se era proclamado na primeira modernidade. A sociedade experimentou, nos últimos anos, um radical desencantamento com as antigas promessas de uma vida melhor, apoiada em projetos e instituições garantidoras do bem-estar.

Os parâmetros sobre os quais se formavam julgamentos foram perdidos devido à ausência de uma referência orientadora. As certezas culturais e morais do passado estão em ruínas, e os valores que uma vez estabeleceram a civilização estão lentamente sendo corroídos. Os referenciais que anteriormente definiam o progresso e a ação perderam sua coerência e estabilidade. Os agentes que possuem ação coletiva seguem o neoliberalismo para as forças do livre mercado e do livre comércio que, por sua vez, são muitas vezes elogiadas como o estado natural da humanidade, mas também podem ser fontes primárias de incerteza existencial.

O que se vê é uma insegurança ou uma desorientação do indivíduo; perdeu-se as antigas referências norteadoras: o declínio da autoridade paterna fez com que a família não esteja nos seus melhores dias e de certa forma não consiga mais ser a bússola que oferece regras e interdições para a ação humana. Deixou de ser um porto seguro no qual o sujeito possa lançar âncora da própria existência vulnerável e transitória. Tão fácil montar quanto desmanchar e tão fácil criar como

destruir, a família está deixando de ser a referência como ponte eterna entre aqueles que vivem e os seus antepassados. A construção da felicidade não passa mais necessariamente pelos valores assentados na indicação e na autoridade familiar.

Libertada da função reprodutiva, a união sexual não é mais uma porta para a perpetuidade, deixou de ser elo formador de comunidade e um caminho de saída para a solidão. Bauman (2000, p. 48) vai colocar que a mesma passa a fazer parte como meio de satisfação das necessidades pessoais e sua duração acaba com um simples contrato quando uma das partes está descontente. Uma família criada para satisfazer a vontade dos cônjuges não pode ser um meio para amenizar o poder cruel e assustador da mortalidade pessoal. Para o indivíduo está difícil encontrar um abrigo para tornar seus esforços dignos de crédito. Sobre isso, Bauman (2000, p. 48-49) vai afirmar que

Os indivíduos incrédulos, para dar sentido ao que fazem e ao que vivem, veem-se capturados em compulsões, depressões e ansiedades absorventes – psicopatologia como forma moderna da doença. Na verdade, o próprio termo “psico-patologia” significa, em grego, sofrimento da alma, mas o uso moderno trocou alma por personalidade, ego na verdade.

A religiosidade não consegue mais encontrar tanta envergadura numa sociedade alicerçada no niilismo, o sentido do sagrado encontra uma aporia após o anúncio nietzscheano de que *Deus está morto*, não significando que a sociedade vê-se menos religiosa mas que os valores de comunhão e solidariedade são relativizados ou reeditados a partir de outra racionalidade descolada daquela judaico-cristã.

A nação é um dos mecanismos modernos inventados para dar uma certeza de vida ao indivíduo. Combinou claramente necessidade e opção, imortalidade e vida mortal, duração e transitoriedade. Ganha cada vez mais força quando o sujeito abraça a nacionalidade para si e cultiva-a para os seus descendentes. Há a união da transcendência e da duração. Contudo, para que isso ocorra, os cidadãos devem ter sua vida em vista à sobrevivência e bem-estar da nação, hoje descaracterizada de sentido pela globalização.

O problema consiste em encontrar em nossos dias de celebridades, – a era dos heróis já se extinguiu – pessoas que queiram abraçar esse projeto por toda sua vida. Mas o ímpeto de morrer pela pátria e estar disposto a doar-se pela construção de uma sociedade mais justa e menos desigual parece, nesse contexto de desencanto e desesperança, se dissolver em meio a novas promessas não tanto afinadas com as antigas utopias políticas considerando que nenhuma revolução ou

transformação séria se concretizou.

Esse novo lócus social acaba por produzir um novo tipo de sociedade, sem nenhum tipo de possibilidade para coletivismo. O novo momento histórico reivindica uma nova tomada de postura do indivíduo. Sigmund Freud (1996, p. 33) já propôs, no alvorecer do século XX, que “todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” dito de outra forma: cada indivíduo deve encontrar sua própria maneira de construir as possibilidades para a sua felicidade. Tem-se, portanto, o individualismo como o *modus operandi* da recente modernidade.

A exaltação do homem com sua individualidade não é algo novo, foi expresso no Renascimento afirmando o antropocentrismo em relação ao teocentrismo. Pico della Mirandola (1998, p. 39) em 1486 descreve, poeticamente, que o Criador deste mundo assim teria dito ao homem: “Eu te coloquei no centro do mundo, a fim de poderes inspecionar, de todos os lados, de maneira mais cômoda, tudo que existe”. Neste trecho, percebe-se uma proposição incisiva na centralidade humana como elemento livre e autônomo frente as demais coisas. Assim, Belluzzo (2013, p. 179) vai comentar que

o projeto da autonomia do indivíduo está inscrito no pórtico da modernidade. Significa a sua autorrealização dentro das regras das liberdades republicanas e do respeito ao outro. Opõe-se à submissão dos poderes – públicos e privados – que o cidadão não controla. A disseminação das formas mais agressivas de concorrência encontrou, até agora, pouca resistência em seu incessante trabalho de reduzir os “conteúdos” da vida humana às relações dominadas pela expansão do valor de troca.

Atualmente, ser indivíduo exprime certa margem de liberdade de ação, margem que só se abre com a atual modernidade. Os períodos anteriores da modernidade não podiam trazer o problema da liberdade nos termos em que ela é formulada atualmente. Afinal, a coerência com a vida em comunidade de outrora tornava o problema da individualidade irrelevante. Somente na contemporaneidade é que a liberdade individual se torna central e importante; tal como Sartre (2000, p. 624) afirmou ao dizer que “o homem é liberdade”.

Hoje não existe certeza do que irá acontecer amanhã devido ao marcante presenteísmo e a instabilidade das relações sociais. O importante é viver o que se tem agora em mãos, sem esperar nada. A certeza existencial está na vivência da oportunidade que o sujeito tem hoje à sua frente. “Percorres o teu caminho da grandeza; que seja, agora, a tua melhor coragem não teres mais nenhum caminho atrás de ti!”, já dizia Nietzsche (1998, p. 161). O passado está no presente e o

presente está carregado de futuro. Não tem sentido protelar para amanhã o que pode ser feito hoje e nem recorrer ao que já se obteve. No máximo deve-se utilizar suas experiências anteriores para não repetir o mesmo erro.

Nas palavras de Ulrich Beck (apud Bauman, 2001, p. 51): “O que emerge no lugar das normas sociais evanescentes é o ego nu, atemorizado e agressivo à procura de amor e de ajuda. Na procura de si mesmo e de uma sociabilidade afetuosa, ele facilmente se perde na selva do eu”. Isto significa que o ser humano está caindo em um abismo e a única coisa que pode fazer para sair dessa enrascada é tentar puxar os cabelos com as suas próprias mãos.

Ressalta-se que, com o individualismo em alta, entra em cena o consumo para satisfazer suas necessidades ou surge o que Dardot (2021, p. 38) chamou de “soberania do indivíduo-consumidor.” A ideia de coletivo soa absurda devido à possibilidade de negar a vontade pessoal em detrimento dos interesses da maioria. Dardot e Laval (2016, p. 344) vão comentar que uma vez que um indivíduo se torna consciente e no controle de suas escolhas, ele também se torna responsável pelos resultados que se seguem; a natureza desenfreada do nosso atual mundo globalizado vem com uma falta de responsabilidade, contrabalançada pela imensa obrigação de cada um de moldar seu próprio destino e alcançar o contentamento e a felicidade.

Esse conceito pode ser destacado e ilustrado a partir de alguns reality shows, onde apenas os indivíduos mais astutos e frequentemente cínicos são capazes de prosperar e sair por cima - uma visão moderna do mito de Robinson Crusoe. Exemplos de tais shows incluem, por exemplo, programas como Big Brother, A Fazenda, etc.

Silvia Viana (2011, p. 91), ao confeccionar uma análise comparativa desses reality shows com o mundo do trabalho, vai afirmar que:

Segundo a teoria do capital humano, somos possuidores de nossos meios de produção: nossas habilidades, conhecimentos, afetos, redes de sociabilidade, formação e aparência física; cabe a nós investirmos esse capital de modo apropriado tendo em vista sua valorização. Quando estudamos investimos em nosso capital intelectual, quando convidamos amigos para um jantar investimos em nosso capital social, quando fazemos terapia investimos em nosso capital emocional; e já não soa estranho a ninguém quando, nas revistas de fofoca, alguém afirma estar investindo em um relacionamento amoroso.

Para manter nossa presença e reconhecimento como indivíduos na força de trabalho, é essencial ver todos os aspectos da vida por essa lente. Em uma sociedade capitalista, o valor da

existência de alguém está diretamente ligado à sua capacidade de se apresentar como uma entidade autossuficiente. Apesar de possuir as qualificações necessárias, a duração do tempo em que se pode colher os benefícios de uma oportunidade de trabalho ou relacionamento amoroso é incerta.

O que se percebe é o que Byung-Chun Han (2018, p.13), em sua obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, afirmou ao colocar que “enquanto competimos livremente uns com os outros. A liberdade individual é uma servidão na medida em que é tomada pelo capital para a sua própria multiplicação.” Assim, incentivar os indivíduos a agir em seus próprios interesses pessoais acabaria por se alinhar com o interesse maior da sociedade. Assim vê-se uma “moralidade política que exige a responsabilidade individual.” (BUTLER, 2018, p. 27) O neoliberalismo passa a ser, mais do que um modelo econômico, um novo modo de estruturar e arquitetar a sociedade como diz Löic Wacquant em seu estudo *Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente* (2012, p. 507) “a reengenharia e a reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante.”

Esse novo sistema normativo, para Dardot e Laval (2016, p. 16) condiciona a esses sujeitos a se colocarem num universo de competição generalizada e sempre pulsante: coage os trabalhadores e as populações a entrar em um conflito econômico uns contra os outros, dá novo ordenamento às relações sociais segundo o modelo do mercado colocando verdadeiras justificativas, de cunho individual, para a pobreza e a desigualdade. Ora, se cada indivíduo é um sujeito-empresa, as escolhas no decorrer da vida devem ser tecidas como se as mesmas fossem opções de investimento, sucesso e bem-estar.

## **A meritocracia**

A ideologia do neoliberalismo coloca grande ênfase no esforço e na realização pessoal. Consequentemente, o foco principal está na crença de que os indivíduos que possuem o mérito necessário para alcançar o sucesso no mundo moderno serão capazes de sobreviver e sustentar suas vidas sem proteções sociais, direitos ou recursos econômicos. O conceito de meritocracia, nesse sentido, assume uma forma única na era pós-fordista para promover ainda mais os princípios do



neoliberalismo.

Isso significa que a ênfase é colocada na noção de que os indivíduos que possuem o mérito pessoal de alcançar o sucesso no mundo moderno devem sobreviver sem quaisquer direitos, proteção social ou recursos econômicos básicos. O objetivo é sustentar suas vidas e torná-las habitáveis. Consequentemente, o conceito de meritocracia ganha novas dimensões na era pós-fordista, reforçando efetivamente os princípios do neoliberalismo.

Ao viver em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o ponto mais alto do sucesso desejam acreditar que sua conquista é moralmente sólida. Em uma sociedade que opera com base na meritocracia, isso implica que os vencedores devem acreditar que seu sucesso foi alcançado por meio de suas próprias habilidades e diligência. É o que vai defender Michael Sandel em sua obra *A tirania do mérito* (2020).

O autor vai defender que quando os indivíduos obtêm sucesso em uma meritocracia por meio de dedicação e talento, eles acabam endividados de uma forma que é eclipsada pela concorrência. À medida que a meritocracia se torna mais intensa, o esforço exigido nos consome a ponto de perdermos de vista nosso endividamento. Mesmo uma meritocracia justa, sem trapanças, subornos ou privilégios para os ricos, cria uma falsa impressão: de que conseguimos tudo sozinhos. Isso tem o efeito adicional de corroer os valores cívicos. Quanto mais nos consideramos feitos por nós mesmos e autossuficientes, mais desafiador é praticar a gratidão e a humildade. Sem esses sentimentos, torna-se difícil cuidar do bem comum. (Cf. SANDEL, 2020, pp. 22-23)

O conceito de meritocracia é multifacetado, englobando não apenas a crença de que os indivíduos podem alcançar o sucesso por sua própria determinação, mas também a noção de que aqueles que alcançam o sucesso o merecem. Esse segundo aspecto da meritocracia, que exalta o triunfo dos vencedores, também fomenta a presunção entre os bem-sucedidos e o sentimento de vergonha entre os que não conseguem. É o que Butler (2018, p. 21) desenvolve ao afirmar:

Quanto mais alguém está de acordo com a exigência da ‘responsabilidade’ de se tornar autossuficiente, mais socialmente isolado se torna e mais precário se sente; e quanto mais estruturas sociais de apoio deixam de existir por razões “econômicas”, mais isolado esse indivíduo se percebe em sua sensação de ansiedade acentuada e “fracasso moral”.

Quando nos vemos como os únicos responsáveis por nossas conquistas e

autossuficientes, tendemos a desconsiderar o bem-estar daqueles que são menos privilegiados do que nós. Se atribuímos nosso sucesso apenas aos nossos próprios esforços, segue-se logicamente que os fracassos dos outros são culpa deles. Esse raciocínio mina a noção de igualdade e responsabilidade comunitária. Um forte senso de responsabilidade pessoal por nosso próprio destino torna desafiador ter empatia com as lutas dos outros.

O que está em jogo, no fundo, é uma fundamentação filosófica hedonista. Pois, de acordo com Safatle (2021b, p. 62-63), nenhum indivíduo está totalmente satisfeito. A vida é uma busca contínua por maior conforto, pois acredita-se que essa busca leva à felicidade. Cada ação realizada por um indivíduo é um reflexo de seus desejos de reduzir seu desconforto. Infelizmente, essa busca pela felicidade se confunde com o conceito mercadológico de demanda, reduzindo as emoções humanas a meras motivações para comprar e vender. Ou, como se verifica em Dardot e Laval (2016, p. 325) hoje se verifica a produção de “um sujeito que, em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade. (DARDOT; LAVAL, 2016, 325)

O que se afirma é a intensidade de investir em si mesmo e em suas habilidades pode ser vista tanto como uma satisfação pessoal quanto como um regime rígido, com disciplina em seu sentido mais amplo. Ora, aqui a questão do poder e da soberania entram numa aporia a partir do momento em que a teorização usual versa, sobre a sociedade contemporânea, uma sociedade disciplinar. Contudo, o que se vê é uma sociedade pós-disciplinar. Tal como coloca Alain Ehrenberg na obra *O culto da performance* (2010, p. 89):

Só são eficazes os sistemas de governo que nos ordenam ser nós mesmos, saber empregar nossas próprias competências, nossa própria inteligência, ser capazes de autocontrole. A gestão pós-disciplinar é uma tentativa de forjar uma mentalidade de massa que economiza ao máximo o recurso às técnicas coercivas tradicionais.

Ao colocar o indivíduo na vanguarda desse processo, uma lei externa, a da valorização do capital, torna-se um fardo significativo. À medida que essa lei é internalizada, o indivíduo começa a exigir de si mesmo para se tornar um empreendedor próspero, esforçando-se para maximizar todos os atributos que podem ser considerados valiosos, incluindo criatividade, motivação, independência e responsabilidade. Dardot e Laval (2016, p. 366) vão colocar que “a ideologia do sucesso do indivíduo ‘que não deve nada a ninguém’, a ideologia do self-help, destrói o vínculo social, na medida em que este repousa sobre deveres de reciprocidade para com o outro.” (DARDOT; LAVAL, 2016, 366)

Por sua vez, o conceito de autogestão neoliberal envolve a criação de um eu produtivo que consistentemente busca mais. Paradoxalmente, essa empreitada é alimentada pela insatisfação que se sente com as atuações anteriores, levando a um aumento da autoestima. As dificuldades econômicas são vistas como questões organizacionais, que são então atribuídas a lutas psicológicas que decorrem de uma compreensão inadequada de si mesmo e de suas relações com os outros. A eficácia dos esforços de alguém depende das próprias ações do indivíduo, e não de qualquer autoridade externa.

Segundo Safatle (2021a, p. 18), é essencial que os indivíduos assumam a responsabilidade por suas vidas e aprendam a navegar no mundo adulto, em vez de buscar proteção das armas paternas do estado de bem-estar em uma "sociedade de risco". A expansão da intervenção do governo não requer a proliferação de programas e departamentos dentro da estrutura do estado de bem-estar. Em vez disso, exige que os indivíduos assumam total responsabilidade pelos vários riscos que a vida pode representar. Ao se conceituar como uma empresa independente, pode-se renunciar à necessidade de assistência e subsídios externos. É preciso simplesmente permanecer vigilante e responder de forma sensata às flutuações do mercado.

### **Os métodos de desenvolvimento pessoal: o caso do *coaching***

A "humanização" da empresa no capitalismo criou um meio-termo entre os regimes de intervenção terapêutica e as técnicas de gestão. Esse novo vocabulário fundiu a psicologia com a administração, o que resultou em uma mobilização emocional no ambiente de trabalho. Com isso, as relações de trabalho foram "psicologizadas" para uma melhor gestão. As técnicas de intervenção terapêutica clínica passaram a seguir os padrões de avaliação e gestão de conflitos tipicamente encontrados na administração de empresas. Esse movimento foi fundamental para permitir que o neoliberalismo reconstruísse os processos de socialização por meio da internalização do ideal empreendedor de si mesmo. Essa reconstrução ocorreu em todas as esferas dos valores sociais e teria sido impossível sem esse movimento prévio de humanização.

Ora, essa nova forma de vigilância e de disciplina dos corpos é uma evidência foucaultiana uma vez que, segundo Laval (2020, p. 38) “o poder impõe sua verdade, mobiliza

saberes, emprega técnicas.” Nos últimos anos, uma série de dispositivos terapêuticos e ferramentas alternativas surgiram com a oferta de capacitarem os indivíduos em técnicas de foco, inteligência emocional, otimização de performance, etc. *Coaching*, programação neurolinguística (PNL), acesso direto ao inconsciente (ADI), *mindfulness*, dentre outros; o objetivo de todos esses métodos é alcançar maior "autocontrole" em relação às emoções, estresse e interações com clientes, colegas, superiores e subordinados. O objetivo é fortalecer o emocional do sujeito, tornando-o mais adaptável à realidade e mais eficiente em circunstâncias desafiadoras. Alavancando o desenvolvimento pessoal, o intuito é potencializar o bem-estar em prol da produtividade e da felicidade pessoal através dos seus métodos.

Uma das formas mais afamadas desses treinamentos é o *coaching*; cujo surgimento no mundo dos negócios se deu a partir da ênfase na prática e no treinamento dos indivíduos no intuito de serem mais produtivos. O objetivo de buscar acompanhamento é encontrar maneiras de melhorar e aprimorar o desempenho de alguém. Uma das definições sobre o que é esse dispositivo pode ser a de John Whitmore, referência teórica no assunto, vai afirmar que o coaching consiste em:

desbloquear o potencial das pessoas para **maximizar sua performance**. É ajudá-los a aprender ao invés de ensiná-los. Afinal, como você aprendeu a andar? Sua mãe o direcionou passo a passo? Todos nós temos a capacidade natural e interna de aprender, a qual é, na verdade, comprometida pela instrução. (WHITMORE, 2009, p. 10)

No âmbito da filosofia do coaching, um aspecto consistente é a noção de superação de obstáculos como um catalisador para o desenvolvimento pessoal. O coach assume a responsabilidade de orientar e inculcar esta capacidade no indivíduo, ao mesmo tempo que o apoia na identificação de estratégias eficazes para enfrentar as adversidades do presente, bem como cultivar a fortaleza mental necessária para enfrentar os desafios do futuro. Whitmore (2009, p. 158) ao advogar os ganhos e benefícios dessa atividade, já coloca que “no futuro, a exigência por flexibilidade irá aumentar, não diminuir. (...) Apenas os flexíveis e resilientes sobreviverão.”

No mundo do trabalho, Viana (2011) defende que é necessário sair da zona de conforto, pois a permanência é vista como uma manifestação de fragilidade e inadequação, seja por problemas de saúde, falta de qualificação profissional ou medo - o pior de tudo porque destaca a incapacidade de superar o que os torna inúteis - e para seguir em frente, geralmente é preciso ir

além de si mesmo, controlar suas emoções (raiva, tristeza, angústia etc.) e aventurar-se no desconhecido.

Paulo Vieira, brasileiro e uma das maiores referências de coaching no país, vai defender em sua obra *O Poder da Ação* (2015, p. 43) que, “para ser verdadeiramente felizes, precisamos potencializar cada uma das áreas da vida”. Ele acredita que simplesmente sair de nossa zona de conforto no trabalho é insuficiente no mundo de hoje; devemos nos aventurar fora de todas as nossas zonas de conforto. A adoção de palavras do jargão gerencial para a linguagem cotidiana não é mais uma ocorrência incomum, pois se alinha aos princípios do neoliberalismo. A propagação de definições das esferas profissionais para outros aspectos da vida pode ser exemplificada por Paulo Vieira.

Na visão do autor, percebe-se que as atividades diárias mais básicas são submetidas a um tratamento funcional, independentemente da dimensão em discussão. Assim, essas atividades devem ser constantemente monitoradas e consideradas com importância. A suposta proposta emancipatória que está sendo comercializada é, na verdade, influenciada pela racionalidade neoliberal que vincula o valor da pessoa à sua capacidade de se ver como criador e controlador de sua própria realidade. Esse elo direto com a racionalidade neoliberal pode ser verificada quando o autor expressa, por exemplo, que:

(...) você precisa estar focado em cumprir pelo menos nove a dez áreas da vida, de segunda a sexta-feira. Ou seja, você precisa ser pai de segunda a sexta-feira. Tendo tempo e tempo de qualidade para brincar, conversar e amar essa criança ou esse jovem de segunda a sexta-feira. Você precisa ser feliz no seu casamento de segunda a sexta-feira, amando e sendo amado. Você precisa cuidar da saúde também de segunda a sexta-feira. E da mesma maneira em todas as áreas, preenchendo sua vida com ações, comportamentos e **atitudes produtivas** de segunda a sexta-feira. (VIEIRA, 2015, p. 132)

A partir desse trecho, vê-se que o coaching aparece como uma consequência terapêutica da racionalidade neoliberal desenvolvida efetivamente como um mecanismo que parece fornecer aos indivíduos autonomia e potencialidade irrestritas em todas as facetas de sua existência. Embora seja verdade que podemos escolher entre uma variedade de opções que podem produzir uma variedade de resultados, o conceito de coaching baseia-se na noção de que possuímos total independência em nossas escolhas e domínio absoluto sobre nossas situações. Essa abordagem desconsidera o impacto das desigualdades sociais e econômicas em nossas vidas, que acabam moldando nossas identidades e como somos vistos pelas instituições sociais. O mecanismo do

coaching se apresenta como uma ferramenta de forte ênfase na responsabilidade individual em vez de soluções coletivas para questões estruturais. Esse alinhamento reforça uma racionalidade neoliberal que obriga os indivíduos a arcar com o ônus dos desafios decorrentes das falhas estruturais do capitalismo.

Vale dizer que essas técnicas para administrar o capital humano, desenvolver a inteligência emocional e otimizar o desempenho que antes eram criadas nos departamentos de recursos humanos de grandes corporações agora se tornaram comuns em divãs e consultórios terapêuticos. Isso pôde ser constatado quando Elisabeth Roudinesco, psicanalista e referência mundial em história da psicanálise, afirmou que “psicanalistas devem se adaptar ao coaching e terapias curtas.” Sobre isso, dado o fator dessa ocupação estar sobressaliente, existem situações em que se defender o reconhecimento profissional dessa ocupação. No Brasil, essa questão já foi foco de discussão em 2019, no Senado Federal<sup>20</sup>.

Ainda segundo os autores (2016, p. 342) “todos esses exercícios práticos de transformação de si mesmo tendem a jogar o peso da complexidade e da competição exclusivamente sobre o indivíduo. (...) O indivíduo é o melhor, senão o único “integrador” da complexidade e o melhor ator da incerteza.” A orientação comum é, portanto, que, para otimizar seu capital, basta seguir sua lógica interna. Em vez de se conformar com regras que devem ser internalizadas ou leis a serem temidas, os indivíduos devem buscar um comportamento racional e sistemático por meio de encorajamento e motivação. O coaching não deixa de ser, por fim, um investimento para a produtividade do sujeito uma vez que, para a racionalidade neoliberal, “cada um é um capital.” (LAVAL, 2020, p. 70)

O foco desses casos é a formação de uma nova forma de subjetividade, que denominamos “subjetivação contábil e financeira”. Este processo é nada menos que uma versão compreensiva da subjetivação capitalista. O objetivo é criar uma relação entre o indivíduo e eles mesmos que espelhe a relação entre o capital e ele mesmo. Especificamente, o objetivo é estabelecer uma conexão entre o sujeito e si mesmo como um "capital humano" que é obrigado a se expandir e aumentar constantemente de valor, ou seja, uma empresa.

---

<sup>20</sup> CASTRO, Augusto. Debatedores defendem regulação profissional do coaching. **Senado Notícias**. Brasília, 4, setembro, 2019. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/debatedores-defendem-regulamentacao-profissional-do-2018coaching2019>

## **O empreendedorismo de si**

O sujeito sob o neoliberalismo vê a ordem do mercado como uma plataforma para incorporar uma gama de valores, desde que participe do jogo competitivo e aprimore suas habilidades competitivas. Já fora dito, nos capítulos anteriores, que o exercício do poder sempre envolve a criação de um sujeito particular. Ele opera influenciando e moldando o indivíduo de acordo com as normas estabelecidas que governam o comportamento, a linguagem e a cognição. O poder não apenas afeta os indivíduos, mas também os padroniza. A partir da análise foucaultiana, as técnicas de poder neoliberais são como que um lugar-comum, e não excepcionais. Seu objetivo é, no dizer de Dardot e Laval (2016, p. 18) “alcançar o mais íntimo do indivíduo, visa na verdade a obter um autogoverno do indivíduo, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo.” De fato, a natureza competitiva da sociedade trouxe uma mudança na maneira como a subjetividade é construída. Para Laval (2020, p. 72) “a insistência sobre o capital humano e a figura do ‘empreendedor de si’ decorre desse esforço para desobstruir essa originalidade e a coerência do neoliberalismo.”

O neoliberalismo, como método de autorregulação, pressupõe a existência de um indivíduo que opera de acordo com os princípios capitalistas, motivado pelo interesse próprio, utilidade e realização, todos expressos em linguagem matemática. Como meio de controle de grupos, o neoliberalismo se baseia em um modelo de interação social fundado nas forças de mercado. O mercado, que se comporta de forma espontânea, tende a caminhar para estados de equilíbrio. Assim, tanto a autogestão quanto a gestão dos outros são regidas pelo princípio da maximização de valor. No quadro neoliberal, o sujeito econômico é visto como capaz de se adaptar às flutuações do mercado, enquanto o governo tem a tarefa de criar e manter as condições necessárias para que as operações de mercado prosperem.

A norma a que estamos sujeitos exige que existamos em um mundo de competição universal, onde trabalhadores e comunidades se opõem em conflitos econômicos e estruturas sociais são arranjadas de acordo com os princípios do mercado, exigindo a aceitação de disparidades cada vez mais vastas e alterando a visão de cada um. própria psique para se assemelhar à de uma empresa.

O sujeito do neoliberalismo deve ter um certo nível de visão em todos os espectros

(seguros, convênios e planos) e fazer escolhas como se fossem investimentos (fundo de garantia, previdência privada, investimentos a longo prazo, etc), inclusive selecionando racionalmente entre um amplo leque de opções comerciais na hora de contratar até mesmo os serviços mais básicos. Dentro de um determinado conjunto de regras e estímulos, os indivíduos têm a liberdade de se comportar como desejam e expressar suas preferências. No entanto, eles devem, antes de mais nada, capitalizar seus próprios recursos. A maneira mais eficaz de incentivar a capitalização é por meio de um mercado competitivo. Assim, a política do neoliberalismo envolve o estabelecimento e a manutenção de um sistema competitivo no qual os indivíduos funcionam como unidades privadas de capitalização, semelhantes às empresas.

O objetivo por trás da adoção de novas abordagens para produzir e supervisionar o novo sujeito é fazê-lo trabalhar para a organização como se fosse seu. Ao fazê-lo, elimina-se qualquer sentimento de distanciamento ou estranhamento entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Eles são encorajados a trabalhar para sua própria produtividade, para aumentar sua intensidade de trabalho, como se estivessem agindo por conta própria; no dizer de Dardot e Laval (2016, p. 327) “como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir.” Segundo Silva (2017), Dardot e Laval examinam o processo de mudança dentro das empresas e examinam esse procedimento afirmando que nele ocorre a

transformação da empresa como modelo de subjetivação tanto do Estado quanto dos indivíduos. Este modo de subjetivação se funda na concorrência – uma vez mais - e resulta em mutações muito significativas para os indivíduos, o Estado e o mesmo para as empresas. (SILVA, 2017, p. 281)

Dardot e Laval (2016, p. 351) ainda vão colocar que os estabelecimentos que alocam cargos, definem identidades, regulam conexões e impõem restrições são agora predominantemente regidos por um princípio de perpétua transcendência de limitações. Este princípio é implementado pela nova gestão. Ao invés de aderir a um modelo de poder centralizado que comanda seus súditos de longe, o sistema de atuação está disperso por diversos controles, avaliações e incentivos. Este sistema está integrado em todos os mecanismos de produção, todos os modos de consumo e todas as interações sociais. Logo, o sujeito neoliberal não é idêntico ao sujeito colocado por Jeremy Bentham. Este último está sujeito ao cálculo porque é calculista. No entanto, o foco não está mais na criação de marcos legais e um sistema de "legislação indireta" universalmente conhecido por auxiliar nos cálculos do indivíduo, como no utilitarismo tradicional. Ao contrário, a ênfase está na



utilização de instrumentos mais próximos do indivíduo, como seus superiores imediatos, que trazem resultados mais contínuos de suas atividades e podem ser quantificados por meio de registros informatizados.

Através do estabelecimento de um ideal do “empreendedor de si” como meio de disciplina, o neoliberalismo resolveu com sucesso essa aporia: sobre a contradição entre esses dois tipos de sujeito. Afinal, como falar de disciplina e vigilância numa sociedade descentralizada e com o poder operando de forma cirúrgica e centrada na autogestão? Ora, a implantação de um arcabouço societário empresarial permitiu a utilização da lógica mercantil como tribunal econômico contra o poder público. O ideal empreendedor do eu foi um resultado psicológico necessário dessa tática neoliberal.

A introdução da forma empresarial na sociedade abriu caminho para que os indivíduos se percebessem como “empreendedores de si mesmos”. Essa autopercepção leva à racionalização de ações baseadas no investimento e no desejo de retorno do “capital”. Além disso, os indivíduos veem suas emoções como objetos de trabalho para produzir “inteligência emocional” e aprimorar suas habilidades afetivas. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 440), a normalização do trabalho de vigilância e controle pode ser atribuída à “racionalização empresarial do desejo”, que estabelece uma base normativa para uma autoavaliação constante a partir de critérios derivados do campo empresarial administração.

A generalização dessas relações inter e intrasubjetivas em uma estrutura econômica baseada no “cálculo racional” de custos e benefícios criou uma nova interface entre governo e indivíduos. Isso, por sua vez, levou a modos de governabilidade mais profundamente enraizados, baseados em fundamentos psicológicos afinados com as novas técnicas de desenvolvimento pessoal. Tal como coloca Alan Ehrenberg (2010, p. 86) a tarefa do neoliberalismo é o de

transformar os trabalhadores em empreendedores de suas próprias tarefas. É na figura do empreendedor, no homem empreendedor, que se focaliza a autonomia. O espírito de empresa, a ação de empreender, é a pedra de toque da transformação da gestão de recursos humanos, ou seja, da gestão das relações entre a empresa e seus empregados.

A era contemporânea da “sociedade emergente” exige que os indivíduos não se vejam mais apenas como trabalhadores, mas sim como pequenas empresas que prestam um serviço no mercado. É fundamental manter a máxima eficiência, demonstrar total dedicação ao trabalho, estar

em constante aprendizado e adaptar-se às constantes oscilações impostas pelo mercado. O ponto a ser destacado aqui é que o processo de autodisciplina acaba levando o sujeito a se identificar com seu círculo interno, resultando em um estado de envolvimento completo. Isso contrasta com os exercícios de "cultura de si" discutidos por Foucault, que visam criar uma distância ética entre o eu e todo papel social. A consequência só pode ser a quebra de toda e qualquer forma de solidariedade social a partir de uma restrição às formas de configuração coletivistas.

O ambiente atual tornou progressivamente mais difícil a ocorrência de ações coletivas, pois os indivíduos são constantemente confrontados com um sistema competitivo. Os métodos de gestão das empresas, a prevalência do desemprego e da insegurança, bem como a ênfase na autopromoção contribuem para fomentar uma cultura de competição e egocentrismo. Isso leva a uma divisão entre aqueles que cedem a essas pressões e aqueles que prosperam sob elas, o que, por sua vez, enfraquece os laços de solidariedade e cidadania. O resultado é visto na queda da participação eleitoral, menos sindicalização e aumento dos preconceitos que contribuem para a redução das condições necessárias para a ação coletiva. Como resultado, a capacidade de resistir às forças do neoliberalismo é significativamente diminuída.

### **A precarização do trabalho**

Um dos pontos de grande envergadura na discussão das novas configurações do trabalho sob a égide do neoliberalismo é a precarização do trabalho ou a desidratação da proteção trabalhista como uma tendência para redimensionar a responsabilidade para o trabalhador em sua nova roupagem neoliberal, a de empreendedor de si. De forma que o neoliberalismo, nas palavras de Tom Slee em sua obra *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado* (2017, p. 35), está “propagando um livre mercado inóspito e desregulado em áreas de nossas vidas que antes estavam protegidas.”

As primeiras fases do capitalismo o caracterizavam com uma roupagem na qual capital e trabalho andavam de mãos dadas. Os trabalhadores dependiam de seus empregos e os patrões da força de trabalho assalariada. Era um casamento a longo prazo, mas também um campo de batalha e um lar para esperanças e sonhos. Tudo estava planejado dentro de determinado espaço. Sennett conclui: “A rotina pode diminuir, mas pode também proteger; a rotina pode decompor o trabalho,

mas pode também compor uma vida”. (SENNET, 2005, p. 42). A certeza do amanhã impulsionava o homem a fazer projetos de vida.

A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade. Incentiva as atitudes competitivas, ao mesmo tempo em que rebaixa a colaboração e o trabalho em equipe à condição de estratégias temporárias que precisam ser suspensas ou concluídas no momento em que se esgotarem seus benefícios. (BAUMAN, 2007, p. 9).

Em resposta à crise de acumulação dos anos 1970, o neoliberalismo surgiu como uma estratégia para alterar as relações de trabalho e garantir a sobrevivência, por meio de uma combinação complexa de constituição do sistema produtivo e formas de exploração. A nova mentalidade de curto prazo substituiu a de longo prazo sendo a vida de trabalho cheia de incertezas. O jovem norte-americano da década de 70 do século passado almejava um emprego fixo e garantido para toda a sua vida, pensava em metas a serem cumpridas e em receber gratificações ao longo do tempo. Atualmente os jovens pensam o contrário. Não tem prospecção nenhuma de laços duradouros e seus desejos são amorfos.

Despido de seus adereços escatológicos e arrancado de suas raízes metafísicas, o trabalho perdeu a centralidade que se lhe atribuía na galáxia dos valores dominantes na era da modernidade sólida e do capitalismo pesado. O trabalho não pode mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolver e fixar autodefinições, identidades e projetos de vida. Nem pode ser concebido com facilidade como fundamento ético da sociedade, ou como eixo ético da vida individual. Em vez disso, o trabalho adquiriu – ao lado de outras atividades da vida – uma significação principalmente estética. [...] Poucas pessoas apenas – e mesmo assim raramente – podem reivindicar privilégio, prestígio ou honra pela importância e benefício comum gerado pelo trabalho que realizam. Raramente se espera que o trabalho “enobreça” os que o fazem, fazendo deles “seres humanos melhores” e raramente alguém é admirado e elogiado por isso. (BAUMAN, 2001, p. 160-161)

Um exemplo bem claro ocorre no futebol. Há poucos anos, um jogador parecia trazer estampado na própria pele o distintivo de seu clube. “Na atualidade, de acordo com a melhor proposta, transfere-se para qualquer parte do mundo, disposto a enfrentar, sem nenhum constrangimento, o time de seu próprio país de origem” CONTE, LOR & MARTIGNINI, 2010, p. 5. Joga para quem paga mais e lhe oferece mais vantagens. O mesmo também ocorre com os empregos. Antigamente, um funcionário que trabalhasse na Ford tinha a certeza que teria condições

de fazer carreira e se aposentar. Esse modelo fornecia “[...] um refúgio seguro para a confiança e, conseqüentemente, para a negociação, a busca de compromissos e de uma convivência “consensual.” ( BAUMAN, 2009, p. 25). Atualmente evidencia-se o oposto.

Embora o trabalho precário possa se manifestar em diversas formas legais, econômicas e sociais, é comumente definido como trabalho que fica abaixo dos padrões mínimos e benefícios concedidos a outros tipos de trabalho. O trabalho precário é caracterizado por sua natureza impermanente, fragmentada e flexível. Falta estabilidade em termos de horário de trabalho, remuneração e proteção ao empregado. Essa precariedade é resultado direto da racionalidade econômica e da busca pela acumulação sem fim, que impulsiona a criação e reconfiguração de novas formas de trabalho.

O trabalho sempre foi visto como processo de exteriorização do subjetivismo do ser humano, em outras palavras, tinha um sentido humanitário como reflexo da criação do homem. Conforme Marx, em sua primeira tese – a da mais-valia – defende que o trabalho foi expropriado em sua originalidade pelo capital com o sistema capitalista de produção. O trabalho sob essa perspectiva tornou-se um impedimento da criatividade e inventividade humana, ou seja, o trabalho ficou estranho/alheio ao homem. A economia não está mais a serviço do homem, mas o homem a serviço da economia. Nas palavras de Butler (2018, p. 20) “estamos no meio de uma situação biopolítica na qual diversas populações estão cada vez mais sujeitas ao que chamamos de ‘precarização’.” As formações políticas neoliberais distribuíram a precariedade estrategicamente, com a intenção de maximizá-la para um grupo designado de pessoas consideradas dispensáveis ou minimizá-la para aquelas vidas consideradas lamentáveis se feridas ou perdidas. Sobre esse ponto, faz-se jus a reflexão de Harvey (2011, p. 196):

Aqueles que trabalham no “setor informal” do trabalho intermitente nos becos das fábricas, nos serviços domésticos ou no setor de serviços em geral e o vasto exército de trabalhadores empregados na construção civil ou nas trincheiras (...) da urbanização não podem ser tratados como secundários. (...) Muitas vezes referido, hoje em dia, como “o **preariado**” (para enfatizar o caráter flutuante e instável de seus empregos e estilos de vida), esses trabalhadores têm sempre representado um grande segmento da força de trabalho total. (...) Sua mobilidade, dispersão espacial e condições de trabalho individualizadas podem tornar mais difícil a construção de solidariedades de classe ou a criação de formas coletivas de organização.

Em um universo onde o capital financeiro reina supremo sobre a economia, as empresas

são levadas a manter seus altos lucros, pressionando imensamente seus trabalhadores para maximizar o tempo e as taxas de produtividade, reduzindo custos, principalmente aqueles relacionados à força de trabalho. Além disso, exigem cada vez mais "flexibilidade" nos contratos de trabalho. Segundo Casara (2021, p. 167), a conjuntura das novas relações trabalhistas cria um cenário onde “a própria exploração do trabalho aparece travestida de empreendedorismo ou modernização das relações de trabalho. A solidariedade de classe dá lugar à concorrência. O egoísmo transforma-se em virtude. Desaparece o espaço comum do coletivo.”

Isso tem consequências profundas que desestabilizam ainda mais a classe trabalhadora, impactando seu trabalho e sua vida, seus direitos, suas condições de saúde e seu universo subjetivo. Segundo Antunes em seu estudo *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2020), o estado de precariedade não é um conceito fixo, mas sim uma característica inata do capitalismo que pode crescer ou diminuir com base na capacidade da classe trabalhadora de resistir, organizar e enfrentar.

Em uma sociedade capitalista, o emprego é essencialmente determinado pelo empresário que tem os recursos para controlar os meios de produção e, portanto, o poder de tomar decisões de investimento, gerar demanda e obrigar os trabalhadores a trabalhar, sem considerar o papel do Estado. As empresas visam minimizar despesas e/ou aumentar a produtividade aparente, ao mesmo tempo em que transferem conflitos e perigos para terceiros e aumentam a dominação do trabalho. Sindicatos, trabalhadores e o Estado enfrentam desafios para restringir o poder das corporações, já que seus esforços são mais frequentemente direcionados aos intermediários do que aos contratantes primários. Essencialmente, as empresas se esforçam para diminuir a oposição de seus funcionários, evitar a intervenção sindical e contornar as medidas de proteção regulatórias do Estado, intencionalmente ou não. Cria-se, assim, um cenário onde a responsabilidade é redimensionada para essa nova condição para o trabalhador. Nas palavras de Barbosa (2020, p. 35) “a norma neoliberal quer destinar, desse modo, os direitos sociais apenas àqueles que possam pagar por essas proteções, oferecendo como alternativa possível a escolha pela morte.”

Esse novo conceito do empreendedor de si é construído sobre a noção de que a tecnologia aumentou a probabilidade de sucesso para aqueles que aspiram ser autônomos. No entanto, o foco dessa nova retórica mudou para salários disfarçados, em vez do modelo tradicional de empreendedorismo por conta própria. O potencial de sucesso está disponível para todos, mas o mérito individual desempenha um papel crítico na identificação e aproveitamento de

oportunidades. A narrativa frequentemente coloca a responsabilidade de solucionar o desemprego nos trabalhadores, tratando-o como uma questão individual que cada um deve resolver. De acordo com essa teoria, todos podem encontrar trabalho desde que aceitem o preço de mercado. O que se vê, segundo Ruy Braga (2017, p. 27) é que a partir dessa conjuntura “as negociações coletivas foram se tornando cada vez mais descentralizadas, e os contratos de trabalho, cada vez mais precários e individualizados.”

Para Ruy Braga (2017, p. 27), à medida que a relação salarial fordista diminuiu e o desemprego aumentou em vários países e regiões, a informalidade do trabalho aumentou, fazendo com que os trabalhadores se desconectassem das proteções trabalhistas e levando a taxas de rotatividade mais altas e trabalho intermitente. Se o trabalho é escasso, os indivíduos são aconselhados a adquirir mais qualificações para aumentar suas chances de encontrar trabalho. Empresas que promovem o conceito de liberdade e flexibilidade no horário de trabalho, alegando que você pode trabalhar quando e onde quiser, é na verdade um movimento calculado para transferir riscos para os trabalhadores. Isso é feito para aumentar o controle sobre eles, já que não têm salário fixo garantido e têm custos fixos, tornando-os mais vulneráveis. O capitalismo flexível, orientado pela racionalidade neoliberal, é caracterizado por essas relações contratuais frágeis, onde os trabalhadores muitas vezes são sobrecarregados com flexibilidade e risco, sendo este um dos aspectos mais contraditórios deste sistema. Afinal, reivindica-se o valor da liberdade; o que produz, a partir das consequências, uma questão se o trabalhador goza mesmo da liberdade prometida.

Em última análise, os trabalhadores possuem menos autonomia e são mais dependentes do capital do que aqueles que são reconhecidos como assalariados. Isso ocorre porque eles enfrentam uma dupla coerção para se conformar. Além da coerção externa típica do mercado de trabalho, que é o medo de ser demitido, os trabalhadores também vivenciam a coerção interna. Apesar de terem um contrato, eles estão constantemente sob a ameaça de perder seus rendimentos. Mesmo quando recebem uma compensação, seus direitos são muitas vezes desrespeitados.

### **A uberização do trabalho**

Uma das grandes estratégias para a reconfiguração trabalhista pelo neoliberalismo é a via das tecnologias de informação e comunicação, as chamadas TICs. As formas de organização do

trabalho que se acredita estarem associadas à utilização dessas tecnologias e os negócios que se identificam como plataformas ou aplicativos são, na verdade, apenas estratégias de contratação e gestão do trabalho que obscurecem os salários envolvidos nas relações formadas.

A regularidade do horário de trabalho é um elemento vago neste domínio, devido ao carácter projectual da indústria e à obrigação de cumprimento de prazos pré-determinados. Com a internet e os dispositivos móveis, as tarefas relacionadas ao trabalho podem se estender além das horas contratadas. Questões a serem resolvidas, o uso do celular e a urgência no atendimento ao cliente confundem a linha entre trabalho e tempo pessoal, combinando os dois e resultando em uma situação comum para profissões que não são necessariamente "digitais", como como estudiosos, educadores e outros que utilizam essas tecnologias. Esses dispositivos informacionais estão se tornando cada vez mais o fator determinante em suas atividades. Ricardo Antunes em seu estudo intitulado *Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo* (2020, p. 60) aponta que a estratégia empresarial envolve o elemento central da negação do salário, que se disfarça de maior autonomia, mas na verdade é um meio para o capital aumentar o controle sobre o trabalho e intensificar a exploração e a sujeição.

Percebe-se a emergência de inúmeras plataformas que se estruturam sob essa nova vestimenta trabalhista cuja oferta de emprego é descolada dos velhos moldes fordistas onde o trabalhador encontrava segurança e estabilidade para a sua produção. Esse tempo passou, pelo menos para muitos. A racionalidade neoliberal, a partir da perspectiva do empreendedorismo de si, dialetiza esse molde, considerado como degenerado e senil, apresentando um novo tipo de relação baseado no princípio de que, agora, o fator mais importante é a gestão do trabalhador consigo mesmo como propulsor da produtividade.

Nos últimos anos, plataformas e aplicativos tornaram a negação salarial uma questão central, e a retórica em torno disso tornou-se cada vez mais radical. Essas empresas chegam ao ponto de alegar que seus funcionários são na verdade clientes, tudo em um esforço para evitar o reconhecimento de sua condição de funcionários. Nessa discussão, Vitor Filgueiras argumenta em seu estudo intitulado *“É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital* (2021, p. 102) que no mercado de trabalho atual, existe uma forma peculiar de “leilão” onde os trabalhadores são constantemente colocados uns contra os outros, competindo por cada nova tarefa. Essas "plataformas" cultivam deliberadamente um pool de trabalhadores disponíveis, estabelecendo um "mercado de trabalho" interno dentro da empresa

que serve para corroer o poder de barganha dos funcionários e reduzir seus salários. Nesse sentido, “o capital também radicalizou a lógica dessa forma de contratação, ao passar a negar que mantém relações com os trabalhadores.” (FILGUEIRAS, 2021, p. 91)

O surgimento de "economias de plataforma" e o uso de novas tecnologias de comunicação têm sido empregados para enfraquecer significativamente a estabilidade do emprego e aumentar o controle do trabalho. O intuito desse projeto, segundo Iuri Tonelo (2021) é de “atomizar completamente a classe trabalhadora, em alguns ramos específicos.” Vê-se que o intento se redimensionar a responsabilidade e o ônus para a esfera individual é colocado a partir da lógica meritocrática onde o indivíduo, com os seus dons e aptidões, deve converter os seus talentos em um valor que a posteriori será convertido em capital; sem intermediações a não ser a avaliação de seus próprios clientes.

No capitalismo contemporâneo, o tipo de trabalho que mais cresce é aquele comumente chamado de "trabalho uberizado", o mesmo se caracteriza por jornadas extenuantes que podem ultrapassar dezessete horas diárias sem oferecer descanso semanal, aliadas a salários cada vez mais baixos, mesmo durante a pandemia do COVID iniciada em 2020. Lima e Bridi (2019) vão comentar que “o caráter criativo dessas atividades e o engajamento subjetivo de parte significativa de seus trabalhadores têm consequências nem sempre positivas, como a subordinação da vida pessoal ao trabalho e a eliminação da separação entre vida e trabalho.”

Os trabalhadores, baseados em aplicativos, podem ser rescindidos unilateralmente pela empresa sem qualquer explicação, e os trabalhadores devem arcar com os custos de manutenção de seus veículos, motocicletas, bicicletas, telefones celulares e outros equipamentos. Isso cria uma situação em que exploração e privação andam de mãos dadas.

A plataforma mais usual e que tem atraído a população desempregada é aquela protagonizada pela empresa multinacional americana Uber Technologies Inc., especializada em transporte privado urbano que se apresenta como uma modalidade alternativa, e menos onerosa, aos serviços do taxi. Sem vínculo empregatício, o motorista da Uber é um subcontratado, ou seja, não é um empregado da empresa bem como o contrato não se configura como um contrato de trabalho (pelo menos nos moldes tradicionais) cujo instrumento de trabalho são o smartphone e o automóvel, próprio ou alugado, sem auxílio da empresa para o porte do meio de transporte bem como os custos oriundos de sua manutenção e reposição de combustível. O trabalhador assume o ônus financeiro de adquirir ou alugar veículos e mantê-los, o que permite que a transferência dos



riscos contratuais seja instrumentalizada. Portanto, no dizer de Tom Slee (2017, p. 146), durante a execução do trabalho “o risco é inteiramente empurrado para o subcontratado.”

Muitas vezes, o dinheiro pode ser uma fonte de discórdia no local de trabalho, mas o Uber se diferencia de outros empregadores em mais de uma maneira. Os motoristas do Uber, chamados de "parceiros", são empreendedores independentes que optam por trabalhar na plataforma. Esse conceito de empreendedorismo de si e a capacidade de escolher quando trabalhar de forma independente é o que coloca o Uber no reino da dinâmica da chamada economia de plataforma. No entanto, o que inicialmente parece ser um modelo de trabalho conveniente e adaptável acaba servindo como mais um caminho para o sucesso da própria empresa. Sobre isso, comenta Ricardo Antunes (2022, p. 133):

Transfigurados e convertidos em “empreendedores”, os entregadores ainda arcam com os custos dos instrumentos de trabalho (carros, motos, bicicletas, mochilas, celulares, etc). sua condição “autônoma” é, portanto, puro falseamento. Quem define a admissão? Quem determina a atividade, o preço e o tempo das entregas? Quem pressiona, por meio de incentivos, para a ampliação do tempo de trabalho? Quem pode bloquear e dispensar sumariamente sem qualquer explicação? Por certo, não é o “autônomo”. Assim, essa condição se desvanece, aflorando a subordinação e o assalariamento. As plataformas dirão: “São os entregadores que nos procuram”. É verdade, mas seria bom acrescentar que essa é a única alternativa existente hoje contra o desemprego (e aqui reside a base do regozijo das plataformas).

Considerando a nova modalidade microfísica de disciplina, a plataforma da Uber se vale da lógica de que a avaliação do motorista é o grande atrativo para este ser reconhecido e parabenizado na plataforma. Ora, sabe-se que essa avaliação é tecida pelos próprios passageiros que, ao final da viagem, avaliam o motorista. A classificação de um motorista é avaliada por seus clientes e, com base nessa pontuação, o motorista pode sofrer suspensão ou desclassificação. Além disso, um motorista também pode enfrentar rescisão parcial ou total de sua posição por outro motivo: recusa de solicitações de carona. É importante observar que cada motorista tem uma quantidade máxima definida de corridas que podem recusar.

Com isso, fica claro que a aferição do trabalho é feita de forma descentralizada: a empresa, não contratante, tem um esquema de vigilância indireto e sempre enigmático e a insegurança é um medo que se deve conviver no dia a dia a partir do momento que existe “uma nova forma de

fiscalização, em que os prestadores de serviço devem viver com medo de ser delatados pelos clientes.” (SLEE, 2017, p. 35)

É importante observar que, quando os funcionários adoecem ou se afastam, seus equipamentos de trabalho param e eles perdem ganhos. Com isso, para manter a segurança no emprego e a estabilidade financeira, são obrigados a cumprir jornadas extensas, abrir mão de pausas, aumentar a jornada de trabalho e seguir rigorosamente as diretrizes da empresa. Para Tom Slee (2017, p. 133) “a Uber sustenta que a segurança é – como nunca cansam de dizer – a maior prioridade, mas que os motoristas não são empregados da Uber e a Uber não é responsável pelo que acontece na viagem.” A precarização, portando a bandeira da liberdade e da responsabilidade individual, parece desconhecer limites éticos.

O trabalho precário é um conceito multifacetado que assume diferentes formas nos contextos jurídico, econômico e social. Vale dizer que aqui tratou-se do caso Uber. Contudo, existe uma vasta gama de outras plataformas que, valendo-se da rede de conectividade da sociedade atual, conseguem criar dispositivos de compartilhamento que seduzem uma massa de trabalhadores dispostos a prestarem serviços na condição de subcontratos para extraírem um mínimo de sobrevivência por meio dessa nova forma de trabalho precarizado. Afinal, como afirmado por Lima e Bridi (2019) “a economia digital aspira a fazer de todos os gestos, alentos, relações sociais e subjetividades uma possibilidade de lucro.”

Pode-se falar também do caso de produtores de conteúdo online como outras modalidades de ocupação que se servem da conectividade e do compartilhamento para produção de receita própria. Como é o caso que se vê constatado em *youtubers* e blogueiros; onde os produtores dependem de curtidas e visualizações para gerar renda. Outros trabalhos podem envolver o fornecimento de serviços de entrega ou transporte. Estabilidade e obrigações contratuais não estão presentes nesses tipos de trabalho. O empresário também acaba por ser dono do seu próprio horário e não há limites de horas trabalhadas, nem gestão ou supervisão externa do tempo. Verdadeira lógica do empreendedorismo de si.

No entanto, geralmente pode ser definido como um trabalho que fica abaixo de um determinado padrão e carece de benefícios básicos. O trabalho precário é caracterizado por seu caráter transitório, pois é flexível, fragmentado e muitas vezes efêmero. Esse tipo de trabalho costuma ser marcado pela instabilidade em termos de jornada de trabalho, remuneração e, sobretudo, proteção dos funcionários.

No quadro do neoliberalismo e sua compreensão contemporânea, um empreendedor é definido como um indivíduo capaz de prever as tendências do mercado por meio de tentativa e erro. A lógica subjacente a esse conceito sugere que o mercado opera de maneira semelhante à ecologia populacional, onde apenas os empreendedores que podem antecipar com precisão os movimentos do mercado sobreviverão, enquanto aqueles que cometem erros serão eliminados. Esse conceito se estende até mesmo aos taxistas autônomos, que devem prever a localização de potenciais clientes e buscar novos mercados.

Embora essa perspectiva coloque certa ênfase na criatividade e engenhosidade, esses atributos são limitados dentro da estrutura neoliberal. As demandas do mercado são muitas vezes previstas fazendo pequenos movimentos. No entanto, é responsabilidade do motorista do Uber atender às solicitações do aplicativo e não ser inovador. De fato, o aplicativo incentiva os motoristas que atendem às suas solicitações por meio de um sistema de classificação dinâmica. É nesse sentido que Casagrande e Zamora (2020, p. 15) alegam que o fenômeno conhecido como "Uberização" pode ser comparado a uma encarnação moderna do taylorismo, mas com a mediação adicional de um algoritmo que serve para substituir, pelo menos em parte, a necessidade de gerentes humanos. O advento dos smartphones e computadores permitiu o aprofundamento das práticas de Gestão Científica em uma escala antes inimaginável para seu criador. Além disso, a uberização assume as características do toyotismo total, em que um vasto conjunto de trabalhadores está disponível a qualquer momento, com suas subjetividades cooptadas pelo sistema. Fica nítido, aqui, a volatilidade que acaba por liquefazer as estruturas trabalhistas tradicionais.

A prevalência do trabalho precário é resultado da racionalidade neoliberal e da busca pela acumulação infinita, levando ao desenvolvimento dessas novas formas de trabalho. Em seu estudo *Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão* (2021) Tiago Cavalcanti coloca a tese que, nessa nova conjuntura, vê-se um “retorno à pré-história jurídica, quando o contrato de trabalho vivia na periferia dos códigos liberais.” Disfarçada como uma abordagem moderna e com visão de futuro, essa política está, na verdade, enraizada na ideologia conservadora, promovendo uma agenda reacionária que prioriza o lucro sobre o bem-estar dos trabalhadores, levando assim ao aumento da exploração.

### **A reforma trabalhista de 2017: a lei 13.467/2017**

À medida que o mundo se torna mais interconectado e globalizado, os Estados começam a legitimar as práticas de governança neoliberal promovidas por atores não estatais. Como resultado, sua capacidade de regular o trabalho e o emprego diminuiu. Para se manterem competitivos na economia global e atrair investimentos multinacionais, os estados adotaram políticas de desregulamentação gradual dos mercados de trabalho. Essas medidas são vistas como "essenciais" e muitas vezes são implementadas com obediência e submissão à nova ordem.

A agenda neoliberal tem uma forma insidiosa de doutrinar os indivíduos ao difamar qualquer oposição ao programa. Essa doutrinação impacta diretamente as leis trabalhistas ao facilitar a eliminação da intervenção estatal no conflito entre capital e trabalho. As consequências dessa doutrinação são sentidas globalmente, à medida que uma onda massiva de desregulamentações é desencadeada em várias facetas da força de trabalho. Como resultado, os direitos sociais são corroídos, os direitos econômicos são enfraquecidos e as condições de trabalho continuam a se deteriorar.

Destarte, pode-se fazer um paralelo com a lei 13.467/2017, conhecida como 'Reforma trabalhista'. A reforma, vale dizer, alterou mais de cem artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Essa mesma lei justificou-se pela qualidade obsoleta e senil da legislação trabalhista do país, ou seja, afirma-se que a legislação de outrora estava descolada com a realidade do trabalho da realidade atual: de um capitalismo financeiro e globalizado. Criada em 1940, essa legislação passou por alterações ao longo dos anos; mas nada comparado à ressignificação de 2017. De modo que se alterou 201 pontos da mesma. Contudo, a grande questão se vê presente na inclusão do artigo 611-A que versa sobre o negociado sobre o legislado, a dizer: "A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei (...)". Assim, afirma Braga (2017, p. 27), "as negociações coletivas foram se tornando cada vez mais descentralizadas e os contratos de trabalho, cada vez mais precários e individualizados." Ademais, a Lei 13.429/2017, aprovada antes da Reforma trabalhista, liberalizou a terceirização de forma irrestrita e ampliou a contratação temporária.

Tendo em vista isso, vale salientar que esse processo de retirada da proteção social não se isola apenas ao Brasil. Ruy Braga (2017, p.25) vai ser preciso ao salientar que "a destruição promovida pelo neoliberalismo não se limitaria a um único país, acompanhando a difusão histórica do próprio mercado como instituição globalizante." Assim somente entre 2008 e 2014, foram

realizada reformas trabalhistas em 110 países<sup>21</sup>. Países como Espanha, Portugal, França, Itália e México também reconfiguraram sua jurisdição trabalhista na mesma orientação que a do Brasil: a de flexibilizar as relações empregatícias e de transferir a responsabilidade para o trabalhador, visto como um empreendedor de si.

A implementação de novas leis trabalhistas, sem qualquer assentimento popular, resultou no despojamento dos direitos essenciais do trabalhador e no fortalecimento dos interesses imediatos da classe capitalista. Isso marcou um ponto de virada crucial, efetivamente desfazendo o progresso mínimo que havia sido feito através do estabelecimento de regulamentações e direitos trabalhistas no país. Ao restringir os direitos dos trabalhadores e ir contra seus interesses, a nova legislação assumiu o aspecto de uma contrarreforma no setor trabalhista.

A nova legislação tende fortemente a negligenciar a proteção dos trabalhadores em ocupações emergentes, resultando em uma infinidade de oportunidades de trabalho precárias e flexíveis, tornando a precariedade uma característica inevitável desses novos setores de trabalho. A utilização da racionalidade neoliberal, na verdade, serve para ocultar a verdadeira exigência de mercantilização e instrumentalização dos trabalhadores. Isso é feito para ganhar poder dentro do mercado para aqueles que detêm mais influência.

Com a terceirização, grande ponto da reforma de 2017, torna-se viável proporcionar aos colaboradores estabilidade, segurança e foco na melhoria da qualidade de vida e saúde. Esta é uma das principais maneiras pelas quais este objetivo pode ser alcançado. Essa estratégia de gestão acaba por disfarçar as relações sociais entre capital e trabalho como relações interempresariais. Essas relações são baseadas em contratos por tempo determinado e flexíveis aos ritmos das empresas contratantes. Para Butler (2018, p. 20) “existe trabalho temporário ou não existe trabalho nenhum, ou existem formas pós-fordistas de flexibilização do trabalho que lançam mão da performatividade e da dispensabilidade dos povos trabalhadores.”

Destarte, a terceirização refere-se ao ato de transferir a execução de uma atividade ou serviço de uma empresa para outra, sendo a atividade ou serviço interno ou externo aos limites físicos do contratante. Marcelino e Cavalcanti (2012) definem a terceirização como o processo completo de contratação de mão de obra por uma empresa intermediária. O objetivo final desse

---

<sup>21</sup> ADASCALITEI, D.; MORANO, C. P. “Drivers and effects of labour market reforms: evidence from a novel policy compendium”. Londres: IZA Journal of Labor Policy, ago. 2016. Disponível em: <https://izajolp.springeropen.com/articles/10.1186/s40173-016-0071-z>. Acesso em: 17 jul 2019.

processo é diminuir os custos associados à força de trabalho ou mitigar conflitos trabalhistas. Em essência, é um regime de trabalho em que uma empresa fornece o trabalho, mas a mão de obra é imediatamente contratada por outra.

Em um estudo sobre psicologia do trabalho, Lopes e Silva (2020) colocam que a terceirização, considerada por alguns como a pedra angular da nova ordem neoliberal, é resultado da reestruturação do capital produtivo e da reorganização do mercado de trabalho. Alguns ideólogos do capital acreditam que é uma ferramenta útil que pode reduzir os custos de produção e melhorar a produtividade sem afetar negativamente a qualidade do produto final. Com isso, é vista como uma importante ferramenta para as empresas nacionais competirem em um mercado cada vez mais globalizado.

Sobre isso, Ruy Braga comenta com um exemplo ilustrativo:

No exemplo de uma enfermeira brasileira que outrora era funcionária de um hospital, foi despedida e hoje é “terceirizada”, isto é, trabalha para uma empresa de intermediação de força de trabalho, já não tendo nenhuma ligação institucional com o hospital, embora siga trabalhando no local, tendo perdido parte significativa de seus direitos e benefícios trabalhistas, não observamos um processo de desproletarização, mas de precarização de sua condição proletária. (BRAGA, 2017, p. 17)

Vale dizer que, muito mais que uma desidratação de direitos, a racionalidade neoliberal primeiramente se infiltra na subjetividade no sentido de criar uma nova forma de pensar: o trabalhador se reconfigura a partir dessa nova lógica dialetizando as suas conclusões quanto àquilo que seria uma postura normativa quanto ao seu trabalho. O entendimento, considerando essa mudança de pensamento, é que não estar preso a uma empresa (no caso do exemplo de Braga, o hospital) seja a atitude mais coadunada com a ontologia do trabalho. A razão neoliberal espera, portanto, que essa tese seja erigida como o ‘novo normal’; no sentido de que estar desprovido de direitos sociais e trabalhistas seja o caminho fecundo (e afinado com a modernidade) para se encontrar realização e felicidade. Portanto, mais que um fenecer de direitos, assiste-se outras consequências a partir de uma verdadeira mudança das regras democráticas infiltrada nas subjetividades.

Em 2021, o presidente em exercício do Brasil, juntamente com o Ministro da Economia, defendiam por exemplo que as normas da CLT no país são excessivamente rígidas e que era

necessário uma revisão nas leis trabalhistas visando uma maior geração de empregos.<sup>22</sup> O presidente chegou a afirmar que “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego.”<sup>23</sup> Ora, o apoio pela redução dos direitos e encargos trabalhistas por parte dos empresários, sobretudo aqueles que sustentam a orientação de governo do referido mandatário, não carecem de correspondência considerando o jogo de interesses presente na discussão. Contudo, em que se pese a popularidade e aprovação do governo de outrora, é de se considerar o fato de que a população precarizada pelo trabalho fundamentava essas orientações. O que torna possível concluir que esse contingente populacional se via imbuído dessa nova racionalidade, agressiva, que relativiza ou redefine os conceitos de democracia e de soberania popular. A inibição democrática encontra guarida nessa modalidade racional.

Ademais, Antunes (2020, p. 150) vai argumentar que enquanto a retórica empresarial costuma citar a terceirização como medida necessária para a modernização das empresas na era da globalização, com o objetivo de aumentar a especialização nas atividades produtivas, pesquisas mostram que as empresas também recorrem à terceirização para transferir os riscos e responsabilidades para os trabalhadores, deixando-os livres da obrigação de cumprir as leis e regulamentos trabalhistas, que são repassados às empresas terceirizadas. É evidente que a terceirização tornou-se hoje um dos principais contribuintes para o aumento das taxas de acidentes e está presente em todos os campos, setores e espaços de trabalho. Ora, essa tese, de transferência de riscos, acaba por ser incompatível com os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal a partir do momento em que a mesma viola os direitos garantidos e previstos no art. 72, incisos IV, VI e VII do mesmo documento.

Sobre esse ponto, pode-se afirmar que essa reforma (bem como outras implementadas pelo governo em questão, sob a presidência de Michel Temer) cumpre com uma lógica de exceção, própria de uma sociedade permeada pela racionalidade neoliberal; de forma que o próprio Poder Judiciário parece ter o seu *modus operandi* orquestrado por essa nova maneira de conceber a democracia e, por conseguinte, gerir a jurisdição do país a partir de outras necessidades que não

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, Lorena. Bolsonaro diz que CLT é ‘rígida’ e defende revisão para gerar empregos. **UOL**. Brasília, 26, agosto, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/08/26/bolsonaro-diz-que-clt-e-rigida-e-defende-flexibilizacao.htm>

<sup>23</sup> Para Bolsonaro, é melhor menos direitos trabalhistas que perder o emprego. **Veja**. São Paulo, 21, maio, 2018. <https://veja.abril.com.br/politica/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-emprego>

são necessariamente vinculadas às demandas populares.

Essa constatação pode ser aferida a partir do momento em que a medida é descolada da legislação maior do país, desprovida de fundamentação constitucional: inconstitucional, por assim dizer. Contudo, o que se vê é uma justificativa, à maneira de Thatcher<sup>24</sup>, que a necessidade se sobrepõe à constitucionalidade. Apesar desse argumento, é translúcido o interesse do capital velado sob a alegação de que seria necessário modernizar a legislação trabalhista do país. Uma vez que, como já fora abordado no capítulo anterior, na atual fase do capitalismo a despolitização da sociedade é um projeto para afirmar ainda mais o soberano, na conceituação schmittiana, que decide a exceção: o mercado e os seus interesses. Para isso, partindo de Klein (2008), é sempre necessário um estado de choque que, neste caso, é o desemprego e a necessidade de modernização.

Ademais, a descentralização das negociações, a fragmentação das classes trabalhadoras, as mudanças nas regras de representação no trabalho e, sobretudo, o financiamento das atividades sindicais são diretamente afetados por essas mudanças na legislação. Esse foi outro ponto abordado pela reforma: a facultatividade da contribuição sindical. Novamente aqui perdura, na justificativa, o ideário da liberdade em detrimento da coletividade do trabalho. As mudanças que enfatizam a avaliação individual, a competitividade e a produtividade na gestão do trabalho, aliadas à sua forte valorização, têm o potencial de alterar sobremaneira a forma como os coletivos são construídos em torno do trabalho. Para Lopes e Silva (2020) essa retórica se estabelece como “uma narrativa de apelo imediato e de fácil compreensão e assimilação, que permeia a moral do esvaziamento dos coletivos e da participação social pelo trabalho.”

Ruy Braga (2017, p. 26) vai afirmar com maestria que o declínio do poder sindical, refletido na diminuição das taxas de sindicalização e na perda de influência política entre os trabalhadores em nível nacional, pode ser atribuído justamente ao enfraquecimento da segurança no trabalho. Isso foi resultado da retração dos direitos trabalhistas e da redução do apoio do governo sob os partidos social-democratas, marcando uma era de declínio.

Em um período em que os direitos sociais estavam sob ataque globalmente, era comum diminuir os impostos para empresas e indivíduos com riqueza substancial. Essa austeridade unidirecional foi justificada com a noção de que mais recursos para o capital levariam ao aumento

---

<sup>24</sup> Aqui reporta-se àquilo que ficou conhecido como TINA, abreviação do jargão ‘There is no alternative’ que, no português, se traduz por ‘Não há alternativa’. Essa era uma frase, tornada acrônimo, presente na década de 80 em alguns discursos de Margareth Thatcher.



do investimento e do emprego, proporcionando benefícios aos trabalhadores. Porém, enquanto os direitos sociais eram diminuídos, os segmentos mais ricos sonegavam impostos, causando absurdas incongruências com o discurso da responsabilidade fiscal. A Reforma da Previdência, aprovada no Brasil em 2019, isto é, posteriormente à trabalhista, exemplifica essa situação, pois a economia prevista com o corte de gastos é significativamente menor do que os valores devidos pelas empresas que desrespeitam a lei.

Conforme sugere Krein (2018, p. 99) em uma era de reconfiguração, terceirização, horários flexíveis e diminuição das redes de segurança social, o conceito de trabalho tornou-se cada vez mais obsoleto. Este termo refere-se ao trabalho árduo e trabalhoso, enquanto o termo *opus* é menos comumente usado. Embora o Brasil nunca tenha passado por um período de regulamentação do trabalho público, apesar de possuir uma extensa legislação, as condições de trabalho sempre foram difíceis e adaptáveis para os trabalhadores. A atual inversão das leis trabalhistas significa um retrocesso da sociedade, que não nos equipa para enfrentar os desafios futuros do trabalho.

Por fim, Krein (2018, p. 99) ainda coloca que o conceito de “modernização das relações de trabalho” é objeto de debate, pois o atual modelo de regulação privada do trabalho é mais adequado ao século XIX do que ao século XXI. É importante reconhecer que a natureza do trabalho está em constante evolução devido aos avanços da tecnologia, ao surgimento de novas atividades econômicas e profissões. No entanto, nas últimas décadas, as melhorias na tecnologia e o aumento da produtividade levaram a uma maior pressão sobre os trabalhadores. Isso resultou na adoção de normas trabalhistas mais flexíveis, instáveis e precárias, com consequências prejudiciais para os que estão nas periferias do capitalismo. Assim, embora a atualização da legislação seja necessária, ela deve priorizar a ampliação da proteção social aos assalariados e garantir um padrão de vida saudável para a sociedade como um todo e considere um mínimo de pacto civilizatório.

## CONCLUSÃO

Fazendo uma retomada histórica, percebe-se que desde as primeiras formas de produção humanas se constatava a presença de uma instância superior e organizadora da vida e do trabalho. Em épocas pré-históricas, via-se a organização tribal como um meio de gestão possível para se administrar a propriedade, mesmo coletiva, e o cultivo comum da terra. Posteriormente, em sociedades mais complexas e que se demandava um crivo civilizatório, o Estado começa a tomar forma sob os impérios centralizados e inicia a tomar posse das forças produtivas e da força de trabalho; o que fará com que Jean-Jacques Rousseau afirme que a raiz de todos os males começa a ganhar posição a partir do momento que a mentalidade escravocrata se estabeleça e a vida humana seja mercantilizada. A ideologia hegemônica e propulsora desse processo contou com a religião, seja ela tribal ou estatal, como a grande justificativa para sedimentar o entendimento na população de que essa forma de administrar a sociedade gozava de um status revestido de normalidade.

É com o capitalismo que se inaugura uma nova era de gestão da vida. Com o advento da modernidade, a partir da perspectiva proposta por Karl Marx, à medida que tudo o que antes era estável começa a se dissolver e o sagrado é corrompido, os indivíduos são compelidos a enfrentar seu status social e conexões com uma nova compostura. Ideologia, Estado e economia são dialetizados tendo em vista o surgimento dessa nova forma de relação do ser humano com os seus semelhantes e destes com a natureza. O trabalho outrora visto como instrumento para reificar e transformar a natureza em prol da humanidade, passa a receber uma outra conotação e outro entendimento.

Em momentos precedentes, esse ofício (o trabalho) fora visto como um meio de expressão da subjetividade humana; serviu como um reflexo da criatividade humana. No entanto, Marx, em

sua primeira fase (a da mais-valia), argumenta que a originalidade do trabalho foi retirada pelo capital sob o sistema capitalista de produção. Como resultado, o trabalho tornou-se um obstáculo à criatividade e à inovação humana, fazendo com que se tornasse estranho à humanidade. A economia não serviria mais a humanidade, mas a humanidade passaria a ser servil à economia.

Nessa conjuntura, a instituição estatal também é acometida pela falta de estabilidade quando o fenômeno da globalização ganha forças colossais com consequências irreversíveis. O comércio internacional e a retórica do mundo como uma aldeia global e comum produzem a tese segundo a qual o Estado-nação e suas fronteiras protecionistas são como que um empecilho e um obstáculo ao desenvolvimento e a evolução da humanidade. O capitalismo demanda desconhecer demarcações ou, em outras palavras, limites. No mundo globalizado de hoje, os Estados-nação perderam sua importância como centros de poder para corporações que carecem de uma base física. Isso permite que essas corporações exerçam seu capital sem restrições. Com a diminuição do papel do Estado em prover oportunidades e defender seus cidadãos, os indivíduos da sociedade devem buscar soluções individualizadas para si mesmos. O clamor marxista ‘Proletários, uni-vos’ ganha cada vez mais dificuldade de se ver concretizado em termos práticos.

A maior questão do proletariado é o potencial de sua extinção teórica. Isso se deve ao fato de que o trabalho não é mais a fonte primária de produção de valor na era neoliberal. O capital não depende mais da mais-valia gerada pela exploração do proletariado por meio da produção excessiva. Em vez disso, depende mais de atividades com alto valor agregado que muitas vezes requerem mão-de-obra pouco qualificada ou moderadamente qualificada. Além disso, a gestão financeira tornou-se o esteio dos movimentos especulativos de grande escala na capital. Como resultado, o papel da economia na análise marxista está diminuindo à medida que a financeirização assume o controle. Nesse contexto, o proletariado não fornece mais a maior parte do capital.

Em termos ideológicos, é difícil um diagnóstico que consiga ser tão objetivo como nas primeiras fases do capitalismo. Afinal, o mundo contemporâneo, por sua vez, é muito complexo em suas estruturas; flexível e diversificado, na produção do pensamento. De modo geral, pode-se afirmar que não existe uma ideia-força que congrega ou enquadra as diferentes correntes filosóficas. Está-se num horizonte da diversidade, da pluralidade. Diferentes, por consequência, são os pontos de vista.

Ao longo da história, a ordem social foi mantida por meio do estabelecimento de figuras de autoridade como pontos focais de várias configurações. Em diferentes épocas, os indivíduos

foram submetidos a diferentes forças, como a *Physis* na Grécia Antiga, ao Cosmos durante os primeiros estágios da filosofia, ao Deus nas religiões monoteístas, ao Rei nas monarquias, ao Povo nas Repúblicas, a Raça em ideologias como o Nazismo, a Nação nos nacionalismos, e o Proletariado no comunismo, entre muitos outros.

Destarte, assiste-se hoje a emergência da hipótese do fim das ideologias: o amor pela pátria e pelas causas revolucionárias parecem não pulsar mais no espírito das pessoas. A promessa por uma sociedade comunista soou de modo muito semelhante como uma promessa religiosa pela vida eterna; de modo semelhante à religião, houve os mártires que lutaram em prol da causa esperada. Após a queda do Muro de Berlim o discurso de muitos adeptos dessa esperança mudou ou desapareceu. Além do mais, a queda do socialismo evidenciou a suspeita de que a simples transformação de estruturas sociais não implica necessariamente uma mudança dos indivíduos, uma vez que o ser humano parece cultivar sempre esse ego ilusório, verdadeiro mecanismo de auto-centração que o faz esquecer de outrem. O fim dessas ideologias, portanto, coloca a questão sobre o tema da privatização. Muito mais que um projeto econômico, é possível vê-la como um projeto racional: privatiza-se as utopias. Hoje, tal conceito não visa criar uma sociedade superior, mas melhorar as condições dos indivíduos em suas situações únicas, em meio à existência de uma sociedade extremamente falha.

A ideia de progresso foi transferida da ideia de melhoria partilhada para a de sobrevivência do indivíduo. O progresso é pensado não mais a partir do contexto de um desejo de corrida para frente, mas em conexão com o esforço desesperado para se manter na corrida. É como se as pessoas estivessem correndo numa fina camada de gelo, sendo que o diferencial está na velocidade. Parar um pouco para descansar e pensar significa o fim do jogo, a casca racha e o indivíduo se exclui da corrida da vida. Lógica da meritocracia.

A grande descoberta pelo mercado de consumo é a exploração microfísica do corpo do ser humano como um território a ser conquistado integralmente. Algo semelhante ao que aconteceu com a exploração empreendida por Portugal e Espanha na América durante os séculos XVI e seguintes. As ciências humanas acabaram repartindo o homem em realidades separadas para melhor explicá-lo e entendê-lo dentro de esquemas. Isso foi financiado pelo capital sendo que isso ofereceu mecanismos na construção de uma vida produtora na modernidade. Na atualidade, tem-se uma vida consumidora, sendo que cada atitude, produto ou serviço utilizado pelo ser humano pode ser tarifado. Nesse paradigma, ganha evidência quem tem a capacidade constante de renovar-

se a si próprio investindo em técnicas e treinamentos com a promessa de modular e adaptar a sua identidade às novas demandas. Tudo passa a ser abordado como um valioso investimento.

Para esse projeto, a democracia é dispensável ou até mesmo considerada um empecilho. Resignificar a democracia é necessário para esse novo ambiente. As regras de outrora do jogo democrático se veem reeditadas. De forma que, a partir do momento em que a racionalidade neoliberal demanda a desinstitucionalização, as únicas restrições consideradas justificáveis são as relativas à troca de mercadorias. Portanto, qualquer instituição que se interponha entre os indivíduos e os bens, impondo seus valores culturais e morais, é considerada indesejável; nem a democracia é poupada. Evitar as consequências da radicalização da democracia pela aquisição de direitos e cidadania tem sido um aspecto bem-sucedido da teoria econômica. No entanto, essa vitória é prejudicada pela criação de um tipo diferente de subordinação sob o disfarce de expertise técnica.

Em essência, o neoliberalismo identificou rapidamente a oposição da qual pode se beneficiar. É por isso que agora defende a transgressão das interdições, o que dá ao seu discurso um tom libertário baseado na ideia de autonomia individual e na ampliação da tolerância em todas as esferas. A perda da liberdade é disfarçada como um aumento da liberdade. Promove-se a noção de que a ausência de liberdade decorre da submissão a um poder superior ao qual a sociedade não está sujeita: o Estado. A doutrina do neoliberalismo promete a liberdade de escolha entre alternativas, mas é sempre disseminada sob o lema da escassez de opções.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Sobre a gênese da burrice**. In: Ensaios sobre psicologia social e psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, Theodor. **Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**. In: Ensaios sobre psicologia social e psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O fardo dos bacharéis**. São Paulo: Revista Novos Estudos Cebrap, n. 19, 1987.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, RICARDO. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. In: ANTUNES, Ricardo (org). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AUSTERIDADE E RETROCESSO. **Finanças públicas e política fiscal no Brasil**. São Paulo: Fórum 21. Fundação Friedrich Ebert Stiftung; GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política; Plataforma Política Social, 2016.

BARBOSA, Daniele. **A precariedade politicamente induzida e o empreendedor de si mesmo no caso Uber sob uma perspectiva de diálogo entre Butler, Dardot e Laval**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa: uma aventura inacabada**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Dinheiro e as transfigurações da riqueza**. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Lués. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 151-193.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Unesp, 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BENTHAM, J. **O panóptico**. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOYER, Robert; SAILLARD, Yves. **Théorie de la regulation: l'état des savoir**. Nouvelle édition complétée. Paris: La Découverte, 2022.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: 2017.

BRAUDEL, F. **Civilization matérielle, économie et capitalisme**. Paris: Armand Colin, 1979.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Em busca do desenvolvimento perdido**: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performatividade de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.



CASAGRANDE, L.; ZAMORA, M. A. **Motorista de Uber não é empreendedor**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, 22, eRAMG210003. <https://doi.org/101590/1678-6971/eRAMG210003>, 2021.

CASARA, Rubens. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHATELET, F. **História das Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **“A violência neoliberal”**. In: Sobre a Violência; organizadoras Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMBLIN, José. **Neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CONTE, C. P.; LOR, E. A.; MARTIGNINI, F. A. **Modernidade líquida: análise sobre o consumismo e seus impactos na Sociedade da Informação**. Disponível em: < [www2.oabsp.org.br/.../sociedade\\_informacao/.../modernidade\\_liquida.pdf](http://www2.oabsp.org.br/.../sociedade_informacao/.../modernidade_liquida.pdf) >. Acesso em: 30 jan. 2012.

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.

COUTINHO, M. C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo. Editora Hucitec, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva: 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Neoliberalisme et subjectivation capitaliste**. Cités, 2010, n. 41.

DASCALITEI, D.; MORANO, C. P. “**Drivers and effects of labour market reforms**: evidence from a novel policy compendium”. Londres: IZA Journal of Labor Policy, ago. 2016. Disponível em: <https://izajolp.springeropen.com/articles/10.1186/s40173-016-0071-z>. Acesso em: 17 jul 2019.

DUMONT, L. **Homo Aequalis** – gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

FAGNANI, Eduardo. **Previdência**: o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

FILGUEIRA, Vitor. “**É tudo novo**”, **de novo**: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIORI, José Luis. **Estado e desenvolvimento na América Latina**: notas para um novo programa de pesquisa. Santiago: Cepal, 2003.

FIORI, José Luis. **O poder global**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 14 de janeiro de 1976**. In: FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. (1905) In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud – Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIEDMAN, T. L. **O mundo é plano**: uma breve história do Século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, Friedrich. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Globo, s/d.

HAYEK, Friedrich. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1995.

IANNI, Octávio. [A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século](#). Traduzido do francês por Catherine Marie Mathieu. **Economia e Sociedade**, Campinas, (5):1-30, dez.1995. Acessado em 28/07/2016.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND, **Annual report**, 200, 2001.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KREIN, J. D. (2018). **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o**

**esvaziamento da ação coletiva:** consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, 30(1), 77–104. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>

LACERDA, Antonio Correa de. **O mito da austeridade**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LIMA, J. C.; BRIDI, M. A. **Trabalho digital e emprego:** a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. Caderno CRH, 325-342. <https://doi.org/109771/ccrh.v32i8630561>, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal:** Ensaio sobre a Sociedade do Hiperconsumo. Lisboa: Portugal: Edições 70, 2015.

LOPES, F. J.; SILVA, G. E. **(De)forma trabalhista:** flexibilização e precarização pela(s) perspectiva(s) da(s) psicologia(s) do trabalho. *Psicologia em estudo*, 25, e48213. <https://doi.org/104025/psicolestud.v25i048213>, 2020.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global, 2006.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRÀNDOLA, Giovanni Pico della. **A Dignidade do Homem**. São Paulo: Escala, 1998.

MISES, Ludwig Von. **Ação humana:** um tratado de economia. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Von Mises, 2010.

MISES, Ludwig Von. **Socialismo**: Uma análise econômica e sociológica. São Paulo: Editora Konkin, 2022.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Trad. Mário da Silva. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ONG, A. **Neoliberalism as a mobile technology**. Transactions of the Institute of British Geographers, v. 32, p. 3-8, 2007.

PAYE, Jean-Claude. **La fin de l'État de droit**: la lutte antiterroriste, de l'état d'exception à la dictature. Paris: La Dispute, 2004.

PECK, J. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford (UK): Oxford University Press, 2010.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estado e terror**. In: NOVAES, Adauto. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nosso. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Milton **Por uma outra globalização**: do pensamento único 6ª ed. à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Mitologias institucionais brasileiras**: do Leviatã paralisado ao Estado de natureza. São Paulo: Revista do IEA, n.7, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Antologia de textos filosóficos. Londrina: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2000.

SCHMITT, Carl. **Political theology**: four chapters on the concept of sovereignty. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis: Vozes, 2006.

SEN, Amartya. **Dez teses sobre a globalização**. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de set de 2001. Caderno Mais.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina**: breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Thiago Dias da. Resenha: **A nova razão do mundo**: ensaio sobre o neoliberalismo - de Pierre Dartot e Christian Laval. Vol. 14, nº. 2, julho-dezembro, 2017, p.278-283

SINGER, Paul. **Globalização e o Brasil no fim do segundo milênio**. São Paulo: Teoria e debate, n. 44, abr/jun, 2000.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOLANO, Esther. **Crise da democracia e extremismos de direita**. Análise, São paulo, n. 42, p. 3- 27, mai. 2018.

TELES, Edson. **Do poder soberano ao inimigo íntimo**. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VIANA, S. Os jogadores. In: Rituais de sofrimento. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18122012-130446/publico/2011\\_SilviaVianaRodrigues\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18122012-130446/publico/2011_SilviaVianaRodrigues_VCorr.pdf). Acesso em: 10/mar/2020.

VIEIRA, P. **O poder da ação: faça sua vida ideal sair do papel**. São Paulo: Gente, 2015.

VITOR, Filgueiras. **“É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital**. São Paulo: Boitempo, 2021.

WACQUANT, Löic. **Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo**



**realmente existente.** Tradução de Renato Aguiar. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez. 2012.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

WEBER, Max. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

WHITMORE, J. **Coaching for performance:** Growing Human Potential and Purpose, The Principles and Practice of Coaching and Leadership. Londres: NB, 2009.

ZAHLUTH, Paulo Bastos. **Austeridade para quem?** Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior, Friedrich Ebert Stiftung, 2015.